



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA
A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO**



Elisama Beliani

UNIRIO/MAST – RJ, Janeiro de 2012

AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

por

ELISAMA BELIANI

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador: Professora Doutora Tereza Cristina
Moletta Scheiner

UNIRIO/MAST – RJ, Janeiro de 2012

FOLHA DE APROVAÇÃO**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA
PARA A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO
DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Rodrigo Jesus de Medeiros

Prof.^a Dr.^a _____
Priscila de Siqueira Kuperman

Prof.^a Dr.^a _____
Tereza Cristina Moletta Scheiner

Rio de Janeiro, Janeiro de 2012

B431 Beliani, Elisama.
As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca/Elisama Beliani, 2012.
196f. ; 30 cm

Orientador: Tereza Cristina Moletta Scheiner.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

1. Parque Nacional da Tijuca (Brasil). 2. Museologia. 3. Parques Nacionais - Brasil - Preservação. 4. Musealização. 5. Patrimônio. I. Scheiner, Tereza Cristina Moletta. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069

Ao superarmos nossa necessidade de dominar a natureza,
respeitaremos as fontes de energia das montanhas,
desertos, florestas, lagos e rios. Nos próximos
quinhentos anos, será intencionalmente
permitido que as florestas
amadureçam, e outras
paisagens naturais
serão protegidas.

(James Redfield e Carol Adrienne, 1993)



Parque Nacional da Tijuca. Setor Floresta da Tijuca. Acervo Pessoal, 2010.

*A todos aqueles que, de alguma forma,
compreendem o valor ecológico
da vida e sua interdependência
com o planeta em que vivemos.*

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio prestado, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa.

Em especial agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Tereza Scheiner, pela atenção, orientação, estímulo, cuidado e preocupação aos mínimos detalhes da minha pesquisa e no texto final desta dissertação.

Quero agradecer igualmente a Prof.^a Dr.^a Deusana Machado, que me auxiliou como orientadora acadêmica durante o primeiro ano de curso e me proporcionou mais dúvidas que respostas. E também a todos os professores com quem tive oportunidade de trocar ideias e aprender um pouco mais durante o mestrado, em encontros inusitados pelos *campi* da UNIRIO e MAST, pelos corredores e nas disciplinas ministradas.

A turma mais alegre, cuca-fresca, eclética, heterogênea e inteligente que tive oportunidade de conhecer: Denise Batista, Anna Thereza Menezes, Marcelo Sousa, Rodrigo Cantarelli, Geisa Alchorne, Eliane Frenkel, Claudia Ribeiro, Helena Souza, Roberto Sabino, Maria Josiane Vieira, Antônio Carlos Martins, Marcela Arriagada, Emerson Castilho, Daniela Matera; e é claro, a ‘minha irmã’ Karla de Oliveira, a qual ‘reencontrei’ no mestrado, e que tanto me ouviu, e já faz parte de minha vida. Não posso esquecer-me da moça mais organizada que já passou pela Secretaria do PPGPMUS – Juliana Angelo (Ju Cis).

É com muito carinho que me refiro ao Engenheiro Agrônomo e Geógrafo Alceo Magnanini como um grande colaborador desta pesquisa, com quem pude ouvir rir e aprender histórias sobre o Brasil, o Rio de Janeiro e os Parques Nacionais – histórias que não são contadas em livros ou periódicos. Obrigada, Professor Alceo.

A Museóloga e Analista Ambiental Ana Cristina Vieira, que me revelou as contribuições e desafios da Museologia na conservação do Parque Nacional da Tijuca; a equipe que trabalha no Centro de Visitantes e ao educador Alexandre Justino, o Xande, que me auxiliou com os livros e documentos referentes ao Parque Nacional da Tijuca.

A minha querida mãe Marilza C. Beliani Rogoginsky, irmã Rafaela Beliani Rogoginsky, e padrasto Eduardo Rogoginsky, por estarem sempre presentes na minha vida, me apoiando e acreditando em mim; e por compreenderem a minha ausência nos momentos mais intensos dos fins de semanas e feriados em família.

Em especial, agradeço ao meu companheiro de vida, Marcos José Ferreira Gomes Souza e Silva, que compreendeu amorosamente minhas ausências durante todo este processo.

As amigas, Andrea Assumpção, Telma Cardoso e Fernanda Danielle, que sempre foram ouvintes de minhas ideias e conclusões acerca da pesquisa; aos amigos do trabalho Samira Harb, Ana Gilda Costa, Barbara Nascimento, Fatima Joannes, Filipo Tardim e Augusto Araujo, que compreenderam certas ausências e a escolha desta jornada acadêmica. A amiga do peito Maristela Barenco, por me fazer acreditar sempre em mim mesma. Sem esquecer-me de Nubia Ladislau, Roger Ribeiro, Fernanda Assumpção e Luciana Cordeiro.

A minha grande amiga Dulcimar Vieira, que a cada dia tem me estimulado a ver a vida de forma integrada e vivê-la com prazer e humildade.

Aos que de algum modo contribuíram para meu crescimento, amadurecimento e evolução. O que parece um discurso individual, na verdade se tornou coletivo, à medida que tais contribuições se fizeram presentes durante esta jornada.

Ao Universo - fonte de luz, vida e amor - que através de meus protetores, ancestrais, mestres e guias espirituais, mostraram-me caminhos para viver com mais tranquilidade, equilíbrio e harmonia durante este desafio que a vida me brindou.

RESUMO

BELIANI, Elisama. **As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012: 199 p. Orientador: Tereza Scheiner.

O objetivo desta dissertação é investigar a contribuição da Museologia para a conservação dos Parques Nacionais através da musealização, mais particularmente para o Parque Nacional da Tijuca, geograficamente localizado nas montanhas do Maciço da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O Parque tem características distintas das demais unidades de conservação federais brasileiras, por tratar-se de uma área natural preservada situada em área urbana, o que se reflete no fluxo de sua visitação (foi o Parque Nacional mais visitado no Brasil em 2011). Objetivando sua continuidade enquanto memória viva da evolução do Planeta Terra, da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, devemos promover alternativas de conservação deste território. O trabalho dos museus frente ao patrimônio natural fundamenta-se numa proposta ética de construção do futuro através da transformação do presente – que inclui pensar e trabalhar a representação do patrimônio como bem comum, para uso público. Cabe a Museologia legitimar esse trabalho, garantindo o desenvolvimento, na área, de processos adequados de documentação, pesquisa, preservação e difusão do patrimônio preservado. Neste sentido, a musealização dos Parques Nacionais integra-se ao compromisso da manutenção da biodiversidade, da geodiversidade, da cultura, da história, da identidade e memória locais, em sincronicidade e interdependência. A investigação deverá possibilitar novas frentes de pesquisa, que venham a servir de parâmetro para o estudo e musealização de outras áreas naturais preservadas, especialmente outros Parques Nacionais.

Palavras-chave: Museu e Museologia, Patrimônio, Preservação, Musealização, Parque Nacional da Tijuca.

ABSTRACT

BELIANI, Elisama. **The contributions of Museology to the preservation and musealization of the National Park of Tijuca.** Master Dissertation. Graduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST. Advisor: Tereza Scheiner. 2012. 199 p.

The aim of this dissertation is to investigate the contribution of Museology to the preservation of National Parks, and more specifically to the Tijuca National Park, by means of musealization. The Park is geographically located on the *Tijuca* mountain range, in the city of Rio de Janeiro, Brazil. It has characteristics that are distinct from the other Brazilian preservation units, since it is a natural area located in an urban environment, a feature that is reflected in the flow of attendance (it was the most visited National Park in Brasil in 2011). Aiming at its continuity as a living memory of the evolution of the Earth, of the city of Rio de Janeiro and Brazil, we must promote conservation alternatives this territory. The work of museums with the natural heritage is based on an ethical proposal: to build the future through the transformation of the present. This implies thinking and representing heritage as an asset, for public use and enjoyment. It is the duty of Museology to legitimate this work, guaranteeing the development, in the area, of adequate procedures of documentation, research, preservation and communication of its heritage. In this sense, the musealization of National Parks encompasses the commitment to preserve and add value to their biodiversity, geodiversity, culture, history, identity and local memories, in synchrony and interdependency. The investigation may enable new lines of research that will represent parameters to the study and musealization of other preserved natural areas, especially other National Parks.

Keywords: Museum and Museology, Heritage, Preservation, Musealization, National Park of Tijuca.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AIP	Associação para a Interpretação do Patrimônio
AMICOM-BR	Associação dos Amigos do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM
APA	Áreas de Proteção Ambiental
APN	Administração dos Parques Nacionais
ARIE	Áreas de Relevante Interesse Ecológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB	Convenção da Biodiversidade
CNIA	Centro Nacional de Informação Ambiental
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAF	Corporação Nacional Florestal
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estações Ecológicas
EUA	Estados Unidos da América
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museologia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOFOM	<i>International Committee for Museology</i>
ICOFOM LAM	<i>Subcomité Regional del ICOFOM para América Latina y el Caribe</i>
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
ICOMOS	<i>International Council on Monuments of Sites</i>
ICTOP	<i>International Committee for the Training of Personnel</i>
IHGB	Instituto Histórico Geográfico do Brasil
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IP/JBR	Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MAB	<i>Man and the Biosphere</i>
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NE/SW	Nordeste/sudoeste
NPS	<i>National Park Service</i>
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	<i>United Nations</i>
PAE	Plano de Ação Emergencial
PARNAS	Parques Nacionais
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PARNA-Tijuca	Parque Nacional da Tijuca
PM	Plano de Manejo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POA	Plano Operativo Anual
PPG-PMUS	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
REBIO	Reservas Ecológicas
RENIMA	Rede Nacional das Informações de Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SFF	Serviço Florestal Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
Uerj	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNIE	Unidade de Informação Especializada
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
WWF	Fundo Mundial para a Vida Silvestre

ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

		Pág.
Quadro 1	Detalhamento do zoneamento dos Parques Nacionais	15
Quadro 2	Organizações Mundiais que tratam da proteção da natureza	19
Quadro 3	Categorias de áreas de proteção conforme IUCN	20
Quadro 4	Categorias das Unidades de Conservação no Brasil	43
Quadro 5	Parques Nacionais do Brasil em ordem cronológica	46
Quadro 6	Comparativo da definição de museu	55
Quadro 7	Representações do Fenômeno Museu	61
Quadro 8	População Residente no Interior do Parque Nacional da Tijuca	106
Quadro 9	Inventário dos Bens Culturais do PARNA-Tijuca, 1997 – 2007	117
Quadro 10	As concessões para o PARNA-Tijuca	135
Quadro 11	Analogia dos signos que representam o Parque	138
Quadro 12	Modos como os fenômenos se apresentam em nossa consciência	138
Quadro 13	3 pilares da comunicação em Parques Nacionais	140

Lista de Gráficos

		Pág.
Gráfico 1	Visitação nos Parques Nacionais	74
Gráfico 2	Parques Nacionais Brasileiros abertos à Visitação	75
Gráfico 3	Unidades de Conservação de Proteção Integral	88
Gráfico 4	Categoria - Parques no Brasil	89
Gráfico 5	Visitação em Parques Nacionais no Brasil em 2010	134

Lista de Figuras

		Pág.
Figura 1	Estrutura Metodológica	7
Figura 2	Personagens que auxiliaram na proteção da natureza nos EUA	25
Figura 3	Banff Park Museum	28
Figura 4	Ilha Isabela. Trilha para os vulcões Cerro Azul e Chico. Parque Nacional de Galápagos	30
Figura 5	Mapa Terra Brasilis	33
Figura 6	Mapa Comemorativo 10 anos de SNUC	45
Figura 7	Representação esquemática de Parque Nacional como parte do ecossistema	57
Figura 8	Os quatro pilares da Museologia Contemporânea	60
Figura 9	Representação do trabalho no Museu Tradicional e no Museu de Território	62
Figura 10	Processo de Musealização	70
Figura 11	Modelo teórico do Metamuseu e ilustração do modelo de Centro de Visitação de Parque Nacional	77
Figura 12	Denominações e crescimento dos equipamentos de Interpretação na Espanha	78
Figura 13	Canyon Visitor Center, Yellowstone National Park	82

Figura 14	A história da paisagem mediterrânea da Pont du Gard é reforçada pelo caminho <i>memória do cerrado</i> : hastes dos inspetores marcam e guiam os visitantes, enquanto documentos incorporados à pedra evocam os homens que moldaram esta paisagem	83
Figura 15	Grupo de visitantes do Parque Yosemite, desfrutando de uma demonstração de antigas danças e cerimônias indígenas	84
Figura 16	Divisão dos setores do PARNA-Tijuca	93
Figura 17	Geologia do Corcovado e arredores	95
Figura 18	Escarpas e Esporões Rochosos do Setor Pedra Bonita-Pedra da Gávea vistos a partir do setor Serra da Carioca	96
Figura 19	Moradias na face norte do Maciço da Tijuca	97
Figura 20	Orquídea (<i>Laelia crispa</i>)	98
Figura 21	Borboletas, símbolos do trópicos e da Mata Atlântica, em extinção	99
Figura 22	Tucano-de-pico-preto (<i>Ramphastos vitellinus</i>)	100
Figura 23	Família de quatis em trânsito. Setor Floresta da Tijuca	101
Figura 24	Defrichement d'une forêt	103
Figura 25	Carregadores de Café a Caminho da Corte	103
Figura 26	Rotunda construída para a estação de embarque dos cavalos viajantes (A). Tronco de árvore que o Imperador D. Pedro gravou data, mês e ano para a conclusão da estrada transitável. Trabalho de registro feito pessoalmente (B).	104
Figura 27	Painel ilustrativo dos roteiros e sítios pitorescos da Floresta da Tijuca (1943-1946)	108
Figura 28	Antiga sede do PARNA-Tijuca	110
Figura 29	Atividade Interpretativa para crianças com múltiplas deficiências	113
Figura 30	Proposta de obras para o uso público do PARNA-Tijuca nos anos 1980	120
Figura 31	Placas indicativas do Centro de Visitantes e sua entrada	120
Figura 32	Placa enfatizando a indicação da Floresta da Tijuca	121
Figura 33	Preparo da trilha interpretativa para deficientes físicos e visuais	122
Figura 34	Preparo da trilha interpretativa para deficientes físicos e visuais	123
Figura 35	Exposição Temporária - <i>Fauna em foco</i> (A) Selo comemorativo, (B) Medalha Major Archer, (C) Magnanini recebe medalha de Maria de Lourdes Figueira, atual chefe do PARNA-Tijuca	125
Figura 36	Magnanini recebe homenagem na Câmara Municipal do RJ	126
Figura 37	O diorama do Maciço. Fase 3: Enfim Parque	126
Figura 38	Exposição Permanente - <i>Uma Floresta na Metrópole</i>	127
Figura 39	Complexo Hotel Paineiras	128
Figura 40	Representação peirciana sobre o signo	136
Figura 41	Teia de signos culturais no PARNA-Tijuca	137
Figura 42	A integralidade do Parque Nacional da Tijuca	140
		141

Listas de Tabelas

Tabela 1	Parques Nacionais com Centro de Visitantes	Pag. 76
Tabela 2	Ações governamentais para a patrimonialização do PARNA-Tijuca	107
Tabela 3	Ações de musealização realizadas por T. Scheiner nos Parques Nacionais brasileiros, nos anos de 1973 a 1980	111
Tabela 4	Bens tombados no PARNA-Tijuca	115
Tabela 5	Atual proposta de musealização do PARNA-Tijuca	117
Tabela 6	Eventos desenvolvidos pela Museologia	129

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO: <i>saberes interdependentes</i>	1
Cap. 1 PARQUES NACIONAIS: <i>proteção</i>	12
1.1 – O Parque Nacional como categoria de estudo	12
1.2 - A mobilização Mundial para a Conservação da Natureza	16
1.2.1 – Estratégias internacionais para Conservação da Natureza	16
1.2.2 – A ideia de Parque Nacional e sua evolução – um modelo Catliano não valorizado	24
1.2.3 – Os primeiros Parques Nacionais no mundo	27
1.3 - Os Parques Nacionais brasileiros	31
1.3.1 – Os Parques Nacionais brasileiros: evolução	31
1.3.2 – Antecedentes	32
1.3.3 – 1930-1964	35
1.3.4 – 1964-1984	38
1.3.5 – Período pós 1985	41
Cap. 2 A MUSEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OS PARQUES NACIONAIS: <i>consciência</i>	49
2.1 – Sociedade em transformação: a ideia contemporânea de Natureza	49
2.1.1 – Parques como museus	55
2.1.2 – O estudo específico da Museologia	57
2.2 - A Museologia nos Parques Nacionais	63
2.2.1 – A Museologia do meio ambiente	63
2.2.2 – Patrimonialização do meio ambiente	65
2.2.3 – Musealização de áreas naturais	69
2.3 - Visitação nos Parques Nacionais e seu uso público	73
2.3.1 – Centros de Visitantes ou Centros de Interpretação?	76
2.3.2 – A Interpretação do Patrimônio	80
2.3.3 – A Comunicação Museológica e a Interpretação Ambiental	86

Cap. 3	O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: <i>proteção, consciência e interpretação</i>	91
	3.1 – Aspectos físicos e ambientais do Parque	91
	3.2 – Ocupação e uso do território: memória e patrimônio	102
	3.2.1 – Ocupação humana: origens e desenvolvimento	102
	3.2.2 – A valorização e patrimonialização do território	106
	3.3 – A musealização do PARNA-Tijuca	109
	3.3.1 – Primeiro período da musealização: 1973-1980	110
	3.3.2 – Atual proposta de musealização: 1997 ...	116
	3.3.3 – A ressonância social do Parque	129
	3.3.4 – A visitação no PARNA-Tijuca e o Programa Turismo no Parque	133
	3.3.5 – A interpretação do patrimônio no PARNA-Tijuca	137
	CONCLUSÕES	144
	REFERÊNCIAS	153
	ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Saberes interdependentes

INTRODUÇÃO: *saberes interdependentes*

Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento.

(Boaventura de Sousa Santos, 2002)

A partir do final do século XX, e mais intensamente neste início do século XXI, observa-se um aumento de interdependência entre os saberes e os campos disciplinares. O que antes era fechado em um único olhar, agora pode ser visto e analisado por vários campos que se complementam. A reflexão sobre a conservação do planeta Terra e da Humanidade, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente, envolve esta dimensão interdisciplinar de debates.

Fazer ciência, na contemporaneidade, requer ações e motivos que vão além dos laboratórios. É preciso uma aproximação com a sociedade, para esclarecer e agregar conhecimentos em busca de mudanças expressivas e efetivas dos problemas emergentes da humanidade. Assim sendo, é preciso que ocorra um diálogo entre a cultura dita 'das humanidades' e a cultura científica. Originar e desenvolver este diálogo complexo e interdependente pode ser função da Universidade, conforme destaca Morin (2010: p.81):

A universidade conserva, memoriza, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, ideias e valores que passam, então a fazer parte da herança. Assim, ela é conservadora, regeneradora, geradora.

Este novo modelo de ciência está em gestação, construindo-se a partir dos eventos que se tornam primordiais para tratar das questões referentes às mudanças de que o planeta Terra necessita.

Na verdade, os problemas de nossa época não podem ser entendidos isoladamente, mas devem ser analisados numa teia de relações. É imperativo fazer compreender a necessidade de preservar os recursos do planeta. Os movimentos que levam à compreensão desta necessidade podem ter a contribuição de diversos campos, inclusive da Museologia. Tanto os sistemas biológicos que compõem a Terra e todos os seus sistemas vivos, como as relações socioeconômicas que permeiam a condição humana necessitam ser analisados conjuntamente, num híbrido de que resultam marcas, tradições, representações e culturas humanas. Morin salienta que:

os novos conhecimentos, que nos levam a descobrir o lugar da Terra no cosmo, a Terra-sistema, a Terra-Gaia ou biosfera, a Terra-pátria dos humanos não têm sentido algum enquanto isolados uns dos outros. A Terra não é a soma de um planeta físico, de uma biosfera e da humanidade. A Terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica, onde a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem, uma emergência da história da vida terrestre. [...] *A humanidade não se reduz absolutamente à animalidade, mas, sem animalidade, não há humanidade*¹.

Desta forma, não há dúvida de que a demanda ambiental, sua conservação e as questões direcionadas a Humanidade se tornaram tema a ser discutido por todos os atores sociais, seja pelas mudanças provocadas pela ação humana sobre a natureza, seja pela resposta que a natureza dá a essas ações. Esta totalidade deve ser sempre analisada no conjunto das ações e estratégias para a conservação da natureza.

A abordagem desta pesquisa-dissertação se direciona aos **Parques Nacionais, sua preservação como patrimônio e musealização**, buscando analisar as influências recíprocas entre esses dois movimentos - cujo objeto de estudo é o Parque Nacional da Tijuca situado no Rio de Janeiro, Brasil. **Partimos da questão principal de que a Museologia pode contribuir para o uso público dos Parques Nacionais (PARNAS) através da musealização destas áreas naturais preservadas.** A pesquisa envolve três focos: o primeiro refere-se à conservação da natureza e aos Parques Nacionais; o segundo, a relação da Museologia com o Meio Ambiente e a preservação dos Parques Nacionais; e o terceiro, ao estudo de caso do Parque Nacional da Tijuca, sua musealização e seu uso público.

A escolha do Parque Nacional da Tijuca como estudo de caso se definiu por alguns motivos: primeiro, por ser uma área de pesquisa conhecida nacionalmente; por ser uma área natural protegida, ícone de visitação no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil (é o primeiro Parque Nacional mais visitado do país); por ter uma ligação direta com a cultura carioca e com as interfaces que esta faz com outras culturas; por ser uma área musealizada; e por fim, devido a uma relação afetiva, que remonta aos fins de semana de visitas ao Parque durante infância, e do entendimento de que uma área de florestas preservada auxilia no aumento da consciência ecológica de cada um.

Cabe ainda destacar a motivação que originou e determinou o desenvolvimento desta pesquisa. Durante a trajetória de estudos nas duas graduações – Psicologia e Ciências Biológicas – o tema da relação entre o humano e a natureza despertou grande interesse. Refletir sobre a desconexão entre o humano e a natureza e as práticas possíveis para a reconexão, me permitiu perceber a importância de unificar estes

¹ Ibidem: 39.

saberes. Levando em conta que as mudanças ambientais ocorridas a nível global têm gerado reflexões sobre a sobrevivência do planeta Terra e sobre o universo simbólico construído pela sociedade humana para sua preservação, surgiu a curiosidade em pesquisar os modos como o homem tem se relacionado com a natureza. Nasceu daí a necessidade de identificar um novo lugar de pesquisa que proporcionasse o debate sobre a manutenção da riqueza da vida em todas as suas expressões.

A escolha de uma área natural preservada e musealizada – mais especificamente, um Parque Nacional – forneceram os elementos possíveis para esta análise: o homem como morador, como desbravador e como visitante de uma parcela de natureza que necessitou ser protegida exatamente devido às relações insustentáveis dos séculos anteriores.

A pesquisa se iniciaria com a reflexão sobre a valoração deste território pelos atores sociais, moradores que habitam a área; mas durante a organização do estudo surgiram as perguntas: O Parque Nacional é um museu? Como a Museologia, campo interdisciplinar autônomo, pode contribuir para a preservação dos Parques Nacionais? Como o público visitante pode compreender a necessidade de conservar o meio ambiente através de procedimentos específicos, que incluem a musealização? Devemos dizer que, inicialmente, esta ideia - parque como museu - não era tão fácil de ser compreendida, mas entendia que havia um rizoma que se ligava as novas formas de conhecimento e atualizava os conceitos sobre parques e museus.

Como as contribuições da Museologia para os Parques Nacionais e os trabalhos relativos à musealização deste patrimônio situam-se de forma ainda 'obscura' dentro do próprio campo disciplinar, e também dentro das outras áreas diretamente envolvidas com o assunto, prejudicando o conhecimento sistemático destes territórios pelos atores sociais envolvidos, este tema passou a ser primordial para o estudo.

É interessante dizer que, no campo das Ciências Naturais e/ou Biológicas, pouco se conhece este conceito e pouco se discute a aproximação do profissional de museus com as Unidades de Conservação – seja trabalhando efetivamente nas equipes ou desenvolvendo projetos, sob contrato temporário. A partir da organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) e da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2007), tem-se percebido a importância das exposições dos Centros de Visitantes nos Parques abertos a visitação, como fator primordial para a promoção pública das ideias sobre a valorização da natureza. E esta é uma função específica do museólogo.

Muitos especialistas acreditam que a Museologia trabalha somente com os bens culturais móveis. Mas o que são bens culturais, se não aqueles que se vinculam a relação homem/natureza/sociedade? Scheiner (1990: p.12) salienta que as relações Homem-Natureza têm levado o museu a trabalhar a sensibilização de indivíduos para os processos dinâmicos da natureza e da cultura, promovendo a conscientização da sociedade com relação ao seu patrimônio e a melhoria dos padrões de vida, através da musealização. Esta é a ótica da Museologia e da Teoria do Patrimônio, desenvolvida a partir das perspectivas conservacionistas que se agregaram ao campo das Ciências Naturais desde o início do século XX.

Acreditamos que a preservação e a musealização dos Parques Nacionais possibilitem a noção de cuidado pela vida em interdependência com a cultura, a natureza e a sociedade. É importante destacar que, atualmente, valorizam-se as questões culturais e aquelas questões ligadas à conservação da geodiversidade e da biodiversidade, bem como a interdependência dos ecossistemas importantes para uma região. O patrimônio desta forma representado será valorizado, inventariado, catalogado, pesquisado, documentado e comunicado em seu próprio território, possibilitando aos diversos atores, envolvidos nos processos referentes ao território a ser preservado, o conhecimento e a salvaguarda destas referências patrimoniais.

Desde os anos 1970 os Planos de Manejo dos Parques Nacionais Brasileiros já estabeleciam a obrigatoriedade da existência de espaços de exposição nos Centros de Visitantes, onde deveriam ser realizadas “atividades de interpretação da natureza, com utilização de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais” (DECRETO Nº 84.017/79²). Nestas exposições, a realidade pode ser explorada por meio da percepção sensorial, como experiência e para estudo de suas partes constituintes e levar ao visitante o conhecimento e a salvaguarda de todo território preservado.

Mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que não há no quadro funcional do ICMBio a função de museólogo. Isto prejudica o andamento das atividades interpretativas dentro do Parque, já que as exposições, que têm sido valorizadas pelo próprio ICMBio, podem não estar sendo desenvolvidas com o tratamento museológico adequado. A saída tem sido contratar escritórios de desenvolvimento de exposições, mas pouco se tem refletido sobre a pesquisa e documentação dos Parques e nos Parques enquanto museus.

² O decreto de regulamentação dos Parques Nacionais está disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=314>> (neste portal não o encontramos na íntegra) e em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm> ambos acessados em 01 de setembro de 2011.

Diante do exposto, o estudo se destaca, já que a relação entre Parques Nacionais e Museologia ainda não parece estar plenamente compreendida, tanto no Brasil como nos demais países. Neste sentido, uma abordagem dessas relações poderá contribuir para um melhor conhecimento do tema.

O **objetivo geral** da pesquisa-dissertação é abordar o momento em que a Museologia começa a trabalhar os parques como *museus* e investigar a contribuição da Museologia para a preservação dos parques nacionais brasileiros, mais particularmente para o Parque Nacional da Tijuca.

Como **objetivos específicos**, pretendeu-se:

- Analisar, como museu, o Parque Nacional da Tijuca, qualificado como Reserva da Biosfera pela UNESCO - tomando como referência o cotidiano do território e os Planos de Manejo do Parque;
- Avaliar as propostas de musealização do Parque Nacional da Tijuca e em que medida elas podem ser eficazes para que o parque possa ser visto como *museu* pelos diversos atores sociais envolvidos com ele.
- Abordar o tratamento museológico no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca, como um índice para o aumento de visitantes nas zonas de uso intensivo do Parque.

As **hipóteses** iniciais da pesquisa se baseiam em quatro questões:

- O Parque Nacional da Tijuca é um museu e um exemplo de patrimônio integral.
- A falta de propostas de musealização de um Parque Nacional impede o conhecimento do mesmo enquanto *museu* e diminui sua visitação;
- A Museologia contribui para a preservação dos Parques Nacionais através dos processos de musealização, interpretação e interação com a sociedade;
- A proposta de musealização do Parque Nacional da Tijuca poderá servir de modelo para outros parques nacionais brasileiros;

Enfatizando as relações que cada sociedade estabelece com o meio natural e/ou com sua produção cultural – as quais definem, entre outras coisas, a percepção de museu e de patrimônio; e considerando a Museologia como disciplina científica, cujo campo de atuação é o Real em sua integralidade, este projeto de pesquisa se vincula a **Linha de Pesquisa 1 do PPG-PMUS - Museu e Museologia** e, mais especificamente, ao projeto de pesquisa denominado *Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana*. Os conteúdos pesquisados referem-se

ao âmbito de abordagem **Museu e Sociedade**. Este projeto confere ao estudo a qualidade dinâmica dos aspectos de vida social, cultural e ecológica, trabalhando museu, museologia e patrimônio na relação - numa proposta de responsabilização pela preservação da natureza e, por conseguinte do planeta Terra, numa sociedade que se encontra em constante transformação econômica, social, cultural e ambiental.

A **metodologia** utilizada na pesquisa desenvolveu-se através de processos complementares entre si. Segundo Silva e Menezes (2005: p.16), o domínio de técnicas de coleta e interpretação de dados, manipulação de fontes de informação, conhecimento demonstrado na apresentação do referencial teórico e apresentação escrita ou oral, em conformidade com os ritos acadêmicos, traz qualidade formal para a produção da pesquisa, possibilitando informar de modo adequado à comunidade científica. Dentro deste espírito, realizou-se a pesquisa aplicada, buscando alcançar resultados que pudessem ser utilizados na solução de problemas reais (MARCONI & LAKATOS, 2007: p.20) e que envolvessem verdades e interesses locais – gerando conhecimentos dirigidos a solução de problemas específicos³.

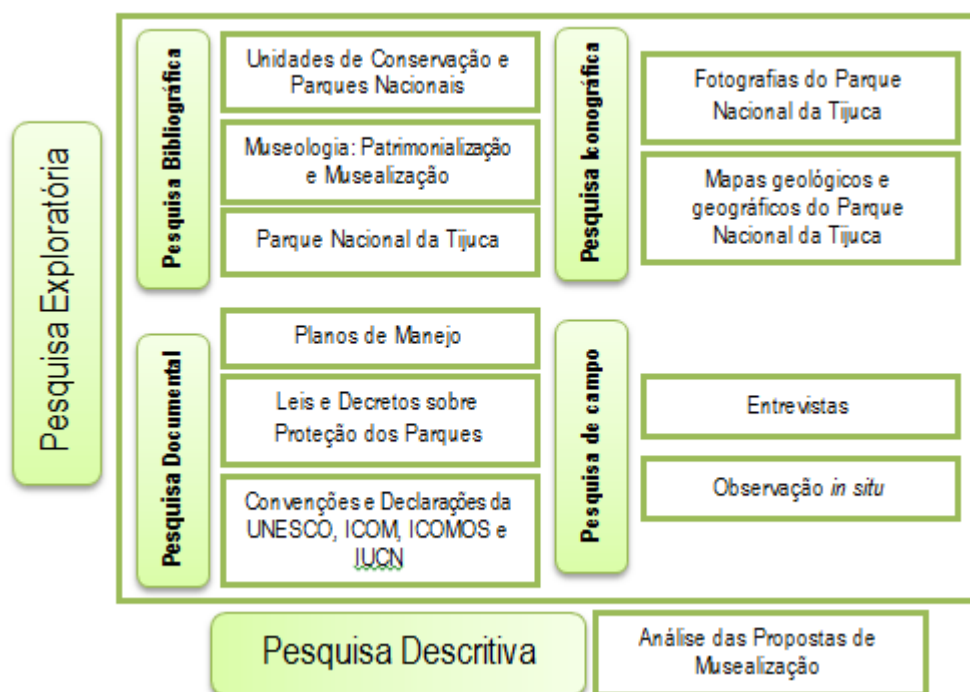
Com relação aos objetivos, a pesquisa se organizou em dois momentos: exploratório e descritivo (SELLTIZ et al., 1975). A fase exploratória visou proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito e a construir as hipóteses, usando como instrumentos/técnicas a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental; a pesquisa iconográfica; e a pesquisa de campo, com observação *in situ* e entrevistas semiestruturadas com atores sociais diretamente envolvidos. Esta metodologia é característica do estudo teórico-empírico⁴, já que utiliza dados oriundos de fontes bibliográficas e também de trabalho de campo. A abordagem do problema incluiu análise quali-quantitativa, com interpretação de dados sobre a visitação dos Parques e sobre o ambiente natural.

Quanto à pesquisa descritiva, referiu-se à especificação da proposta de musealização do Parque Nacional da Tijuca nos períodos compreendidos de 1973 a 1980 e de 1997 a 2011; e à análise destas propostas como modelo para outros Parques Nacionais brasileiros, revelando a contribuição da Museologia para a preservação do Parque Nacional da Tijuca (Figura 1).

³ SILVA & MENEZES. Op. Cit.: 20.

⁴ Op. Cit. Ibid.

Figura 1. Estrutura Metodológica



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

A primeira etapa – **pesquisa bibliográfica** - consistiu em levantamento de dados sobre: as unidades de conservação, em particular os Parques Nacionais; Museologia; patrimonialização; musealização; interpretação do patrimônio; o Parque Nacional da Tijuca. As pesquisas bibliográficas foram realizadas até o mês de outubro de 2011, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Museu da Chácara do Céu e na Biblioteca Alceo Magnanini do Parque Nacional da Tijuca, em busca de documentos sobre a história do parque e suas características intrínsecas, de uso e de manejo. Utilizamos também o portal desenvolvido pelo Laboratório de Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro⁵. As fontes de pesquisa incluíram ainda publicações impressas ou digitais, sob a forma de livros, artigos, periódicos, resenhas, monografias, dissertações, teses, além da pesquisa realizada no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em outros portais que tratam das relações entre Museologia, patrimônio e áreas naturais preservadas, bem como títulos do acervo pessoal da orientadora e do acervo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Incluíram-se, ainda, as fontes bibliográficas do acervo pessoal da mestranda.

A fundamentação teórica se organizou a partir do pensamento de dois grupos de teóricos. O primeiro grupo inclui autores da Teoria da Museologia e da Teoria do

⁵ Disponível em <<http://areasprotegidasrj.net/site/index.asp>> Acesso em 8 de maio de 2010.

Patrimônio, com fontes bibliográficas de diferentes regiões do mundo, incluindo as publicações do ICOFOM, ICOFOM LAM, ICOMOS⁶; e a produção de autores que vêm trabalhando, nas últimas décadas, com os conceitos básicos que fundamentam as mudanças epistemológicas sobre o Museu na contemporaneidade: André *Desvallées*, Bernad *Schiele*, Diana Farjalla *Lima*, François *Mairesse*, Gérald *Grandmont*, Jean *Davallon*, Marc *Maure*, Martin *Schärer* e Tereza *Scheiner*. Partimos das concepções da Museologia Contemporânea, incluindo o papel deste campo junto à sociedade e os acontecimentos que dela fazem parte na Atualidade. Foi dada ênfase especial às relações entre o Parque e a Museologia - existentes, sabemos, desde os anos 1970, inclusive no próprio Parque Nacional da Tijuca.

O segundo grupo de teóricos fundamenta-se nas Ciências da Natureza, e inclui autores que tratam do estudo sobre a proteção da natureza e sobre o estabelecimento dos Parques Nacionais brasileiros. Dentre estes destacam-se José Luiz de Andrade *Franco* e José Augusto *Drummond*. Além disso trabalhou-se com autores como Antônio Carlos *Diegues*, Frederico *Loureiro*, Ignacy *Sachs*, José Carlos *Barbieri*, Marta *Irving*, Nurit *Bensusan*, Rodrigo *Medeiros*, Vandana *Shiva* e Warren *Dean*. Consultamos ainda as bases Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente Recursos Naturais (IBAMA) e do ICMBio.

A segunda etapa constou de **pesquisa documental e iconográfica**. Neste caso, realizamos a pesquisa em documentos que tratam da normatização de procedimentos para a gestão do patrimônio dito *natural* e de acordos internacionais sobre a proteção da natureza: Convenções e Declarações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); documentos do Conselho Internacional de Museus (ICOM); do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Foram ainda utilizados outros documentos que norteiam a gestão e o manejo do Parque Nacional da Tijuca (os Planos de Manejo); mapas topográficos; mapas de geoprocessamento; fotografias áreas e terrestres; fotografias antigas e outras imagens sobre a área estudada, com objetivo de conhecer tecnicamente seu território; além dos documentos políticos e os decretos – leis sobre a regulamentação dos parques, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Foram, ainda construídos, como parte da segunda etapa, os roteiros das entrevistas (Anexo 1).

⁶ Ver Lista de abreviaturas.

Na terceira etapa – **pesquisa de campo** – foram entrevistados a museóloga Ana Cristina Vieira⁷, responsável pelo tratamento museológico do Parque, a fim de indicar as questões diretamente relacionadas com sua musealização e seu uso público; e o engenheiro agrônomo Prof. Alceo Magnanini, que demarcou o Parque Nacional da Tijuca em sua segunda delimitação, em 1967, e participou da criação de vários Parques Nacionais brasileiros, bem como de inúmeras outras áreas preservadas no Estado do Rio de Janeiro e em outros Estados. Magnanini foi também o primeiro profissional do Meio Ambiente no Brasil a aceitar a presença de um museólogo em sua equipe. Ambos os entrevistados foram informados sobre a instituição e o Programa de Mestrado aos quais a pesquisadora está vinculada; foram também explicados os interesses da pesquisa e sua metodologia, sendo ambos convidados formalmente a participar da pesquisa (Anexo 2). A autorização por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinada (Anexo 3) como permissão dos entrevistados para o procedimento de vídeo filmagem das entrevistas e publicação das informações. A entrevista com o Prof. Alceo Magnanini ocorreu em outubro de 2011, na sala de Projetos Especiais no Instituto Estadual do Ambiente; e a entrevista com Ana Cristina Vieira realizou-se em novembro de 2011, em sua sala, no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Tijuca⁸.

As entrevistas incluíram perguntas iniciais fechadas, para colher os dados biográficos dos entrevistados; e questões abertas, sobre o trabalho desenvolvido por cada um destes no Parque e outras instituições governamentais ligadas ao mesmo. Este procedimento de coleta foi gravado com auxílio audiovisual (vídeo-filmagem). O material foi editado, catalogado e encaminhado para integrar, no futuro, o acervo do Projeto Memória da Museologia, vinculado ao PPG-PMUS. Após a análise dos dados levantados, optou-se por questões direcionadas ao histórico do estabelecimento dos Parques Nacionais brasileiros; ao momento em que o museólogo é aceito para trabalhar na equipe do Parque Nacional da Tijuca; e a narrativa sobre seu estabelecimento e musealização.

A observação *in situ* foi utilizada para aprofundar os dados obtidos por intermédio das entrevistas; comparar as informações levantadas na pesquisa bibliográfica; e agregar subsídios para análise do plano museológico do Parque Nacional da Tijuca. Compreendeu três etapas: na primeira, em novembro de 2010, quando estudou-se o setor Floresta da Tijuca e o setor Serra da Carioca, por duas semanas, observando o fluxo de visitantes nos pontos de visitação e as placas indicativas existentes no Parque. Para a segunda etapa, voltamos ao Setor Floresta da Tijuca, no mês de Maio de 2011 e

⁷ Ana Cristina Vieira é museóloga e Coordenadora de cultura do Parque Nacional da Tijuca, é Analista Ambiental. Trabalha no parque desde 1996 e se aposenta em poucos anos.

⁸ Devido a um contratempo encontrado para realizar a autorização no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, o documento só foi emitido em dezembro, apesar do processo da pesquisa de campo ter se iniciado anteriormente (ANEXO 5).

continuamos a observação por mais uma semana. E por último, em outubro de 2011, durante duas semanas, a observação *in situ* se concentrou no Centro de Visitantes, no Setor Floresta da Tijuca, a fim de analisar a exposição e o fluxo de visitação no mesmo.

A quarta etapa da pesquisa, constituída pela análise descritiva, visou descrever o objeto de estudo (a musealização do Parque Nacional da Tijuca), com base no Plano de Manejo e nas conclusões da pesquisa exploratória, de acordo com os objetivos e hipóteses traçadas como reflexão pessoal, expondo a síntese integradora da pesquisa.

A **dissertação foi organizada em três capítulos** que englobam os assuntos apresentados acima.

O **capítulo 1** traça um breve histórico do surgimento dos Parques Nacionais, com uma breve abordagem das estratégias internacionais e nacionais para a proteção da natureza; e da criação dos primeiros parques nacionais do mundo, inclusive dos brasileiros, como ação para a proteção da natureza. Esta reflexão inclui a ideia inicial de Parque, conforme imaginada por Catlin no início do século XIX; e uma abordagem sintética dos programas nacionais criados para impulsionar o uso público dos parques nacionais.

O **capítulo 2** aborda e analisa a entrada ao tema do Meio Ambiente na Museologia, incluindo as ações que podem ser desenvolvidas dentro dos chamados *museus de território*, diferenciando-os dos denominados *museus tradicionais*. O texto inclui referências à ideia de Museologia do Meio Ambiente, desenvolvida por Davallon, Grandmont e Schielle (1992); e ainda uma ênfase especial sobre a patrimonialização da natureza e a musealização das áreas naturais, como contribuição para a preservação dos Parques Nacionais e seu uso público. O capítulo se completa com uma reflexão sobre a terminologia referente aos centros de interpretação.

O **capítulo 3** realiza uma abordagem detalhada sobre o Parque Nacional da Tijuca através do estudo dos Planos de Manejo de 1981 e 2008, estabelecendo uma comparação entre os planos no que diz respeito às zonas de uso intensivo. A análise inclui referência às ações museológicas desenvolvidas no parque, nos anos de 1973 a 1980 e de 1997 a 2011, como contributivas para sua preservação. O texto finaliza com uma reflexão sobre os desafios futuros do Parque.

Por fim, a conclusão apresenta uma síntese das respostas às questões norteadoras desta pesquisa, bem como algumas reflexões sobre a pesquisa e as perspectivas para desdobramento do trabalho, pois o campo é muito novo, profícuo e merece ser amplamente explorado.

CAPÍTULO 1
PARQUES NACIONAIS
proteção

I. PARQUES NACIONAIS: *proteção*

Florestas majestosas como catedrais foram incrivelmente pilhadas e devastadas [...]. Assistimos a formação de uma nova coalizão composta de caçadores da velha-guarda, saudosistas aficionados pela história, e aqueles para quem os sítios naturais são portais sagrados. [...] Essa coalizão finalmente dispararia o alarme que salvaria as poucas florestas virgens remanescentes na Europa e na América do Norte, e começaria proteger em larga escala as essenciais florestas tropicais. Seria opinião geral que todos os sítios aprazíveis remanescentes precisariam ser salvos para as futuras gerações.

(James Redfield - A Décima Profecia, 2009)

Jardins, matas, bosques, florestas e parques oferecem a projeção de um universo simbólico e material, ou seja, a representação do valor que a natureza possui para nós humanos, únicos seres conscientes da ligação entre todos os sistemas vivos. Várias ações definem tais representações da natureza e seu lugar na sociedade, inclusive no que se refere ao seu uso público. O valor material da natureza está para além de sua utilidade; inclui a relação entre vida e crescimento, de diálogo entre todos os sistemas bióticos e abióticos do planeta Terra.

A associação entre conservação da biodiversidade e seu uso público é o caminho para que a representação da natureza como patrimônio seja conhecida, em sua totalidade, pelos grupos sociais que visitam os Parques Nacionais. Essa associação funde natureza e cultura sob os mais diferentes aspectos.

1.1. O Parque Nacional como categoria de estudo

O tema *Parque Nacional* é complexo, já que se articula a noção de paisagem; as questões sociais e turísticas; as questões ecológicas e ambientais; e reflete importantes aspectos da relação íntima entre homem e natureza. Atualmente, o convívio com a natureza tem sido uma escolha de muitas pessoas; e visitar Parques Nacionais tem sido a solução para estimular a qualidade de vida e proporcionar o reencontro com a sintonia e o foco perdidos pela civilização ocidental no que tange a consciência ecológica. Para muitos a visita a um Parque é oportunidade de pesquisa e estudos; para alguns, é momento de energização, inspiração e/ou contemplação; para outros, é o encontro com o elo perdido da própria vida, o retorno à mãe-casa.

Os Parques Nacionais estão para além do exercício do contemplativo. Hoje representam um dos mais importantes mecanismos de conservação da diversidade biológica em escala mundial e, conforme seus objetivos, envolvem o ser humano na proteção da natureza ali valorizada. Observa-se que, em muitos Parques Nacionais, os trabalhos de interpretação da natureza têm alcançado tais objetivos – o de conservar a natureza.

Até os anos 1930, embora alguns Parques Nacionais já tivessem sido criados no mundo, ainda não havia uma definição mundialmente aceita que se aplicasse ao conceito de Parque Nacional. Em 1933, com a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna em seu Estado Natural, em Londres, definiram-se três importantes características dos parques: são áreas controladas pelo poder público; preservam fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, em áreas onde a caça é proibida; e devem servir a visitação pública.

Nota-se que neste documento os três pilares principais da definição dos Parques Nacionais já estavam presentes, mesmo que com outras palavras: responsabilidade do estado, proteção da biodiversidade e a presença do público visitante.

Na 10ª Assembleia-Geral da IUCN, no ano de 1969, em Nova Déli⁹, o conceito de **parque nacional** se refina, passando a ser aplicado somente nos seguintes casos: em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas; em sítios geomorfológicos e *habitats* de especial interesse científico, educacional e recreativo, ou que contenham paisagens naturais de grande beleza; em áreas onde a responsabilidade geral caiba ao Estado; onde se permita a entrada de visitantes.

Atualmente, no Brasil, a denominação de Parque Nacional (PARNA)¹⁰ é dada a uma categoria de Unidade de Conservação (UC), do tipo Proteção Integral, onde há a proteção da natureza admitindo-se o uso indireto dos seus recursos naturais. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), todo Parque Nacional tem a finalidade de:

Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação, de proteção e operacionalização, com a natureza e de turismo ecológico¹¹.

⁹ 10ª Assembleia Geral de Nova Deli, 1969, (*apud* Diegues, 2008:102).

¹⁰ As unidades de conservação dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal, conforme o SNUC (2000: p.8).

¹¹ *Ibidem*. 7.

Observa-se que a presença humana se dá através da visitação pública, permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico; e ainda para pesquisa científica, dependente de autorização prévia do órgão administrador da unidade. Nestas atividades é possível sensibilizar o visitante para a conservação.

A fim de cumprir seu objetivo, toda Unidade de Conservação necessita de um planejamento organizado, a partir de bases técnicas e científicas que permitam sua adequada gestão. Atualmente existem três instrumentos oficiais de planejamento e gestão dos Parques Nacionais brasileiros: Plano de Manejo (PM), Plano de Ação Emergencial (PAE) e Plano Operativo Anual (POA). O Decreto nº 84.017/79, de Regulamentação dos Parques Nacionais, em seu artigo 5º, estabelece que:

a fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Na mesma Regulamentação, em seu artigo 6º, o Plano de Manejo é definido como projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Da mesma forma, o SNUC (2000: p.3) define o Plano de Manejo como o:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O Plano de Ação Emergencial é uma alternativa simplificada para assegurar a proteção da área para aquelas unidades que não possuem seus Planos de Manejo; as definições das ações são feitas no documento para que se resolvam rapidamente os problemas identificados, já que para as unidades receberem recursos, precisam do documento pronto. O Plano Operativo Anual funciona como um detalhamento orçamentário das atividades a serem realizadas, em um dado ano, e deve ser usado em conjunto com o Plano de Manejo e com o Plano de Ação Emergencial. Os Parques Nacionais mais antigos elaboraram o Plano de Manejo conforme a Regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros, porém muitos ainda não conseguiram elaborar seus planos. Os Parques Nacionais mais jovens já elaboraram seus planos a partir da definição do SNUC, fortalecendo a entrada do visitante a partir da implantação das estruturas físicas necessárias a cada unidade.

Em 1994, a Comissão de Parques Nacionais e Reservas Naturais Protegidas da IUCN em 1994 (apud Brito, 2000: p.44) definiu que os Parques Nacionais devem ser “manejados principalmente para conservar ecossistemas intactos para as futuras gerações, permitindo a recreação e educação ao ar livre e instalações compatíveis com as finalidades conservacionistas, tolerando moderadas intervenções humanas”. É importante lembrar que o Plano de Manejo é um documento importantíssimo na conservação da natureza, pois organiza os critérios de delimitação das zonas que devem ser mantidas intactas preservando a evolução natural dos ecossistemas, e dentre outras, aquelas em que podem ser desenvolvidas atividades de interpretação ambiental.

O zoneamento dos Parques constitui, assim, uma valiosa estratégia de gestão. As zonas orientam a forma de gerir as atividades a serem desenvolvidas dentro do Parque Nacional. Cada qual deve ser devidamente estabelecida para que se constitua, por exemplo, o circuito da visitação, e se identifiquem e delimitem as áreas de pesquisa, ou de proteção integral. O quadro a seguir (Quadro 1) aponta os usos possíveis de cada zona, a partir de sua definição:

Quadro 1. Detalhamento do zoneamento dos Parques Nacionais

ZONA	DEFINIÇÃO
I. Intangível	É aquela onde o primitivismo da natureza permanece intacto, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral dos ecossistemas e dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.
II. Primitiva	É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima alteração humana, e que contenha espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.
III. Uso Extensivo	É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso público para fins educativos e recreativos.
IV. Uso Intensivo	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.
V. Histórico Cultural	É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo a pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.
VI. Recuperação	É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

VII. Uso Especial	É aquela que contém as áreas necessárias a administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitar com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.
-------------------	---

Fonte: Regulamentação dos Parques Brasileiros, 1979.

Um Parque Nacional que consegue cumprir seus objetivos utilizando-se do Plano de Manejo e estabelecendo o zoneamento de sua área total obterá sucesso; conseqüentemente os três pilares básicos serão visíveis a todos: responsabilidade do estado, a proteção da biodiversidade e a presença do público visitante.

1.2. A mobilização mundial para a Conservação da Natureza

Durante muito tempo, a proteção da natureza, não se vinculou a um grupo de estratégias devidamente estudadas e articuladas, como instrumento de preservação da diversidade biológica e de uso público. Antes do século XX, não havia uma comunhão de políticas mundiais para a proteção da natureza. Tais estratégias internacionais são essencialmente contemporâneas.

1.2.1. Estratégias internacionais para Conservação da Natureza

O ser humano, desde sempre, organizou formas de proteger a natureza: Medeiros, Irving e Gary (2006: p.15) enfatizam que “a criação de áreas protegidas ou regimes especiais de proteção para os recursos naturais é uma prática antiga nas sociedades humanas”. É provável que muitas tenham sido as razões para proteger áreas naturais. Bensusan (2006: p.12) explica que “originalmente, a ideia de se reservar determinados espaços tem, pelo menos duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais”. Desde as primeiras culturas pré-agrícolas no continente Asiático, em local próximo a região hoje denominada Iraque, já ocorria à conservação da vida silvestre. Davenport e Rao (apud JUNIOR, COUTINHO & FREITAS, 2009: p.31) destacam que:

Na Índia, 400 anos antes de Cristo, todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas; 700 anos antes de Cristo, nobres assírios estabeleceram reservas de caça, similares às reservas de caça do Império Persa na Ásia Menor, estabelecidas entre 550 e 350 anos antes de Cristo; na China, foram estabelecidas leis de proteção para planícies úmidas durante o sexto século depois de Cristo; Veneza criou reservas de veados e javalis no início do século VII; na Bretanha foram promulgadas leis florestais no século XI.

Tal proteção ocorria, naquelas civilizações, ora frente aos desafios da sobrevivência, ora pela sacralidade; ora pelo aspecto do belo e do deleite, ou mesmo pela cultura; e, desde o século XX, pelos movimentos de manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas. A urgência na organização de estratégias para proteção da natureza pode ser entendida como resultado de uma transformação das relações com a terra, que culmina, “no Ocidente, em relações de domínio e desprezo pela natureza e ultraconfiança na tecnologia como solução para todos os problemas ambientais”¹².

É importante destacar que a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, desencadeia uma mudança de mentalidade no que se refere à relação simbólica com a natureza. Os indicadores de riqueza modificam-se: a quantidade de terra acumulada dá lugar ao lucro advindo da produção; o eixo econômico passa rapidamente da zona agrícola e rural à insustentável zona urbana. Modifica-se o uso da terra. Segundo Teixeira (2010, p.39), durante este período da história da Humanidade, parte da sociedade percebeu a importância de se preservar o ambiente e seus respectivos recursos naturais, buscando minimizar a sua perda.

Scifoni e Ribeiro (2006: p.106) enfatizam que, com o estabelecimento da primeira área natural protegida nos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone, instituiu-se uma matriz/modelo valorativo/conceitual onde ficam claros três aspectos essenciais para aquela época:

1. O reconhecimento da importância de um mundo natural em estado primitivo,
2. Objeto primeiro de proteção pelo Estado, uma vez que ela implica interesse público,
3. A ênfase dada aos aspectos estéticos, estes constituindo o fundamento maior da valoração.

Atualmente outros valores se agregam aos motivos pelos quais áreas naturais devem ser protegidas. O critério da beleza excepcional evoluiu para os critérios ecológicos, como a ameaça de extinção de espécies - sendo a conservação da biodiversidade do planeta o principal motivo. Ou seja, passa-se a atribuir a delimitação de uma área protegida a valoração dos recursos naturais nela existentes; e a necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Mas, a partir de que fato a civilização ocidental começa a perceber que uma área natural vai além de sua beleza estética e/ou de sua exuberância? E que seria importante de fato resguardar o meio ambiente?

¹² BENSUSAN, Op. Cit.: 11.

Após os ataques nucleares no fim da 2ª Guerra Mundial, contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, a fragilidade da vida no planeta fica em evidência: a partir de então, “**a vida é percebida como patrimônio** – não pela filosofia ou pelas instâncias oficiais, mas pela população do planeta” (SCHEINER, 2004: p.96). A visão das cidades arrasadas demonstra que o que está em jogo é a vida - a vida humana. Conservar os recursos naturais surge como alternativa para a solução dos problemas locais – das cidades destruídas pelos ataques da guerra e bombardeadas; e dos problemas globais, como a conservação do planeta e da espécie humana.

Assim, inicia-se um movimento de interesse pela organização, construção e formalização de modelos para proteção da natureza. Com a reunião de grupos de especialistas preocupados com as mudanças ocorridas no planeta, desde o início do século XX, as iniciativas em prol do cuidado pela vida se desencadeiam a nível internacional. Tal interesse tem o objetivo de estabelecer uma ordem universal para a conservação da natureza. Conforme Ribeiro (apud Scifioni e Ribeiro 2006: p.106) a *ordem ambiental internacional*:

busca estabelecer, por meio de acordos e tratados, uma gestão dos recursos naturais que considere problemas comuns e que ultrapassem as fronteiras dos Estados Nacionais, resultados de diversas formas que a relação sociedade-natureza adquiriu ao longo da história.

Três grandes agências internacionais tornam-se importantes na organização de estratégias para a conservação da natureza: *United Nations* (ONU), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e *International Union for Conservation of Nature* (IUCN).

A partir da criação da ONU se desencadeiam em vários países comissões, programas, eventos, discussões e ações para a proteção da vida no Planeta. Logo depois, com a criação da IUCN, as discussões sobre conservação da natureza começam a ser delineadas em plano internacional, tornando-se ícone proeminente para a política de conservação. A criação da UNESCO, no âmbito da ONU, amplia a ideia da natureza como patrimônio comum da humanidade, através dos programas desenvolvidos em conjunto com outras organizações (Quadro 2).

Quadro 2. Organizações Mundiais que tratam da proteção da natureza

Criação	Tipo	Sede	Ano	Objetivos
ONU ¹³	Organização internacional	EUA	1945	Manter a paz, segurança e diálogo. Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a resolução desses objetivos comuns.
UNESCO ¹⁴	Agência especializada da ONU	França	1946	Contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Salvaguardar o patrimônio cultural e natural.
ICOM ¹⁵	Subordinado à UNESCO	França	1946	Fornecer os meios e os serviços de apoio para os museus cumprirem sua meta de diálogo perante a sociedade.
IUCN ¹⁶	Organização internacional	Suíça	1948	Influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo para a conservação dos recursos naturais.
ICOMOS ¹⁷	Consultor da UNESCO	Paris	1965	Encorajar a adoção e implementação de convenções e recomendações internacionais respeitantes a proteção, conservação e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios.

Fonte: Páginas oficiais das Organizações, 2011.

Com a finalidade de refletir e traçar novas diretrizes para os museus e encontrar a melhor forma de fazê-los interagir com a sociedade, o **ICOM** se estabelece em 1946; e **desde 1968, na 8ª Assembleia Geral realizada em Munique¹⁸, Alemanha, reconhece as reservas naturais como museus.** A IUCN se organiza para dedicar-se especialmente as relações entre as sociedades e as áreas naturais preservadas. Vale ressaltar que as estratégias para os Parques Nacionais e áreas protegidas, por iniciativa da IUCN, renovam-se sistematicamente, de 10 em 10 anos, desde 1962.

A iniciativa da UICN de organizar as áreas protegidas em categorias a partir de critérios científicos, como referência global para sistemas nacionais de áreas protegidas, possibilita a organização do uso da terra e o seu manejo. Muitos países modificaram tais categorias conforme suas particularidades, porém mantendo o proposto na convenção (Quadro 3):

¹³ United Nations (ONU).

¹⁴ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

¹⁵ International Council of Museums (ICOM).

¹⁶ International Union for Conservation of Nature (IUCN).

¹⁷ International Council on Monuments of Sites (ICOMOS).

¹⁸ BOYLAN, P. **Defining Museums and Galleries** – ICOM International Committee for the Training of Personnel (ICOM-ICTOP). Disponível em <<http://www.city.ac.uk/ictop/mus-def.html>> Acesso em 28 de Dezembro de 2010. (Tradução e grifos nossos).

Quadro 3: Categorias de áreas de proteção conforme IUCN

Categorias de áreas protegidas reconhecidas pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN)	
I. Áreas naturais selvagens	
Ia. Reserva natural estrita	
Ib. Área natural silvestre	
II. Parque Nacional	
III. Monumento Natural	
IV. Área de manejo de espécies e habitats	
V. Paisagem terrestre ou marinha protegida	
VI. Reserva de recursos manejados	

Fonte: Propostas do 4º Congresso Mundial de Parques, em 1992, em Caracas.

Vale destacar que a UICN (1994: p.7) reconhece que um território natural protegido é “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e gerenciados por meio de meios legais ou outros meios eficazes”.

O ICOMOS, no uso da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) se dedica a conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios de todo o mundo: para tal recolhe, analisa e dissemina dados sobre a conservação deste patrimônio.

O olhar integrado para a valorização do patrimônio inicia-se a partir de um conjunto de documentos redigidos pela UNESCO através do ICOMOS e ICOM. De acordo com estes documentos, popularmente conhecidos com o nome de “Cartas Patrimoniais”, o ambiente passa ser incorporado como “questão” no processo da proteção patrimonial.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, pesquisas e estudos de diversas instituições e pesquisadores já expressavam uma preocupação com a sobrevivência do planeta e com a crise ambiental que se anunciava. Neste mesmo período (anos 1960) a percepção do meio ambiente integral se define na esfera política, influenciada pela reaproximação do que ainda se considerava Ocidente com as culturas orientais (Scheiner, 2004: p.96), possibilitando pensar a integração entre humano e natureza como única via possível para um futuro sustentável.

Com esta ideia ocorre, em Paris, em 1968, a primeira reunião intergovernamental sobre o tema – a Conferência sobre a Biosfera, organizada pela UNESCO. Nesta conferência se oficializa o entendimento sobre a necessidade da conservação e uso

consciente dos recursos naturais, o que chamamos hoje de sustentabilidade. No ano seguinte, em 1969, o Governo da Suécia propõe à ONU uma conferência internacional para tratar destes problemas, ideia só aceita depois do desastre ecológico de Minamata¹⁹ e concretizada em 1972. No ano anterior, em 1971, criara-se o Programa Homem e Biosfera (MAB)²⁰. Segundo Scheiner (2004: p.97):

um novo instrumento de conservação se desenha: as Reservas de Biosfera - áreas de estudo da natureza e de educação do público. Está dado o passo inicial para a tomada de consciência, a nível planetário, da importância que se atribui a relação entre o humano e a natureza, via conservação dos recursos naturais.

A evolução da conservação das reservas é acompanhada em parceria com as pessoas, ou seja, na relação público-natureza, como maneira de compreender a conservação da natureza em âmbito internacional, o objetivo é educar as populações para a prática do desenvolvimento sustentável.

Um marco importante para o início das discussões sobre o desenvolvimento e a responsabilidade de toda sociedade frente à natureza foi a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, em 1972. Segundo Barbieri (2008: p.17) as “reuniões preparatórias que a antecederam firmaram as bases para esse novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento”.

Mundialmente, os movimentos para proteção da natureza ganham força a partir dos anos 1970. Junior, Coutinho e Freitas (2009: p.31) revelam a preocupação com a emergência de um novo paradigma, que promove a reflexão sobre a proteção da natureza no século presente:

conservação, recuperação e manejo da biodiversidade são desafios para a sociedade no século XXI. Tratam de questões filosóficas e metodológicas para a integração de diferentes materialidades do conhecimento e expõem, diante da emergência de um novo paradigma,

¹⁹ Minamata é uma baía localizada em Kumamoto no Japão. Nela sediava-se a indústria química Chisso, que lançava metal-mercúrio as suas águas, contaminando trabalhadores, pescadores e moradores. Mais de mil pessoas foram mortas entre 1965 e 1968. Além das mortes, o envenenamento por mercúrio gerou doentes e bebês com má formação congênita. Esse desastre veio a público em 1968 e motivou a proposta Sueca para que a ONU realizasse uma conferência geral sobre o meio ambiente humano.

²⁰ Trata-se de um programa de conservação e manejo do patrimônio natural estabelecido na UNESCO a partir de 1971: o Homem e a Biosfera conhecido pela sigla em inglês, MAB (*Man and the Biosphere*). O MAB tem seu Secretariado anexo a Divisão de Ecologia, área de ciências da UNESCO. Seu objetivo principal é selecionar e acompanhar a evolução das Reservas da Biosfera. Voltadas à conservação da biodiversidade, a promoção do desenvolvimento sustentável e a manutenção de valores culturais associados ao uso de recursos biológicos, as Reservas são zonas delimitadas no interior dos países e internacionalmente reconhecidas pelo programa MAB. Cada uma delas tem como objetivo cumprir três funções complementares: conservar recursos genéticos, espécies, ecossistemas e paisagens; estimular desenvolvimento sustentável, social e econômico; e apoiar projetos demonstrativos, de pesquisa e educação, na área de meio ambiente. Fonte: **Reservas da Biosfera: O homem e a biosfera: um conceito dinâmico de patrimônio**. Disponível em <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=10250&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html> Acesso em 28 de Dezembro de 2010.

a relevância de se avançar na crítica da racionalidade do modelo econômico dominante.

Com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável, relacionando cientistas, autoridades governamentais, empresários, parlamentares, engenheiros e economistas, cria-se, durante a Conferência de Estocolmo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)²¹. O amadurecimento da ideia do meio ambiente, como patrimônio e direito internacional, foi então integrado às políticas mundiais para o desenvolvimento, como responsabilidade de Estado.

Em 1980, a IUCN lança a Estratégia Mundial de Conservação da Natureza, com patrocínio conjunto do PNUMA e do Fundo Mundial para a Vida Silvestre (WWF), com os seguintes objetivos (BARBIERI, Op. Cit.:23):

- Manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser Humano;
- Preservar a diversidade genética;
- Assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana.

Dois anos após, em 1982, organiza-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por *Comissão Brundtland*, na qual se discute a vinculação do meio ambiente com as ações e necessidades humanas. Seu relatório final, denominado *Nosso Futuro Comum*, tem como ideia básica “alcançar uma economia mundial sustentável. Para isso não podem ocorrer as desigualdades que hoje se observam entre os países” (Ibidem: 25).

Passados mais de vinte anos, os tratados firmados em Estocolmo, como primeiro grande passo para a conscientização mundial sobre os problemas ambientais, ainda andavam lentamente. Como reafirmação dos seus propósitos básicos, surge a necessidade de realizar outra Conferência Mundial, já que desastres ambientais de consequências catastróficas, como o acidente nuclear em Chernobyl, na Ucrânia, lembraram ao mundo a importância das estratégias, normas e técnicas para regular o meio ambiente.

Em 1992, organiza-se no Brasil a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida por ECO-92. Este é o momento em que as discussões e atividades voltam-se efetivamente para as ações de

²¹ United Nations Environment Programme (UNEP).

conservação deste patrimônio, marcadas pela ampliação da conscientização, em nível mundial, da necessidade de implementar outro estilo de desenvolvimento. Vários documentos foram aprovados, neste evento, dentre eles a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção da Biodiversidade (CDB); e a Agenda 21. Desde então, tais documentos norteiam as ações para a conservação da natureza no mundo inteiro. Em 2012, acontecerá no Brasil a Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mantendo a discussão que se abriu nos anos de 1970.

Enfim, o fator *exploração dos recursos* tem sido o motivo principal para a intensificação do crescimento da proteção das áreas naturais, no final do século XX e neste início do século XXI; evidencia-se a manutenção da diversidade biológica e geológica dos ecossistemas para as gerações futuras, por isso “o número de áreas protegidas em todo mundo tem aumentado sistematicamente” (IRVING, GIULIANI & LOUREIRO, 2008: p.22).

Na verdade, a maneira como as civilizações se relacionam com a natureza também demonstra as formas de proteção que desenvolvem. Gonçalves, C. (2010: p.21) ressalta que “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja natureza”; assim, cria e inventa formas de protegê-la, enquanto produção material, espiritual, e cultural, instituídas em suas relações sociais. Desta forma, os modelos de proteção e a ideia de área protegida dependem do significado que cada sociedade atribui à natureza. Junior, Coutinho e Freitas (2009, p.33) ressaltam que:

O significado da natureza para as sociedades tem sido um dos condicionantes para os modelos de proteção desenvolvidos. Na Europa, as áreas protegidas têm uma característica de utilização sustentável, pois há uma cultura milenarmente arraigada a terra, enquanto desbravadores europeus nas Américas, que inicialmente tiveram que lidar com natureza hostil e desconhecida desenvolveram a ideia de distância e incompatibilidade entre o homem e a natureza.

Tal desequilíbrio nos remete a reflexão sobre a necessidade de mudanças nas formas de pensar e agir em torno da questão ambiental. E felizmente, têm-se observado mudanças de pensamento sobre a finitude dos recursos naturais; e sabe-se hoje que seu uso insustentável ameaça o futuro das novas gerações: neste sentido estratégias internacionais formalizam, regulamentam e normatizam procedimentos e conceitos para que a universalização da proteção ambiental possa ser constituída.

1.2.2. A ideia de Parque Nacional e sua evolução – um modelo Catliano não valorizado

A ideia de Parque Nacional se desenvolve no âmbito da cultura norte-americana, e conforme o *National Park Service (NPS)*²² dos Estados Unidos, a ideia inicial parte principalmente dos olhares de um artista, George Catlin (1796-1872)²³. No início do século XIX, Catlin já se preocupava com os efeitos da expansão sobre a civilização indígena americana, a vida selvagem e os territórios considerados selvagens, no oeste dos Estados Unidos. Ele sugeriu que tanto os índios, como os animais e as áreas naturais pudessem ser protegidos pelo Governo, “por uma grande política de proteção do governo... num magnífico parque... Um parque nacional que contenha homens e animais, e toda vida selvagem e o frescor de sua beleza natural”, mantendo a peculiaridade da relação humana com a natureza.

Buscava-se com esta ideia a conexão perdida entre o interior e o exterior do homem no mundo ocidental moderno. A intenção da conservação se estabelece nos domínios da harmonia entre os viventes no território. Diegues (2008: 28) ressalta que “Catlin em suas viagens pelo oeste americano concluiu que tanto os búfalos quanto os índios estavam ameaçados de extinção”. A partir das observações *in situ* que Catlin realizava, para pintar seus quadros, nasce a ‘ideia do parque nacional’, que teria por objetivo a relação cultural do humano com a natureza.

Mas oficialmente tem sido afirmado que a ideia de estabelecer o parque nacional para uso público, junto ao governo, foi uma consequência direta da sugestão feita por Cornelius Hedges - um membro da expedição ao Oeste que explorava as terras para “civilizá-las”. Na noite de 19 de setembro de 1870, Hedges propõe a criação da reserva para o bem público, evitando que fosse comercializada dentro das políticas de

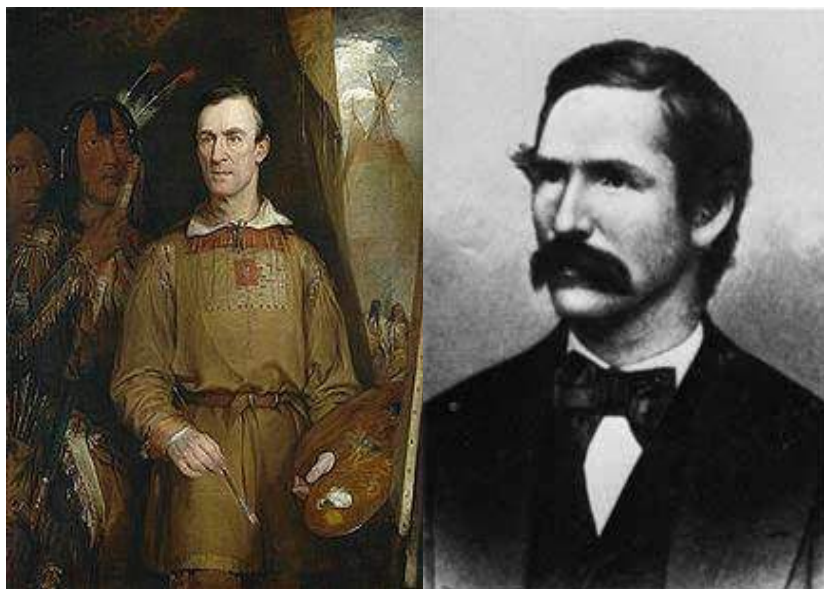
²² O National Park Service (NPS), criado em 1916, é uma agência reguladora do Governo dos Estados Unidos que administra os parques nacionais americanos, assim como monumentos e outras propriedades de valor histórico. O site com as publicações e serviços realizados nos parques nacionais americanos está disponível em <<http://www.nps.gov/index.htm>>. Acesso em 19 de maio de 2011.

²³ George Catlin foi artista. No ano de 1830 e nos seis subsequentes, viajou para as Planícies Indígenas do Oeste Americano, pois se interessava pelo modo de vida do índio. Catlin foi o primeiro artista a pintar os índios das planícies em seus próprios territórios e na sua relação com o ambiente. Admirava-os como a encarnação do ideal iluminista de “homem natural”, vivendo em harmonia com a natureza. Viu muitos deles perecerem, pois o Congresso dos Estados Unidos neste mesmo ano decretou o “*Indian Removal Act*”, exigindo que os índios do sudeste do país se reassentassem a oeste do rio Mississippi. A migração forçada, bem como epidemias de varíola e a intervenção contínua dos caçadores, garimpeiros, exploradores e colonizadores, criou pressões sobre culturas indígenas e dificultou sua adaptação. Catlin produziu diversas telas do cotidiano indígena, acreditando que o governo dos EUA patrocinaria e compraria sua Galeria Indígena como um legado para as gerações futuras, porém isto não ocorreu. Em 1852 ele entra em falência e morre em 1872. Em 1879, seus herdeiros oferecem as obras ao Governo dos Estados Unidos. Um primeiro conjunto de pinturas foi transferido para o Smithsonian Institution. O segundo conjunto de pinturas foi comprado pelo Museu Americano de História Natural e pelo New York Historical Society. Tradução Adaptada. Disponível em <<http://americanart.si.edu/catlin/highlights.html>> Acesso em 19 de maio de 2011.

democratização da posse das terras, característica da ocupação de grande parte do que é hoje o Oeste dos Estados Unidos da América²⁴.

Qualquer que tenha sido o primeiro, ambos – Catlin e Hedges – auxiliaram o pensamento sobre a proteção da natureza nos Estados Unidos (Figura 2).

Figura 2. Personagens que auxiliaram na proteção da natureza nos EUA



George Catlin (1796-1872). Foto: William Fisk, 1846. Cornelius Hedges (1831-1907). Fonte: www.nps.gov

No entanto, a ideia que prevaleceu foi a da intocabilidade e da separação do homem destes espaços, que seriam usufruídos somente para o lazer e deleite; e não a de Catlin, de parque nacional como lugar de conexão entre cultura e natureza. O impulso idealista de preservar a natureza foi complementado, desde o início, pela vontade pragmática de promover o turismo.

No século XIX, nos Estados Unidos, nota-se o interesse em preservar ruínas e artefatos pré-históricos indígenas em terras públicas. Os "monumentos históricos, estruturas históricas e pré-históricas e outros objetos de interesse histórico ou científico" recebem a custódia federal, como monumentos nacionais. A partir deste movimento, Theodore Roosevelt, Presidente daquele país na época, nomeia 18 monumentos nacionais, antes de deixar o cargo. Foram incluídos não só os recursos culturais como sítios pré-históricos e inscrições, mas também áreas naturais como o Grand Canyon. Mais tarde o Congresso Nacional reservaria a espetacular zona de Yellowstone, nos

²⁴ Na verdade várias pessoas estiveram envolvidas com a criação do primeiro parque nacional do mundo como área pública. Disponível em <http://www.nps.gov/history/history/online_books/haines1/iee4a.htm> Acesso em 25 de novembro de 2011.

Estados de Wyoming e Montana, “como um parque público ou zona de prazer para o benefício e desfrute das pessoas”; e promoveria a “Parque Nacional” a ‘Floresta Petrificada’, o Grand Canyon e outros monumentos naturais. Assim, em 1872, foi estabelecido o primeiro Parque Nacional no mundo – o Yellowstone.

Se analisarmos o contexto sociopolítico dos Estados Unidos, da segunda metade do século XVIII (época em que se iniciou a expansão territorial daquele país a Oeste) até a segunda metade do século XIX (quando absorve a influência da chamada Revolução Industrial), compreenderemos as ações governamentais realizadas. Acreditava-se, naquele momento, que a civilização urbano-industrial era destruidora da natureza e que diminuía as áreas em condições prístinas (aquelas isentas de grandes perturbações e manipulações); assim, com o estabelecimento de parques nacionais, as áreas naturais poderiam servir, ao mesmo tempo, de locais de descanso e recuperação das energias gastas na vida estressante e no monótono trabalho fabril; e serviriam também como proteção da vida selvagem ameaçada.

Naquele momento, muitos trabalhadores idealizavam a vida no campo, não para o envolvimento na produção agrícola, mas para contemplação da natureza selvagem – a ‘*wilderness*’ – em busca de reflexão e isolamento espiritual e/ou com fins de recreação. Desta forma, o pensamento americano sobre a proteção da natureza no século XIX, conforme Diegues (2008: p.17) “era afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la” após o cansaço do trabalho. Os espaços escolhidos para preservar a paisagem da devastação industrial eram, então, os que detinham qualidades de beleza cênica e que serviriam para o deleite humano.

Este modelo americano de proteção da natureza foi solução para o enfrentamento da perda de recursos naturais devido ao desenvolvimento causado pela industrialização; e foi influenciado pela visão preservacionista, cujo objetivo era “manter remanescentes intocados para contemplação e como testemunho para gerações futuras, estabelecendo o distanciamento entre o homem e esses “refúgios” de vida silvestre protegidos do uso direto” (JUNIOR, COUTINHO & FREITAS, 2009: p.33).

Depois da criação de Yellowstone, muitos outros países estabeleceram seus primeiros parques nacionais utilizando o modelo americano, tendo como essência da filosofia proteger, interpretar e administrar lugares com paisagens cênicas espetaculares, com atributos naturais de grande valor como testemunhos para as gerações futuras.

1.2.3. Os primeiros Parques Nacionais no mundo

Como dissemos, o modelo de proteção de áreas naturais adotado por vários países, principalmente os da América Latina, sofre influência do primeiro parque nacional, Yellowstone. Diegues (2008), Bensusan (2006) e Junior, Coutinho e Freitas (2009) enfatizam que uma parte significativa das áreas naturais protegidas criadas pela civilização ocidental tem como base o mito da natureza intocada.

É interessante analisar que o estabelecimento dos primeiros parques nacionais, nos diferentes países e continentes, ocorre segundo o modelo norte-americano; mas, com as estratégias internacionais para a conservação da natureza, passaram por mudanças no desenvolvimento das atividades direcionadas para o público visitante, destacando sua proteção como patrimônio e sua relação direta com a sociedade.

O Royal National Park²⁵, criado ao Sul de Sidney, na Austrália, em 1879, é o segundo parque nacional mais antigo do mundo, depois de Yellowstone. Em 2006 este parque foi adicionado à lista de Patrimônio Mundial do país.

Em 1885 o Canadá criou uma pequena reserva de fontes termais, que dois anos depois se tornaria o Banff National Park²⁶ onde se desenvolveria um trabalho com o patrimônio natural e cultural, de conservação e educação, visitação e recreação. O Banff National Park possui seu próprio museu – o Banff Park Museum²⁷ inaugurado em 1895, 10 anos após o estabelecimento daquele território como parque nacional. Em 1903 o museu foi transferido para o prédio atual, que apresenta um estilo arquitetônico comum à época, sendo declarado, em 1985, Sítio Histórico Nacional do Canadá, pelo *Historic Sites and Monuments Board of Canadá*; e designado/classificado, em 1986, pelo *Federal Heritage Buildings Review Office*, como entidade destinada a proteger, preservar e apresentar o museu para as gerações presentes e futuras (Figura 3).

²⁵ O Serviço dos Parques Nacionais e da Vida Silvestre e o Serviço do Patrimônio e Ambiente da Austrália estão disponíveis em <<http://www.environment.nsw.gov.au/nationalparks/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

²⁶ O Canadá apresenta um portal que disponibiliza todos os parques existentes no país, inclusive os históricos e marinhos. Disponível em: <<http://www.pc.gc.ca/pn-np/ab/banff/index.aspx>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

²⁷ No período de 1896-1932, as coleções foram elaboradas pelo Serviço Geológico do Canadá, sendo uma abordagem precoce da história natural do Canadá. Ao longo de seus primeiros anos, o museu tratou de história natural e humana, e no fim dos anos 1950, se limitou a história natural. Atualmente, as coleções é uma grande representação da era 1914.

Figura 3. Banff Park Museum



Fonte: <http://www.pc.gc.ca/lhn-nhs/ab/banff/index.aspx>

Dois anos depois, em 1887, a Nova Zelândia criou o Parque Nacional de Tongariro²⁸ no centro da Ilha Norte. Em 2008, 83.200 visitantes internacionais tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Mas mesmo sendo o mais antigo de seu país, não é o mais visitado, uma vez que o Parque Nacional Fiordland teve, no mesmo ano, 441.200 visitantes internacionais. O Parque Nacional de Tongariro é uma área de Patrimônio Mundial duplo da UNESCO, que reconhece as representações culturais e espirituais dos povos indígenas Maori, ali viventes, bem como as características vulcânicas do seu território.

O continente africano cria sua primeira área de proteção em 1898, bem antes da Europa e no mesmo ano que a América Latina: o Parque Nacional Kruger²⁹, na África do Sul, ainda colônia do Reino Unido. As representações culturais que desempenharam um papel na história do país são ali conservadas, juntamente com os recursos naturais do parque.

No mesmo ano, 1898, o México cria a primeira Área Protegida da América Latina: *Monte Vedado del Mineral del Chico*. Porém somente em 1982 esta área seria

²⁸ No portal oficial dos parques de Nova Zelândia, a data comemorativa para a criação da área natural protegida é o ano de 1887. Alguns autores pesquisados usam a data de 1894 como criação do parque, porém não foram encontradas até o momento referências sobre esta data. Disponível em <<http://www.doc.govt.nz/parks-and-recreation/national-parks/tongariro/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

²⁹ Os serviços desenvolvidos pelos parques nacionais da África do Sul estão disponíveis em <<http://www.sanparks.org>>. Acesso 30 de maio de 2011.

denominada o Parque Nacional El Chico, destinado ao uso público de seus recursos naturais de valor histórico, científico e recreativo³⁰.

Ainda na América Latina, a Argentina criou seu primeiro parque nacional a partir da doação feita por Francisco Pascacio Moreno, em 1903, de um território hoje conhecido como Parque Nacional Nahuel Huapi³¹; em 1934 se consolidam sua lei de proteção e seus limites de demarcação. O valor ecológico e paisagístico se estende a uma extensa área representativa da região andina do norte da Patagônia.

Em 1926, foi criado no Chile Parque Nacional Vicente Pérez Rosales³², o primeiro do país, localizado em uma área de vulcanismo com processos tectônicos e glaciares, os principais fatores que deram lugar à Cordilheira dos Andes. Atualmente o parque faz parte do programa de Reserva de Biosfera das Florestas Temperadas Tropicais dos Andes do Sul, desenvolvido pela UNESCO em 2007.

O Equador inicia suas atividades de conservação na Ilha de Galápagos, nos anos 1930, porém a área protegida como Parque Nacional de Galápagos³³ só viria a ser criada em 1959, protegendo a paisagem vulcânica e o meio ambiente marinho único no mundo. Mais de 230 ilhas, ilhotas e rochedos compõem o arquipélago, e somente 4% do território é reservado para ocupação humana. Seu isolamento durante milhões de anos criou os ecossistemas únicos na Terra. Em 2001, o Parque Nacional e a Reserva Marinha de Galápagos são incluídos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (Figura 4).

³⁰ Nas pesquisas sobre este parque nacional não foi possível levantar um serviço on-line que possibilite a pesquisa direta com o governo, agência de pesquisa ou de conservação destas áreas. Há um Instituto Nacional de Ecologia que agrega decretos da área como Parque nacional para uso público disponível em <<http://www2.ine.gob.mx/publicaciones/libros/130/hgo.html>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

³¹ Argentina possui uma Administração dos Parques Nacionais (APN) disponível em <www.parquesnacionales.gov.ar> e um portal oficial do parque disponível em <<http://www.nahuelhuapi.gov.ar>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

³² A Corporação Nacional Florestal (CONAF) é uma entidade de direito privado no âmbito do Ministério da Agricultura, no Chile; o portal está disponível em <http://www.conaf.cl/parques/ficha-parque_nacional_vicente_perez_rosales-28.html>. Acesso em 30 de maio de 2011.

³³ Este território influenciou a teoria de Charles Darwin sobre a evolução após a sua visita em 1835. A UNESCO denomina o parque como “museu vivo e mostra de evolução”. Disponível em <<http://www.galapagospark.org>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

Figura 4. Ilha Isabela. Trilha para os vulcões Cerro Azul e Chico. Parque Nacional de Galápagos



Foto: José Pais, 2011.

Na Venezuela, o Parque Nacional Henri Pittier³⁴ foi o primeiro parque nacional, criado em 1937 com o nome de Rancho Grande, a fim de proteger os recursos naturais da região; através de um novo decreto, seu nome foi alterado para Henri Pittier, em reconhecimento pelo trabalho científico realizado no país por aquele estudioso. **Em 14 de junho do mesmo ano, o Brasil cria seu primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia³⁵, em área montanhosa do Estado do Rio de Janeiro (Serra do Mar).**

A Suécia³⁶ foi o primeiro país da Europa a criar espaços demarcados para conservação da natureza, inclusive parques nacionais. Em 1909, nove áreas foram simultaneamente transformadas em parques nacionais. Quanto à França, somente em 1963 cria o Parc National de la Vanoise³⁷ após a mobilização de um movimento ambientalista.

Compreendemos que, mesmo estes parques nacionais sendo estabelecidos a partir do modelo norte-americano, inclusive o de Yellowstone, atualmente cumprem o papel cultural e patrimonial de interação dinâmica entre homem e natureza através da

³⁴ O governo da Venezuela possui um Instituto Nacional de Parques, que agrega os serviços de todos os parques nacionais, monumentos naturais e parques de recreação, disponível em <<http://www.inparques.gob.ve/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

³⁵ Para saber mais <http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/> e <<http://www.parquenacionaldoitatiaia.com.br/>>. Acessos em 26 de maio de 2011.

³⁶ Página oficial da Suécia sobre a conservação da natureza disponível em <<http://www.naturvardsverket.se/en/>> acesso em 30 de maio de 2011.

³⁷ O site oficial do Parque Nacional de Vanoise disponível em <<http://www.parcnational-vanoise.fr/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

interpretação. Hoje, como sabemos, a conservação tem um cunho ético cuja relação de valor se articula concomitantemente com o passado e o futuro, além de preservar a diversidade biológica para as futuras gerações. As estratégias internacionais são indicadores para tais mudanças.

De alguma forma o desejo de Catlin permaneceu no pensamento ocidental, uma vez que a ênfase para a proteção de áreas naturais retoma a preocupação ambiental física, social e humana. O pensamento sistêmico surge como alternativa para a importante conexão entre todos os envolvidos na natureza.

1.3. Os Parques Nacionais brasileiros

Demorou certo tempo para que o Brasil fixasse sua identidade e iniciasse efetivamente ações quanto à proteção da natureza. O início de estratégias ocorreu mais especificamente nos anos de 1920-1940, com uma série de dispositivos de gestão pública elaborados para atender as demandas emergentes sobre a proteção da natureza. Vários momentos marcam as preocupações do país com a proteção da natureza, caracterizadas por estratégias nacionalistas e científicas. A consolidação das leis e a organização dos dispositivos legais veio ocorrer, mais especificamente após os anos 1970.

1.3.1. Os Parques Nacionais brasileiros: evolução

O estabelecimento dos primeiros Parques Nacionais brasileiros está intimamente ligado ao contexto de organização política, da história e da consolidação da identidade nacional do país. Por várias questões complexas, percebe-se certa demora na construção de políticas públicas e de bases legais para proteção da natureza no país, e inclusive dos Parques Nacionais. Vários dispositivos foram elaborados para atender as demandas emergentes sobre a proteção da natureza. Medeiros, Irving e Gary (2006: p.29) caracterizam que “esta política teve pelo menos três momentos marcantes: a) a década de 1930, b) o período da ditadura militar (1964-1984), c) o período pós 1985”. Com a finalidade de apontar a dinâmica da materialização das propostas do Estado para o desenvolvimento de Políticas públicas sobre a natureza faremos uma análise historiográfica seguindo este parâmetro. Acrescentamos o momento do Brasil Colônia-Império a fim de traduzir as primeiras ações para o estabelecimento dos parques Nacionais.

1.3.2. Antecedentes

No Brasil, o aspecto valorativo da natureza e do seu uso, desde a chegada dos portugueses nas terras brasileiras, “foi carregado pelo imaginário europeu; a descrição do país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido” (DIEGUES, 2008: p.113). Além disso, observa-se pela história da colonização que a ideia de abundância e exuberância despertou a ânsia pela exploração. O primeiro documento escrito pelos portugueses a Coroa sobre o Brasil, em 1500 – a Carta de Caminha³⁸ – descreve, dentre outras questões, uma terra com recursos abundantes:

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores; verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. [...] Todavia segundo os arvoredos são mui muitos grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

Cabe ressaltar que, devido a muitos acontecimentos, inclusive as ações imperialistas de exploração dos recursos da Colônia, a cobertura da mata atlântica de todo o litoral brasileiro foi devastada progressivamente num período de trezentos anos, o que ocasionou o desaparecimento de inúmeras espécies preciosas da fauna e flora, dentre elas o Pau-Brasil³⁹ (árvore que deu nome ao país). Visualizamos muito bem esta devastação no mapa *Terra Brasilis*, contido no Atlas de Miller⁴⁰. No mapa se documenta o uso da flora e fauna brasileira onde a maioria das árvores representa o Pau-Brasil (Figura 5).

³⁸ Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

³⁹ Mesmo com o estabelecimento do Regimento do Pau-Brasil, em 1605, fixando sua exploração em 600 toneladas por ano, de modo a limitar a oferta da madeira na Europa, esta espécie entra em extinção. Segundo Medeiros (2006: 43) “pode ser considerado uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira, estabelecia rígidos limites à prática de exploração do Pau-Brasil na colônia”.

⁴⁰ Atlas de Miller é um conjunto de mapas de origem portuguesa cuja autoria é atribuída a Lopo Homem, cartógrafo oficial do Reino Português nas primeiras décadas do século XVI. Faz parte desse atlas o mapa “Terra Brasilis”, feito a mão sobre pergaminho por volta de 1519, sob o reinado de D. Manuel. Detalhada nomenclatura (146 nomes) indica pontos da costa brasileira, do Maranhão a embocadura do rio da Prata. No interior, o mapa mostra ilustrações realistas dos indígenas - alguns aparecem extraindo o Pau-Brasil. Como era hábito na época, as inscrições são em latim. Ao norte (atual Guiana) e ao sul (atual Argentina), aparecem as bandeiras que assinalam os pontos extremos do avanço português. Disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br/PedroAlvaresCabral/links/terra.htm>> Acesso em 28 de novembro de 2011.

Figura 5. Mapa Terra Brasilis



Fonte: Mapa do Atlas Miller, Lopo Homem (1515-1519).

A devastação, neste período, tornou-se um problema ambiental; mas o que direcionou o pensamento para a proteção da natureza foi a necessidade de se resguardar os recursos econômicos para a coroa portuguesa. Observamos isto no

decreto da Carta Régia pela Coroa Portuguesa⁴¹, no século XVIII, quase trezentos anos após a chegada dos portugueses no Brasil.

No século XIX, o abolicionista José Bonifácio, que propunha a liberdade dos escravos agricultores como forma de preservar as matas e combatia o corte das florestas, sugere (1821), “a criação de um setor administrativo responsável pela conservação de florestas uma vez que várias áreas da Mata Atlântica, principalmente no Nordeste, tinham sido destruídas para construção de barcos” (DIEGUES, IBIDEM: p.114).

Um fato importante na história do Brasil-Império, que será tratado com mais detalhes no capítulo 3, se relaciona a criação das florestas da Tijuca e das Paineiras, em 1861⁴², no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, com objetivo de resguardar os recursos hídricos da região (SCHEINER, 1976; DRUMMOND, 1997; BARRETTO FILHO, 2004). Esta foi a primeira área natural preservada do Brasil, que somente cem anos após se tornaria um Parque Nacional. Vale acrescentar que o Parque Nacional de Yellowstone foi criado onze anos depois, em março de 1872, como o primeiro Parque Nacional.

Outro vulto importante, no que se refere à proteção da natureza durante o Império, foi o engenheiro André Rebouças⁴³, que sugeriu a criação de um Parque Nacional no Brasil, em 1876, influenciado significativamente pela criação do Parque Nacional de Yellowstone. A ação de Rebouças se revelou inédita neste sentido. Esta teria sido a primeira ação efetiva direcionada aos primeiros Parques Nacionais brasileiros. Seriam duas áreas: Ilha do Bananal, no rio Araguaia; e as Sete Quedas, no rio Paraná. “Esta proposta, que acabou não se concretizando, abriu espaço para uma ampla discussão e mobilização nos anos seguintes, que contribuiu significativamente para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros”, esclarecem Medeiros et al. 2004 (apud Medeiros 2006: p.44). Vale ressaltar que, anos depois, acabariam sendo criados parques nacionais nestas mesmas áreas: a área na Ilha do Bananal hoje abriga, ao norte, o Parque Nacional do Araguaia - criado em 1959; e ao sul, duas reservas indígenas - Carajás e Javaés. O Parque Nacional do Araguaia teria sido então uma das primeiras unidades de conservação propostas no Brasil. A área é considerada, do ponto de vista científico, rica em espécies da fauna e flora, já que seu território fica na área de transição entre Cerrado e Amazônia, englobando espécies de dois biomas brasileiros.

⁴¹ Este foi o primeiro documento a referir-se expressamente a conservação da natureza, decretado em 13 de março de 1797. Advertia contra o perigo de destruição das matas.

⁴² Em 11 de dezembro de 1861 o Governo Imperial, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, baixou a Decisão 577 criando as primeiras unidades de conservação do Brasil, denominadas de Floresta da Tijuca e Floresta das Paineiras.

⁴³ Assim como José Bonifácio, André Rebouças era abolicionista e lutava contra os desmatamentos. Sua ação abriu espaço para discussões sobre a criação dos parques nacionais brasileiros.

A enorme área que se estendia das Cataratas do Guaiá e do Iguazu às Sete Quedas tornou-se mais tarde, em 1961, o Parque Nacional de Sete Quedas; porém, após 21 anos, em 1982, o parque foi fechado para formar o reservatório da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu⁴⁴. Sete Quedas, também chamado de Salto Guaiá, era a maior cachoeira do mundo em volume de água – 19 cachoeiras principais, agrupadas em sete quedas. Em 1914, foi assinado um decreto criando os primeiros parques nacionais no território do Acre, na região Norte do país, mas a iniciativa era muito avançada para o século XX e os parques caíram em esquecimento, não sendo nunca implementados (MEDEIROS, 2006: p.45). Nos anos 1990 descobrem-se os documentos legais e constata-se que estes foram os primeiros parques nacionais e que a área já estava quase completamente destruída. Hoje parte deste território se insere na Estação Ecológica do Rio Acre, criada em 1981.

1.3.3. 1930-1964

Percebe-se que, durante muitos anos, os representantes legais tiveram dificuldades de compreender o valor da natureza e formalizar atos e leis que norteassem a criação de áreas naturais preservadas. Segundo Medeiros, Irving e Garay (2006: p.16) as estratégias e a preocupação nacional com as áreas protegidas “pelo ou com aval do Estado, foi um fenômeno típico do período republicano, sobretudo no decorrer do século XX”. A República Nova, iniciada com o governo de Getúlio Vargas, foi um período muito importante para o Brasil. Segundo Franco e Drumond (2009: p.25) o ambiente político “definía-se por um intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado”: o país estava crescendo. Todos os setores foram objeto de debate neste período, inclusive o patrimônio histórico e a proteção da natureza.

No que diz respeito à proteção da natureza “a década de 1930 representa um marco no processo, em função da criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais e de uma estrutura administrativa no aparelho do Estado” (MEDEIROS, IRVING & GARY, *Op. Cit.*). Neste momento, um grupo específico razoavelmente organizado de cientistas, intelectuais e funcionários públicos defendeu a formulação e execução de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro (FRANCO & DRUMOND, *Op. Cit.*: p.25).

⁴⁴ Em virtude do fechamento do parque ocorreu um súbito aumento na visitação de Sete Quedas, na intenção de desfrutar a última visão do local. Por falta de manutenção em uma passarela, situada sobre o salto 14, 32 pessoas morreram em 17 de janeiro de 1983.

Vários dispositivos legais foram criados, com intuito de conservar a natureza, impulsionados pela Constituição Brasileira⁴⁵ promulgada em 1934. Foram criados o Código de Caça e Pesca (Decreto 23672/34), o Código Florestal (Decreto 23793/34), o Código de Minas (Decreto 24642/34), o Código das Águas (Decreto 24643/34), e o Decreto de proteção aos animais (Decreto 2645/34). Estes dispositivos legais trouxeram um novo olhar para a natureza e o meio ambiente por parte do governo. Os atores sociais engajados na conservação da natureza tinham a ideia de que o mundo natural “deveria ser conservado por motivos tanto econômicos quanto estéticos” (FRANCO & DRUMOND, *IBIDEM*: p.26).

No mesmo ano, entre 8 e 15 de abril de 1934, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza, organizada pela Sociedade Amigos das Árvores. Tal Conferência reuniu vários representantes da sociedade civil e outros setores da administração pública, dentre outros a Associação Brasileira de Educação, a Liga Brasileira de Higiene Mental, o Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB), Instituto Nacional de Música e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica. Franco e Drumond (2009: 63) relatam que nesta Conferência a noção de proteção à natureza envolveu tanto uma ideia de preservação das belezas naturais quanto uma ideia de melhoramento da natureza pelo homem. Medeiros (2006: p.46) enfatiza que:

No curto espaço de tempo entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam o suporte necessário para a efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foi estabelecida, em contraposição ao imobilismo quase que total com que esta questão vinha sendo tratada pelo governo central desde a instituição da República em 1889.

Dentre os códigos decretados neste período, destaca-se o Código Florestal (Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934)⁴⁶ que iniciou a definição da proteção territorial das florestas brasileiras, estabelecendo um marco legal para os parques nacionais e definindo os principais ecossistemas florestais a serem protegidos. Além disso, pode-se perceber a ideia inicial das categorias de proteção, direcionada aos grandes objetivos de cada categoria que hoje se conhece, classificadas como: “*protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento*” (MEDEIROS, *IBIDEM*: p.50).

⁴⁵ A Constituição, de 1934 incluía dispositivo de proteção às belezas naturais, ao patrimônio histórico, artístico e cultural e definia a competência da União em matéria de riquezas do subsolo, mineração, águas, florestas, caça, pesca e sua exploração. As reformulações de 1937 trouxeram preocupação com relação aos monumentos históricos, artísticos e naturais, cabendo a União à responsabilidade de sua proteção.

⁴⁶ Decreto disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>>. Acesso em 8 de maio de 2011.

Estes dois dispositivos, do ano de 1934 - a Constituição Federal e o Código Florestal⁴⁷ - criaram condições necessárias para formalizar o estabelecimento de novas áreas de proteção no país e para designar, com a força da Lei a responsabilidade do poder público e a fiscalização, conforme destaca Medeiros (Idem):

A Constituição de 1934 outorgava à natureza um novo valor, isto é, ela passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado. Com isso, sua proteção adquire novo sentido e status, consistindo em tarefa ou dever a ser cumprido e fiscalizado pelo poder público.

Três anos depois, em 1937, efetivamente é criado o primeiro Parque Nacional no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro: o Parque Nacional de Itatiaia⁴⁸.

Em 1938, foi criado o Serviço Florestal Federal (SFF)⁴⁹ subordinado ao Ministério da Agricultura através do Decreto-Lei nº 982. Este órgão somente em 1939 teve seu Regimento aprovado,⁵⁰ com a tarefa da “proteção das florestas do país, sua guarda e conservação, de acordo com o Código Florestal, o fomento da silvicultura e a organização de Parques Nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas” (BRASIL, Decreto nº 4.439, 26/07/1939). O Serviço Florestal Federal constituía-se em quatro seções iniciais, entre elas a Seção de Parques Nacionais, caracterizando a preocupação com estas áreas naturais preservadas. Mais tarde, em 1944, passam a compor o Serviço sete seções, permanecendo a seção de Parques Nacionais.

No mesmo ano, em 1939, dois outros Parques Nacionais são estabelecidos - Parque Nacional do Iguaçu⁵¹ e Parque Nacional da Serra dos Órgãos⁵².

Verificamos um intervalo de 20 anos sem estabelecimentos de novos Parques Nacionais na lista atual de Parques; porém, a pesquisa revela que em 1948, foi

⁴⁷ O Código Florestal visava preservar áreas silvestres de valor paisagístico, sem fazer referência direta à conservação dos recursos naturais nelas contidos.

⁴⁸ Decreto nº 1.713 de 14 de junho de 1937. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_itatiaia.pdf> Acesso em 6 de agosto de 2011.

⁴⁹ Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁵⁰ Decreto nº 4.439, de 26 de Julho de 1939 que aprova o Regimento do Serviço Florestal. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4439-26-julho-1939-347090-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 28 de dezembro de 2011. Verifica-se na pesquisa que este Regimento é reiterado em 29 de Setembro de 1944, através do Decreto nº 16.677, onde no parágrafo único determina a competência dos Parques Nacionais de “organizar museus”. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16677-29-setembro-1944-479776-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁵¹ Decreto nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 6 de agosto de 2011.

⁵² Decreto-Lei nº 1.822, de 30 de novembro de 1939. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 6 de agosto de 2011.

estabelecido o Parque Nacional Paulo Afonso⁵³, extinto em 1969 para “ceder a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, pelo prazo que durar a concessão de que é beneficiária, as áreas e acervo patrimonial do extinto Parque”⁵⁴. Somente em 1959 se reiniciaria o estabelecimento de outros novos Parques Nacionais.

Na verdade, constatamos a descontinuidade de planejamento e de gestão e a não priorização do poder público na criação dos Parques Nacionais:

Com o gradual fechamento do regime [Estado Novo], o entusiasmo dos movimentos cívicos foi esmorecendo, os cientistas conservacionistas foram perdendo espaço com Vargas e a legislação ambiental foi transgredida e engavetada na medida em que o projeto nacionalista-corporativista se identificava com a prioridade do desenvolvimento econômico (FRANCO, 2000: p.94).

Somente a partir dos anos 1960 a criação dessas áreas de preservação tomou impulso no Brasil, tornando-se a estratégia mais importante para a conservação da biodiversidade no país e para a interpretação deste patrimônio para a sociedade.

O ano de 1961 foi importante para os Parques Nacionais. Foram estabelecidos oito Parques em um só ano. Nunca se criou tantos parques no mesmo período, inclusive o Parque Nacional da Tijuca. Isto se deve, possivelmente, a imposição da força política que a nova capital do Brasil desejava impor ao país, ocasionada pela transferência para Brasília em abril de 1960.

1.3.4- 1964-1984

Neste período, marcado pela “maturação e consolidação da sensibilidade da política do país [e] estabeleceu mudanças profundas no sistema político brasileiro”, houve aperfeiçoamento dos instrumentos que possibilitaram a criação de áreas protegidas no Brasil (MEDEIROS, 2006: p.52).

É importante destacar que Alceo Magnanini⁵⁵, em 1965, participou de uma grande ação com um grupo de amigos que reeditou o decreto 23.793/34, e substituiu-o pelo

⁵³ Através do Decreto nº 25.865 de 24 de novembro de 1948. “O Parque será constituído das três áreas de terras descritas a seguir: duas à margem esquerda do Rio São Francisco, nos Estados de Alagoas e Pernambuco separada uma da outra pelo Rio Moxotó, e a terceira à margem direita do Rio São Francisco, no Estado da Bahia”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D25865.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁵⁴ Decreto-Lei nº 605, de 2 de Junho de 1969. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-605-2-junho-1969-361588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁵⁵ Alceo Magnanini formou-se engenheiro agrônomo na antiga Escola Nacional de Agronomia. Trabalhou no Conselho Nacional de Geografia, no Museu Nacional, no Jardim Botânico e no antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), onde foi Diretor Nacional de Parques Nacionais. Trabalhou na FEEMA. Participou do grupo que elaborou o atual Código Florestal em 1965. Hoje trabalha como consultor do diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas no Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Decreto Lei nº 4.771/65⁵⁶. Durante dois anos elaboraram Código Florestal, a partir de componentes técnicos, agrônomos, veterinários e especialistas em conservação do solo. Este Código vigora até hoje⁵⁷.

O Código Florestal de 1965, associado à Lei de Proteção a Fauna Silvestre (Lei 5.197/67), constituiu o primeiro ordenamento legal diretamente destinado à conservação do meio ambiente. Inicia-se neste período o processo de organização dos dispositivos legais e ações efetivas para o estabelecimento dos Parques Nacionais brasileiros.

Em 1967, uma nova política ambiental se estabelece: o Serviço Florestal Federal foi substituído pela criação do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF⁵⁸), vinculado ao Ministério da Agricultura, com a atribuição de administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os *Parques Nacionais*, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais. Além disso, formulava a política florestal, orientava, coordenava e executava as medidas para utilização racional, para a proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e para o desenvolvimento florestal do país. Para promover a criação, a instalação e a manutenção de novos parques nacionais cria-se o Departamento de Parques, dentro do próprio IBDF.

Os anos de 1967-1975 destacam-se como fruto direto de um esforço concentrado de planejamento do primeiro Diretor de Parques Nacionais – professor Alceo Magnanini – que com sua formação transdisciplinar, em Geografia e Agronomia, construiu conhecimento integrado sobre a natureza. No período em que esteve como diretor estabeleceu três Parques Nacionais no âmbito do IBDF. Suas ações voltaram-se ainda para a pesquisa⁵⁹ e estudo de outras categorias de áreas naturais preservadas. Com Ademar Coimbra Filho⁶⁰, em 1968, Alceo Magnanini organiza “a primeira lista brasileira de animais em extinção: *Animais raros ou em vias de desaparecimento no Brasil*” (Corrêa & Brito 2006: p.45)

Assim que foi convidado para ser diretor de Parques Nacionais, em 1967, realizou um curso preparatório de Administração de Parques Nacionais no US National Park and

⁵⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em 3 de maio de 2011.

⁵⁷ O Código Florestal, estabelecido em 1934 e revisado em 1965, passa por mais uma alteração no Congresso Nacional Brasileiro no ano de 2011. Tem como fundamento proteger e conservar as florestas; estas são responsáveis por inúmeros “serviços ambientais” que trazem benefícios à civilização humana, tais como: produção de água, proteção dos rios, manutenção do ciclo de chuvas, proteção da biodiversidade e regulação do clima no Planeta. Tem trazido muitas discussões entre os ambientalistas; Alceo Magnanini, não concorda com as mudanças e considera que agricultura e pecuária têm de aumentar a produção, mas não à custa de novas áreas.

⁵⁸ Decreto nº 289 de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126130/decreto-lei-289-67>>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

⁵⁹ Segundo seu currículo Lattes esteve como Chefe de pesquisas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq de 1972-1975.

⁶⁰ Primatologista que auxiliou com Alceo Magnanini e Dionízio Moraes Pessamilio na criação, em 1974 da Reserva Biológica de Poço das Antas com aproximadamente 5.000 hectares, na parte central costeira do Estado do Rio de Janeiro, no Município de Silva Jardim.

Wildlife Service, nos Estados Unidos⁶¹, especializando-se no que se refere ao funcionamento dos Parques. Com o curso realizado por Alceo nos Estados Unidos, a premissa de que os “parques devem ser nomeados, afastados de qualquer maneira do nome de pessoas, [sendo] nomeados pela morfologia, ou nome da Floresta protetora” (MAGNANINI, 2011) se mantém até hoje.

Junior, Coutinho e Freitas (2009: p.41) esclarecem que o governo militar criou “um aparato de gestão para elaborar e executar a política ambiental do país, que historicamente esteve sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura”. Através de Alceo Magnanini exerceu o papel de conservacionista e condutor da organização da política ambiental, principalmente dos Parques Nacionais.

Os eventos internacionais, ocorridos nos anos de 1970 para a proteção da natureza, além de mobilizar o cenário mundial, inauguraram uma nova fase no que se refere à política ambiental no Brasil: o governo inicia novas reformulações em sua política ambiental.

Com a necessidade de criar uma estrutura centralizada que pudesse elaborar organizar, integrar e conduzir o projeto político nacional para o meio ambiente (MEDEIROS, 2006: p.53), foi instituída, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que nasce pela influência da Conferência de Estocolmo e do Clube de Roma⁶².

Dean (2010, p.319) relata que este órgão foi “encarregado também da prevenção da extinção de plantas e animais (e que os especialistas a ele vinculados) lutaram sem cessar e cada vez mais efetivamente para ampliar e proteger os parques e outras reservas nacionais”. A SEMA, por norma, passaria a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização das áreas protegidas; entretanto, isto não ocorreu. Criam-se paralelamente novas áreas protegidas, como novas categorias que a ela se subordinaram: “Estações Ecológicas, (ESEC) e Áreas de Proteção Ambiental (APA), em 1981, além das Reservas Ecológicas (REBIO) e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), em 1984” (MEDEIROS, 2006: p.54).

Em 1975 ocorre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, e cria-se a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) onde Magnanini⁶³, mais uma vez foi convidado para fazer parte da equipe da nova instituição. Continuou o

⁶¹ Consta no Currículo Lattes de Alceo Magnanni a carga horária de 500h para o referido curso.

⁶² O Clube de Roma é uma organização independente, sem fins lucrativos, e internacionais. Promove o diálogo interdisciplinar de análise e ação sobre os fundamentais, desafios sistêmicos que são determinantes para o futuro da humanidade. Disponível em <www.clubofrome.org> Acesso em 05 de junho de 2001.

⁶³ Magnanini esteve lotado nesta instituição até 1995. Segundo Scheiner (2011 – informação cedida durante encontro de orientação) foi na verdade um dos idealizadores do órgão, juntamente com o Almirante Belart.

trabalho de conservação ambiental, ampliando suas ações para outros dispositivos para além dos Parques Nacionais, mas para todo o meio ambiente que compreendia a natureza.

Os Parques Nacionais recebem uma grande contribuição de um dispositivo publicado em 1979 – o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto 84.017/79⁶⁴). Este documento estabelece a obrigatoriedade da elaboração do zoneamento e de Planos de Manejo para essas unidades, que os conceitos relacionados às áreas protegidas começaram a ser mais bem definidos. Os Parques Nacionais recebem, a partir deste momento, um tratamento mais específico e técnico para sua organização e manutenção.

Assim, a partir de 1979, o IBDF estabelece parques utilizando critérios de representatividade ecossistêmica e de raridade relativa de paisagens; e prioriza o estabelecimento de parques em áreas pouco degradadas, influenciado pelos movimentos mundiais de proteção da natureza, via IUCN. Observa-se que de 1979 a 1984 foram estabelecidos no Brasil nove Parques Nacionais. Durante todo o período do governo militar, 20 anos, foram estabelecidos doze Parques Nacionais, o que não é grande quantidade, mas observa-se a consolidação dessas áreas como dispositivos importantes para a organização da política naquela época.

Verificamos que Alceo Magnanini⁶⁵ esteve presente em quase todas as ações de aprimoramento das leis e na criação de dispositivos legais para que os Parques Nacionais fossem geridos da forma mais técnica e científica do momento.

1.3.5 - Período pós 1985

Este período foi marcado pela expansão e mais uma nova reestruturação dos dispositivos legais para proteção da natureza. Segundo Medeiros, Irving, Gary (2006: p.30) alguns avanços foram visualizados:

- A nova Constituição Brasileira (1988), com um capítulo especificamente dirigido à temática ambiental;
- A criação de um único órgão vinculado ao Estado para implementação e administração das áreas protegidas (IBAMA);
- O “up grade” da temática ambiental sob a ótica político-institucional, através da criação do Meio Ambiente (MMA);

⁶⁴ Disponível em < http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_09.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

⁶⁵ Alceo Magnanini formou-se engenheiro agrônomo na antiga Escola Nacional de Agronomia. Trabalhou no Conselho Nacional de Geografia, no Museu Nacional e no antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), onde foi Diretor Nacional de Parques e Florestas. Participou do grupo que elaborou o atual Código Florestal em 1965. Hoje trabalha como consultor do diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas no Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

- A criação de um sistema integrado de áreas (SNUC), em 2000, com o objetivo simultâneo de reduzir as sobreposições e antagonismos da política anterior, mas também expandir os objetivos da proteção.

Neste período o conceito de Meio Ambiente é consolidado, caracterizando a interação homem-natureza e sua interdependência nas áreas naturais preservadas. Ideias e conceitos sistêmicos passam a incorporar, timidamente, estes novos dispositivos. Um deles é o conceito de Meio Ambiente, que pôde ser definido, inicialmente, pela Lei 6938/81⁶⁶, seis anos mais tarde após a criação da FEEMA no estado do Rio de Janeiro. A lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente em seu artigo 3º, inciso I, como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A relação homem-natureza se caracteriza, da mesma forma, na Constituição Federal Brasileira de 1988⁶⁷, que formaliza pela primeira vez em único capítulo o tema Meio Ambiente, estabelece, no art. 225, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No mesmo ano, SEMA e IBDF foram unidos para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pela preservação da fauna e da flora brasileiras a partir daquele momento.

Esta configuração buscava possibilitar ao Brasil o controle e a fiscalização de seus recursos naturais. Inicialmente vinculado ao Ministério do Interior, em 1992 passaria a vincular-se ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁶⁸. Entre 1988 e 1989 foram estabelecidos seis Parques Nacionais impulsionados pelo novo olhar e conceito do meio ambiente.

Com a influência do discurso ambientalista que ganhava espaço no Brasil, resultante da CNUMAD, o anteprojeto da futura legislação (SNUC) passou pela Secretaria do Meio Ambiente (ainda não havia o MMA) e pelo Congresso Nacional. Por oito anos o projeto de Lei nº 2892/92 tramitou na Casa Civil, com várias polêmicas girando em torno da Lei. Em 2000 o texto foi aprovado, com um teor preservacionista - a

⁶⁶ Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

⁶⁷ A Constituição encontra-se em sua 12ª edição e está disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

⁶⁸ Este Ministério teve algumas denominações desde sua criação. Em 1985 através do Decreto nº 91.145 chamou-se Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91145-15-marco-1985-441412-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 25 de dezembro de 2011. Em 1993 foi conhecido por Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Em 1995 Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Finalmente em 1999 se firma o Ministério do Meio Ambiente.

Lei 9985/2000, que reorganizava em 12 categorias as Unidades de Conservação, reunidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que visam a preservação da natureza, permitindo apenas uso indireto dos seus recursos naturais; e Unidades de Uso Sustentável, que devem conciliar a conservação da natureza com a utilização de uma parcela dos seus recursos naturais, conforme a IUCN (Quadro 4).

Quadro 4: Categorias de Unidades de Conservação no Brasil

Categorias das Unidades de Conservação no Brasil	
Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
<i>Parque Nacional, Estadual e Municipal</i>	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: SNUC, 2000.

É importante dizer que:

no cenário internacional, a crescente percepção mundial dos problemas ambientais, sustentada em pesquisas realizadas por diferentes grupos de cientistas, contribui para o surgimento de uma nova “ordem ambiental”, pós década de 1970, que impôs uma agenda ambiental planetária, que se sobrepôs aos interesses nacionais e locais, com metas e estratégias comuns a vários países, na qual a questão da proteção dos recursos renováveis se apresentou como central (MEDEIROS, IRVING, GARY, 2006: p.31).

Avanços significativos se apresentam desde então na política nacional de conservação, conforme destaca a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007: p.13):

De fato, foi nesse período que o país instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), marco inicial para o planejamento consistente da conservação, sob uma abordagem ecossistêmica. O SNUC consolidou uma nova atitude do Estado na relação com a sociedade no âmbito da conservação da natureza, criando uma série de mecanismos que asseguram maior participação pública no processo de criação e gestão das áreas protegidas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o sistema vigente, relacionado à implantação, proteção e manutenção de todas as áreas naturais. Muitos avanços foram observados com a sua criação, inclusive o planejamento da conservação para assegurar representatividade à diversidade de ecossistemas

terrestres e marinhos, protegendo amostras significativas do patrimônio biológico existente no país.

Vemos assim que a legislação brasileira, desde a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, mudou consideravelmente. Em 2000, a Lei. 9.985, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece como objetivos básicos da categoria *parque nacionais*:

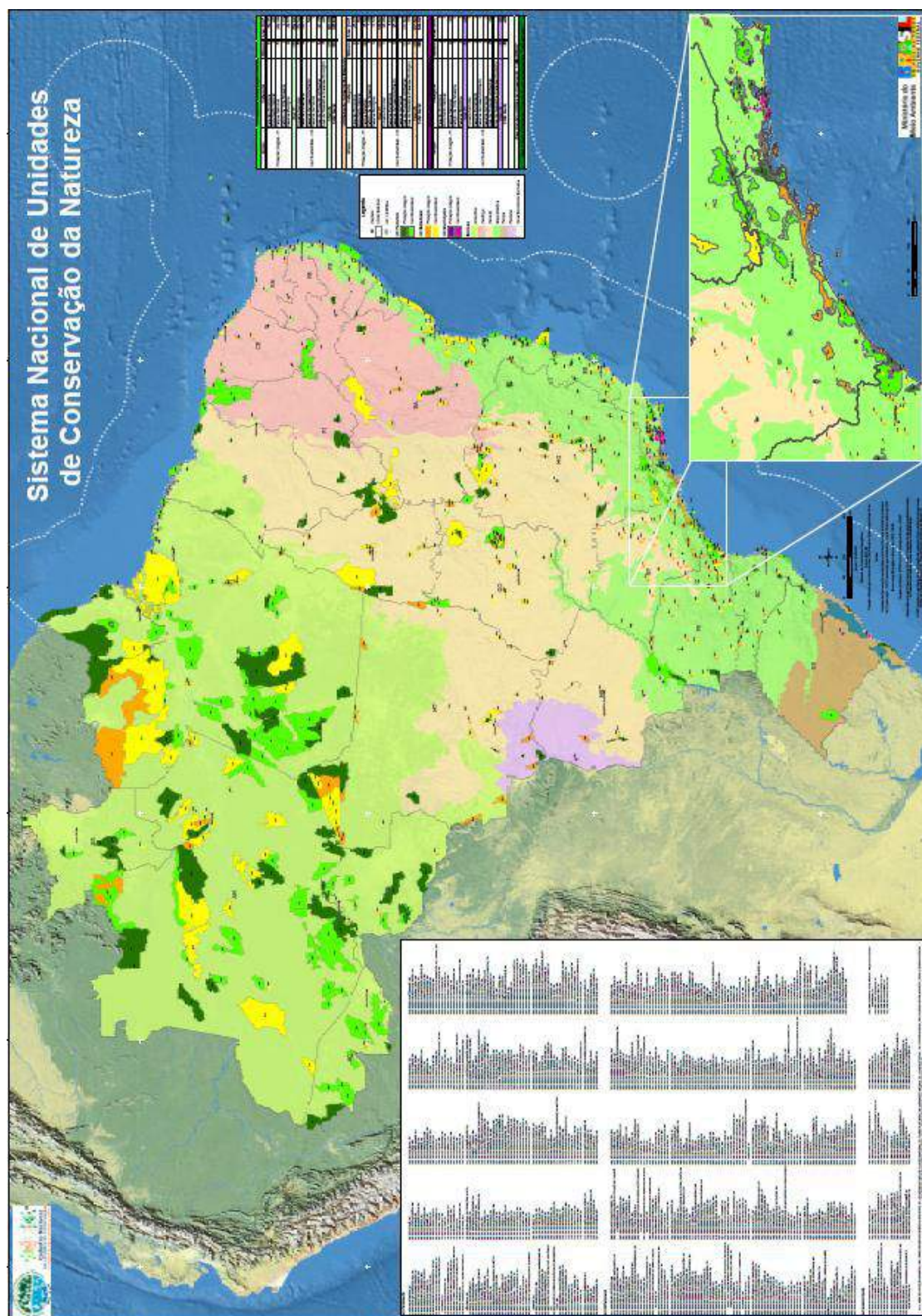
a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000: p.16).

Para organizar e ministrar com maior eficácia e eficiência a política nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade o Governo Federal criou, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), sendo, conforme Pádua (2010: p.34) o fato mais positivo após a criação do SNUC. O ICMBIO assume a gestão das unidades de conservação federais até então sob a responsabilidade do IBAMA⁶⁹.

Em 2010, em comemoração aos 10 anos do SNUC, o ICMBIO lançou o mapa com todas as Unidades de Conservação no Brasil. São 310 unidades de conservação e no mapa é possível visualizar 67 Parques Nacionais, presentes em quase todos os estados brasileiros (Figura 6).

⁶⁹ A medida provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, que criou o ICMBIO, foi convertida na Lei nº 11.516/2007, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/07. Para detalhes das atribuições do Instituto Chico Mendes, ler o item 2.2 – Marco legal para as áreas protegidas. A íntegra da lei pode ser encontrada em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm>>. Acesso em 4 de julho de 2011.

Figura 6. Mapa Comemorativo 10 anos de SNUC



Fonte: DAP/SBF/MMA, 2010.

A seguir estão listados todos os Parques Nacionais existentes no Brasil até 2010, conforme o mapa de comemoração dos 10 anos do SNUC (Quadro 5).

Quadro 5. Parques Nacionais do Brasil em ordem cronológica

PARNA - LOCALIZAÇÃO	ANO	PARNA - LOCALIZAÇÃO	ANO
1. Itatiaia (RJ e MG)	1937	35. Serra Geral (RS e SC)	1992
2. Iguaçú (PR)	1939	36. Ilha Grande (PR e MS)	1997
3. Serra dos Órgãos (RJ)	1939	37. Restinga de Jurubatiba (RJ)	1998
4. Ubajara (CE)	1959	38. Serra da Mocidade (RR)	1998
5. Aparados da Serra (RS e SC)	1959	39. Viruá (RR)	1998
6. Araguaia (TO)	1959	40. Serra das Confusões (PI)	1998
7. Emas (GO)	1961	41. Pau Brasil (BA)	1999
8. Chapada dos Veadeiros (GO)	1961	42. Descobrimento (BA)	1999
9. Caparaó (MG e ES)	1961	43. Cavernas do Peruaçu (MG)	1999
10. Sete Cidades (PI)	1961	44. Serra da Bodoquena (MS)	2000
11. São Joaquim (SC)	1961	45. Serra da Cutia (RR)	2001
12. Tijuca (RJ)	1961	46. Saint-Hillaire / Lange (PR)	2001
13. Brasília (DF)	1961	47. Catimbau (PE)	2002
14. Histórico Monte Pascoal (BA)	1961	48. Jericoacoara (CE)	2002
15. Serra da Bocaina (RJ e SP)	1971	49. Montanhas do Tumucumaque (AP)	2002
16. Serra da Canastra (MG)	1972	50. Nascentes do Rio Pamaíba (PI/BA/MA/TO)	2002
17. Amazônia (AM e PA)	1974	51. Sempre-Vivas (MG)	2002
18. Serra da Capivara (PI)	1979	52. Serra do Itajaí (SC)	2004
19. Pico da Neblina (AM)	1979	53. Chapada das Mesas (MA)	2005
20. Picaás Novos (RO)	1979	54. Serra da Itabaiana (SE)	2005
21. Cabo Orange (AP)	1980	55. Serra do Pardo (PA)	2005
22. Jaú (AM)	1980	56. Araucárias (SC)	2005
23. Lençóis Maranhenses (MA)	1981	57. Jamaxim (PA)	2006
24. Pantanal Matogrossense (MT e MS)	1981	58. Juruena (AM e MT)	2006
25. Marinho dos Abrolhos (BA)	1983	59. Rio Novo (PA)	2006
26. Serra do Cipó (MG)	1984	60. Campos Amazônicos (AM e RO)	2006
27. Chapada Diamantina (BA)	1985	61. Campos Gerais (PR e MT)	2006
28. Lagoa do Peixe (RS)	1986	62. Nascentes do Lago Jari (AM)	2008
29. Marinho de Fernando de Noronha (PE)	1988	63. Mapiquari (AM e RO)	2008
30. Chapada dos Guimarães (MT)	1989	64. Anavilhanas (AM)	2008
31. Grande Sertão Veredas (MG e BA)	1989	65. Serra das Lontras (BA)	2010
32. Superagui (PR)	1989	66. Boa Nova (BA)	2010
33. Serra do Divisor (AC)	1989	67. Alto do Cariri (BA)	2010
34. Monte Roraima (RR)	1989		

Fonte: IBAMA (2008), MMA (2008) e ICMBio (2009).

O Brasil tem conseguido, após 1997, estabelecer uma média de criação de dois Parques Nacionais por ano⁷⁰. Isto significa que, com o estabelecimento destas unidades, se tem contribuído para a conservação da natureza, tanto no âmbito nacional, como no âmbito mundial. Desta forma, reforça-se a crença no potencial dos Parques Nacionais como dispositivos de divulgação e sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da natureza. Este tipo de Unidade de Conservação possibilita a harmonia de todos os sistemas vivos no mesmo território por meio de seu uso público, ou seja, através da visitação, que nos últimos 10 anos tem crescido expressivamente, por diversos fatores, tanto no Brasil como no mundo (MMA, 2006).

Pela tabela vemos que após a criação do SNUC, em dez anos, vinte e quatro Parques Nacionais foram estabelecidos. A quantidade maior por ano, de

⁷⁰ De 1997 a 2010 foram estabelecidos 31 Parques Nacionais em todo território brasileiro, porém, nos anos de 2003 e 2007 não foi estabelecida nenhuma UC desta categoria.

estabelecimentos, se deu nos anos de 2002 e 2006, com o estabelecimento de seis Parques respectivamente em cada ano. Verificamos que, em 2010, os três últimos Parques foram estabelecidos no mesmo dia e numa mesma área territorial.

As ações e desenvolvimento de dispositivos legais sobre a natureza e o meio ambiente demarcadas nesta seção, como fim didático, não ocorreram de forma isolada na realidade, mas amadureceram ao longo do processo político que o Brasil vivia, interagindo com as questões das políticas internacionais.

CAPÍTULO 2

A MUSEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OS PARQUES NACIONAIS *consciência*

II. A MUSEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OS PARQUES NACIONAIS: *consciência*

O ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencemos a Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. [...]
 A Terra não está a nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de autorrealização e de autoconsciência.

(Leonardo Boff – Saber cuidar, 1999)

O tema Meio Ambiente e suas relações possíveis com o humano foi introduzido muito timidamente no campo disciplinar da Museologia. A abordagem do meio ambiente pelo museu traz à tona a universalização da sensibilidade ecológica e define uma Museologia que prioriza a relação ampla do homem com a natureza.

Considerando que a Museologia pode contribuir para a construção de sujeitos conscientes de suas demandas sociais, culturais e ambientais; e que proporciona a cada indivíduo o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca, iniciamos a reflexão a seguir.

2.1. Sociedade em transformação: a ideia contemporânea de Natureza

O homem concebe a natureza “conforme suas necessidades, seu perfil cultural e social” conforme destaca Carvalho (1994: p.13). Para o autor “a definição ou conceito do que seja *natureza* depende da percepção que temos dela, de nós próprios e, portanto, da finalidade que daremos para ela”. Esta ideia envolve valores, interesses e saberes políticos econômicos e socioculturais; e mais ainda, depende do paradigma científico vigente em cada época, cultura e sociedade.

Segundo Scheiner (2004: p.85) a natureza sempre foi concebida pelo Ocidente como objeto, no sentido de recurso, utilidade, riqueza e bem. Neste modelo instaurado ao longo de um processo de quase dois mil anos, o homem encontra-se fora do ambiente físico, distanciando-se da natureza, sem sentir-se parte da mesma. Assim, a visão utilitarista da natureza, nos últimos séculos, rompe com a percepção de uma cadeia que de certa forma é harmônica.

É na esfera social que o homem se “expressa nos modos e formas através dos quais percebe a si mesmo e ao mundo”⁷¹; ‘neste mundo’ onde o sentido da natureza pode ser retomado. A relação travada por nós, seja com a tecnologia ou com a natureza, se estabelece num movimento paradoxal – ‘em mim mesmo e no Outro’ - como uma experiência única que leva em conta as relações entre tudo que nos permeia, em suas múltiplas manifestações e significações de vida, no tempo e no espaço, este último “lugar de contatos e deslocamentos, esfera do social”⁷².

A ideia de Outro que destacamos significa aquilo que faz parte de mim, que me pertence e me constitui: o Outro de mim, que está na constituição da vida - a natureza, como “dobra do Real”⁷³, parte de uma totalidade. Como recorte deste Real, entendemos o binômio homem/natureza numa construção indissociável.

Desta forma, faz-se necessário falar de quem somos a fim de discutir sobre as relações entre o humano e a natureza. Morin (2010: p.38) pressupõe unicidade e intimidade entre estas duas instâncias:

Estamos, a um só tempo, dentro e fora da natureza. Somos seres, simultaneamente, cósmicos, físicos, biológicos, culturais, cerebrais, espirituais... Somos filhos do cosmo, mas, até em consequências de nossa humanidade, nossa cultura, nosso espírito, nossa consciência, tornamo-nos estranhos a esse cosmo do qual continuamos secretamente íntimos. Nosso pensamento, nossa consciência, que nos fazem conhecer o mundo físico, dele nos distanciam ainda mais.

Sabemos que o pensamento, enquanto instância psíquica, foi consagrado de forma hegemônica, pela ciência ocidental, como única forma de conhecer o Real. A ciência cartesiana, assim conhecida, proporciona o conhecimento do Real de modo linear, permeado por características que potencializam a divisão, a hierarquia, a disciplinaridade, a análise em partes. Desta forma, a percepção sobre a natureza se modifica também, e por conta desta separação entre o natural e o cultural se desenvolve a concepção fragmentada de Patrimônio, como se conhece - cultural e natural:

Acompanhando a percepção fragmentária do real contida na oposição entre ‘humano’ e ‘natureza’, fundamento de toda uma concepção da realidade em domínios distintos – o ‘natural’ e o ‘cultural’, desenvolve-se também uma concepção fragmentária de patrimônio, que admite, para fins de conhecimento científico e contrato social, um ‘patrimônio natural’ e um ‘patrimônio cultural’ – um artifício de representação, criado por meio de processos similares àqueles que promoveram a separação entre o *logos* e a *physis*. Não esqueçamos, a tendência de conceber a natureza sob forma de ‘patrimônio’ está relacionada ao desejo do Ocidente de usá-la como objeto – não apenas como objeto do *logos*, mas literalmente como riqueza ou bem. E, se a natureza é bem patrimonial e pode ser herdada, o mesmo pode

⁷¹ Ibidem: 30.

⁷² Ibidem: 35.

⁷³ Para usar o termo de Spinoza.

acontecer com tudo aquilo que ela abarca ou representa, incluindo o humano e sua cultura.⁷⁴

As experiências humanas, no que diz respeito às relações com a natureza, são alarmantes e, ao mesmo tempo, fascinantes. Historicamente, observa-se que as sociedades se organizam e se desenvolvem em relação direta com o meio natural, sempre nas proximidades de algum curso ou fonte de água, em espaços adequados a garantia de sobrevivência - alimentação, defesa, abrigo. É o diálogo da vida com a vida, e um entendimento da interdependência de todos os sistemas vivos com a Terra; sem a dicotomia, consolidada entre os séculos V a.C. e o século XX, entre o natural e cultural.

Lembremos que algumas culturas da Tradição, como as indígenas, a chinesa e a hindu, se desenvolvem numa relação integrada entre natureza e cultura, caracterizada pela contemplação e pela percepção do sagrado, pela sensação de pertencimento a natureza através de uma interconexão – união e integração – em todos os aspectos da vida. Para Branco (2010: p.5), estes grupos culturais:

sabem intuitivamente que eles próprios são parte deste cosmos, mas não se concebem independentemente do todo. O homem está ligado por laços de formação e informação a terra, ao ar, a água, as plantas, aos animais e ao fogo.

Esta é uma visão integrativa da natureza, de longa tradição presente nas mais antigas práticas e tradições religiosas. Na Grécia arcaica, *Gaia*, a Deusa da Terra, era cultuada como divindade; deste modo, a sacralização da natureza possibilitava a tradição do cuidado e da permanência. É uma tendência integrativa de relação com o cosmos.

Kuperman (2003: p.1) destaca que, "na história do pensamento ocidental, desde os sofistas, separam-se *logos* e *physis*, cisão apreendida por nós enquanto *natureza X cultura*". A relação compartimentada entre o homem e o real - separação entre *physis* e *logos* - se intensifica a partir do século XVI, fortalecendo a desarmonia entre os sistemas naturais e sociais, inclusive a própria desarmonia entre humanos, ainda que de forma relativa, produto de um espaço e um tempo específicos, "interligados na natureza e na sociedade" como enfatiza Castells (1999: p.403). Segundo Capra (2006a: p.36), "a ideia da Terra como um ser vivo, espiritual, continuou a florescer ao longo de toda a idade Média e a Renascença, até que toda a perspectiva medieval foi substituída pela imagem cartesiana do mundo como uma máquina".

O desenvolvimento das Ciências Naturais fez com que esta união, devido ao rigor científico, fundado na quantificação e no reducionismo, distanciasse cada vez mais a

⁷⁴ Op. Cit.: 91.

humanidade da integralidade da vida. E ocasionou, a partir da Revolução Industrial, sérios problemas globais.

Devido as grandes mudanças ambientais ocorridas no planeta, principalmente após a chamada Revolução Industrial, a natureza tem recebido uma nova representação - a de patrimônio. Para Scheiner (2004: p.33) a ideia de patrimônio se fundamenta “**na incessante busca humana da permanência - senão no Ser, pelo menos através das coisas do mundo**”. O que está fora de nós, e que de certa forma, está em nós é a natureza, o natural, a energia vital que nos faz manter a vida neste planeta.

A ideia dominante de exploração da natureza como fato propiciador de desenvolvimento econômico, acarretou consequências indesejáveis no plano ambiental⁷⁵: destruição de *habitats*, desmatamento, perda ou destruição do solo, extinção de espécies, prejuízo para a diversidade de ecossistemas, poluição, escassez de água potável, persistindo durante séculos no planeta. Estas consequências têm-se apresentado de maneira mais intensa a partir do século XX.

Lembremos que, na contramão da hegemonia cartesiana, no fervilhar de ideias do século XIX, surgem alguns movimentos de referência, dentre os quais podemos citar o Evolucionismo de Charles Darwin, a Ecologia⁷⁶ de Ernst Haeckel e a Psicanálise de Freud. Esses movimentos, presentes até hoje nos sistemas de pensamento da contemporaneidade, têm contribuído para a percepção da realidade em crise⁷⁷; porém, vamos nos deter especificamente na Ecologia, pois foi a partir desse movimento que a Museologia passou a trabalhar com o conceito de **musealização da natureza**. Vale ressaltar que a Ecologia se desenvolve a partir dos conceitos de evolucionismo de Darwin. Para Capra (2006a: p.43) “a ecologia — palavra proveniente do grego *oikos* (“lar”) — é o estudo do Lar Terra. Mais precisamente, é o estudo das relações que interligam todos os membros do lar Terra”.

Sheldrake, biólogo inglês, ao tratar do conceito ‘ressonância mórfica’⁷⁸, traz a ideia de invisíveis estruturas organizadoras, capazes de formar e organizar cristais, plantas e animais, determinando o comportamento. Seria algo semelhante ao inconsciente coletivo

⁷⁵ Este aspecto está sendo evidenciado pelo teor da pesquisa, mas entende-se que toda esta crise planetária afeta outros aspectos inerentes ao homem e ao Planeta.

⁷⁶ A palavra Ecologia, empregada por Haeckel pela primeira vez em 1868 significa, literalmente, estudo da casa.

⁷⁷ Cabe dizer que, no século XXI, outros autores surgem para contribuir brilhantemente nestas áreas citadas. Para que a humanidade pudesse compreender os eventos em interdependência, em solidariedade, em ressonância, foi necessário que tais personagens despontassem e construíssem novas idéias, que influenciaram o pensamento contemporâneo.

⁷⁸ Este conceito é encontrado no livro *The Presence of the Past: Morphic Resonance & the Habits of Nature*. Editora Urso Inner Traditions and Company. 2000.

de Jung e ao conceito de Akasha⁷⁹ dos antigos hindus. Sheldrake (1981 apud Scheiner, 2004) sugere que as estruturas similares dos sistemas vivos podem estar em comunicação, no espaço e no tempo, através de seus campos morfogenéticos. Considera que tudo que acontecer, num determinado momento, terá sua consequência, no futuro, em processos similares. Assim, os organismos não apenas se comunicam a partir do material genético, mas também através de um "campo" energético específico de cada espécie que contém uma memória coletiva ou conjunta. O centro desta teoria, segundo Scheiner (2004: p.42), é a **“influência de um semelhante sobre os semelhantes**, ou seja, da transferência de informação entre indivíduos”; é um processo comunicativo, em constante evolução e transformação.

Esta interação entre sistemas vivos passa a ser melhor compreendida neste novo século, o XXI, onde também se percebe que as ações de devastação e/ou conservação irradiam-se por todo o planeta, devido ao entendimento de que este é finito. Ver o planeta como ‘ser ecológico’, “como biosfera finita, adquire agora uma existência sensível, uma existência de ‘coisa natural’: uma paisagem ao mesmo tempo finita e centrada por um olhar que é o da espécie humana” (DAVALLON, GRANDMONT & SCHIELLE, 1992: p.67).

Cem anos após o surgimento do termo Ecologia, James Lovelock e Lynn Margulis sugeririam que a Terra é um organismo vivo, autorregulador, responsável pela manutenção das condições adequadas do ambiente, dando origem à Teoria de Gaia. A partir de então, grandes diferenças começam a se definir no que diz respeito às análises sobre a natureza no mundo ocidental: retoma-se a visão da Terra como um ser vivo, espiritual, em evolução num todo integrado. A noção de interdependência, de novos padrões culturais e formas de relacionar o humano com a vida começa a ser vislumbrada e estruturada, conforme destaca Capra (2006b: p.259):

A nova visão da realidade, de que vimos falando, baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos — físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições. Não existe, no presente momento, uma estrutura bem estabelecida, conceitual ou institucional, que acomode a formulação do novo paradigma.

Este novo paradigma, que além de físico e natural também é social, configura uma visão da realidade, nova na cultura ocidental, constituindo-se como o alicerce de uma nova sociedade em busca de soluções; pois perceber a natureza como organismo

⁷⁹ Akasha é uma palavra derivada de duas palavras tibetanas do norte da Índia. “Aka” significa espaço, local de armazenamento ou repositório, e “Sa” significa céu, oculto ou secreto. Assim, a simples tradução de “Akasha” é um espaço invisível ou local de armazenamento.

vivo, como totalidade caracteriza que “nada pode ser entendido quando isolado do seu contexto” (SCHEINER, 2004: p.93).

A Ecologia, o Holismo e as Teorias de Gaia – enquanto campos de saberes interdependentes – vêm influenciando desde os anos 1960 o pensamento científico como um todo, deixando claro que as relações que permeiam o meio ambiente não podem ser explicadas separadamente. Na museologia, segundo Scheiner⁸⁰ possibilitaram o desenvolvimento de uma nova forma de interpretação do meio ambiente: **o ambiente integral**. A partir daí chega-se à ideia de um patrimônio também em sua integralidade e em relação com o todo:

A influência das teorias do ambiente integral leva a uma percepção expandida do conceito de patrimônio, denominada, pelos franceses, **patrimônio integral** – entendido como o conjunto de todos os bens naturais ou criados pelo homem, sem limite de tempo ou de lugar⁸¹.

Desta forma, compreendemos como a instância ‘patrimonial’ se estabelece na relação humana com o Real complexo e com os novos paradigmas de pensamento. O museu do século XX desponta, assim, como uma nova maneira de pensar o mundo, de pensar o Real; e é nesta atmosfera, em que a Ecologia dilui a noção cartesiana, que a Museologia Contemporânea se desenvolve e evolui. Como enfatiza Scheiner (2005: p.93) é “neste ambiente que se desvela o Museu do século XX. Um ambiente no qual Homem, Natureza e Real são concebidos: a) em relatividade e complexidade; b) em integralidade; c) em continuidade”.

A ideia, advinda da Ecologia, de que todos nós pertencemos a comunidade global da biosfera implica na geração de um novo paradigma – o paradigma ecológico, segundo o qual todos os sistemas da natureza se comunicam, ou melhor, interagem através de processos complexos. Na segunda metade do século XX, este novo paradigma, influenciado por movimentos culturais e sociais que marcaram o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970, destaca-se no campo dos museus. A partir de então, novos padrões de pensamento se desenvolvem frente ao imperativo das mudanças complexas e multiculturais que o mundo tem alcançado em sua evolução planetária; falamos das articulações do pensamento sistêmico. Este envolve o sabor da compreensão e sensação do sistema individual interagindo em um sistema global entendido por biosfera, geosfera, antroposfera. Desta forma, a questão ambiental impulsionou as diversas áreas disciplinares, inclusive as discussões e a produção científica da Museologia.

Como se comportaria este campo disciplinar, frente aos imperativos ambientais que o planeta Terra vem passando? É preciso sensibilizar-se, conscientizar-se para

⁸⁰ Ibidem: 94.

⁸¹ Ibidem: 95.

depois poder sensibilizar os outros. O campo encontrou interesse pela questão do meio ambiente e pelos problemas ligados ao desenvolvimento social, principalmente no que se refere à natureza e sua conservação:

De forma definitiva, face à onda verde, vemos esboçar-se hoje um novo papel para o museu: o de ser um 'espaço público' que oferece a possibilidade de se formar opinião sobre o que está em vias de tornar-se o '*patrimônio verde*' (DAVALLON, GRANDMONT & SCHIELLE, 1992: 56).

2.1.1. Parques como museus

A criação do ICOM, em 1946, possibilitou que se desenvolvessem melhores alternativas para que os museus pudessem interagir com a sociedade. Partindo desta preocupação com os fatos sociais, o ICOM⁸² reconhece como **Museu** (Quadro 6):

Quadro 6. Comparativo da definição de museu

1968 Assembleia Geral em Munique	De 1979 até 2001	2007 Assembleia Geral em Viena
Qualquer instituição permanente que conserva e exhibe, para fins de estudo, ensino e diversão, as coleções de objetos de importância cultural e científica. Dentro desta definição estão incluídos: [...] reservas naturais . [Grifo nosso].	Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento que recolhe, conserva pesquisa, e interpreta, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do homem e seu ambiente. O ICOM reconhece [...] uma ampla gama de instituições afins, incluindo: [...] parques naturais ; [...] [Grifo nosso].	Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da Humanidade e de seu meio ambiente , para fins de educação, estudo e deleite . [Grifo nosso]

Fonte: Boylan, 2010.

A partir do quadro acima podemos compreender que, desde 1968, o pensamento museológico evoluiu, sendo que a definição de museus acompanhou a dinâmica e os processos globais da sociedade. Para Scheiner (2005: p.95),

Museu é processo, e não produto cultural: está em contínua mutação, dá-se no instante, define-se na relação - sendo capaz de representar, simultaneamente, os planos de realidade do Mesmo e do Outro, em todas as suas manifestações.

⁸² BOYLAN, P. **Defining Museums and Galleries**. ICOM International Committee for the Training of Personnel (ICOM-ICTOP). Disponível em <<http://www.city.ac.uk/ictop/mus-def.html>> Acesso em 28 de Dezembro de 2010. (Tradução e grifos nossos).

A última definição de museu do ICOM, apesar de não conter as palavras *parque* e/ou *reservas naturais*, apresenta claramente as ações específicas do museu a serviço da sociedade, atrelado à proteção do patrimônio.

Todo parque nacional é uma categoria de Unidade de Conservação, do tipo Proteção Integral, onde há a proteção da natureza, admitindo-se o uso indireto dos seus recursos naturais. Ou seja, é altamente protegido por leis de proteção à natureza que orientam seu uso e atividades. Todo Parque Nacional, de acordo com o SNUC (2000: p.7), tem a finalidade de:

Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de **pesquisas científicas** e desenvolver **atividades de educação e interpretação ambiental**, de **recreação**, de **proteção** e operacionalização, dentre outras. [Grifos nossos].

Então, se compararmos e analisarmos a definição de Museu do ICOM relativa ao ano de 2007, com a definição de Parque Nacional do SNUC do ano de 2000, podemos concluir que estes são **efetivamente museus**, pois se inserem no conjunto das ideias propostas pelo ICOM, contemplando a visitação pública, a pesquisa, a conservação, e a comunicação. Ambos os conceitos se interpenetram. Davallon, Grandmont e Schielle (1992: p.68) elucidam que:

o traço característico do parque natural é que ele corresponde a uma reserva de uma parcela preservada de natureza. O território que ele institui é assim o território da natureza, o que limita voluntariamente a ação do homem [...] trata-se de todo um território – um (eco) sistema – que é objeto da preservação. Os visitantes são [...] passantes e descobridores.

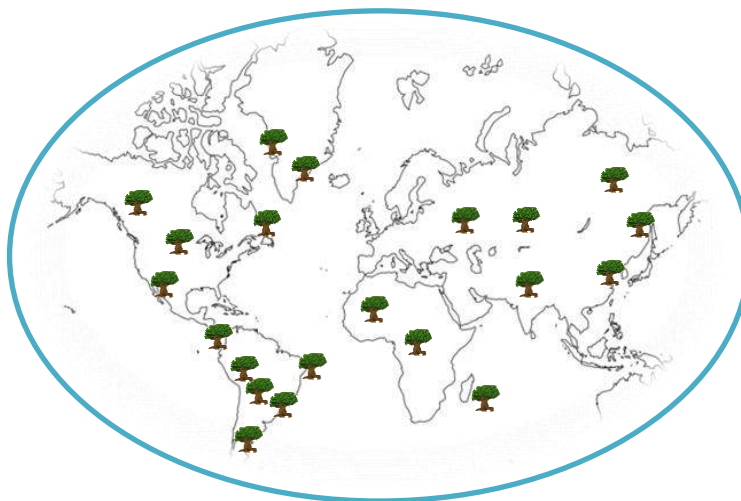
Assim sendo, todo Parque Nacional é, por definição, um museu, mas nem todos estão preparados para assim atuar. Partindo do âmbito da teoria, para reconhecer se um Parque Nacional atua efetivamente como museu (instituído), deve-se partir da análise de sua gestão. Saber gerir liga-se ao controle, na área de cada parque, dos usos indiretos da natureza, controle este que limita as ações humanas⁸³.

Os parques têm por vocação a proteção visando sempre a conservação da natureza. Morin (2008: p.126) ao falar sobre o planeta, diz que este é um “organismo vivo que se auto-organiza e faz a sua autoprodução”; concordando e parafraseando o autor, diríamos que o Parque Nacional também o é e integra-se ao ecossistema planetário, onde “não apenas a parte está no todo [mas] o todo está no interior da parte que está no interior do todo” (MORIN, 2008: p.128) (Figura 7). É como se cada Unidade de

⁸³ Davallon, Grandmont e Schielle, Idem.

Conservação (com seu ecossistema preservado), neste caso o Parque nacional, integresse por axioma, à todos os outros ecossistemas do planeta.

Figura 7. Representação esquemática de Parque Nacional como parte do ecossistema



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Para a Museologia o Parque Nacional traduz os modos de conceber a relação entre homem e natureza. Aqui, o diálogo do homem com a natureza através do museu se dá, principalmente, no momento em que se amplia a representação do meio ambiente como patrimônio. Os Parques Nacionais, além de redefinir a relação entre homem e natureza visam, a sua conservação.

2.1.2. O estudo específico da Museologia

A Museologia como campo científico, com seu espaço próprio de pesquisa, análise e sistematização, visa “à preservação e uso da herança cultural e natural” (MENSCH, 1994: p.3). Sabe-se que os museus têm adquirido, nas últimas décadas, um novo papel perante a sociedade – o de refletir sobre o passado, o presente e o futuro – e trabalhar para a formação da sociedade, neste caso, social, política e ecologicamente, colaborando com a mudança de consciência dos indivíduos sobre as sua experiência de mundo.

Ao se falar da relação homem-natureza, a produção humana sempre avança em busca de sentido e representação. A partir da valoração do patrimônio comum, que é a vida, observamos que esta tem tomado um novo sentido para todos nós, inclusive para a museologia.

De Varine (1987) enfatiza que, nos anos de 1970, “o papel tradicional do museu estava sendo questionado” na França e em todo o mundo; havia o desejo da busca de novos desafios para a redescoberta do papel do museu perante a sociedade.

É possível averiguar na literatura especializada do campo museológico que, com a Conferência ocorrida em Estocolmo em junho de 1972, a Museologia intensifica sua preocupação pelos problemas ligados ao desenvolvimento social, principalmente, no que se refere à natureza e sua conservação. Há uma mudança de paradigma para o trabalho em museus.

A formalização destas novas ideias ocorre na Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo, promovida pelo ICOM/UNESCO, conhecida por Mesa Redonda de Santiago de Chile, ocorrida em maio de 1972. Foi uma discussão pontual no que se refere ao papel ativo dos museus nas questões sociais, econômicas e culturais, por meio de ações educativas. Este evento gerou a Declaração de Santiago do Chile, que trata da necessidade de os museus tomarem consciência de sua responsabilidade social e recomenda que sejam buscadas soluções para que atuem como transformadores sociais, condição essencial para sua integração à vida em sociedade.

Enfatiza-se, assim, a função social dos museus - já preconizada pelo ICOM desde a década de 1950 e reiterada nas conclusões da Conferência Geral de Museus de 1971⁸⁴, mas ainda pouco percebida pelos profissionais de museus em sua totalidade. Neste evento se desenvolveu também um novo conceito, o Museu Integral. O conceito de Museu Integral é simples e ao mesmo tempo complexo, pois enfatiza a missão social dos museus e seu compromisso com o desenvolvimento das populações. Este é parâmetro conceitual para o trabalho do museu com os parques nacionais. Para Scheiner (2004: p.96) o conceito de **museu integral** implica no reconhecimento do museu como:

instância de proteção e uso controlado de todo um território, do substrato natural às manifestações tangíveis e intangíveis dos grupos culturais ali estabelecidos, considerados em extensão e em historicidade, o museu integral é uma das mais abrangentes propostas modernas de conciliação entre Natureza e Cultura.

No mesmo evento, outras questões foram suscitadas, como: a interdisciplinaridade na esfera museológica; e o papel ativo dos museus nas questões sociais, econômicas e culturais, por meio de ações educativas.

⁸⁴ Segundo Scheiner (2009) em 1971, a 9ª. **Conferência Geral de Museus**, realizada em Grenoble, França (data, portanto anterior à conferência de Santiago), já se afirmava que “os museus devem estar, em primeiro lugar, a serviço da humanidade”; e que “o principal desafio dos museus é a educação e a transmissão de informações e conhecimento, por todos os meios disponíveis”. SCHEINER, T. Repensando el Museo Integral: del concepto a las prácticas. Conferência. ICOFOM LAM 2009. Santiago, Chile, nov. 2009. Inédito em espanhol. [Grifo da autora]. Tradução nossa.

Vinte anos mais tarde, em 1992, impulsionada pela CNUMAD, a Museologia abordaria o tema *Museus, Sociedade e Meio Ambiente Integral* no I Encontro Regional do ICOFOM-LAM, em Buenos Aires, Argentina. O Encontro recomendou que:

o discurso do museu, assim como o da sociedade como um todo, fosse considerado na sua relação com o meio ambiente, disponibilizando-o para a ação. Além disso, os museus devem estar preparados para enfrentar as mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais do meio ambiente integral.

Nas duas últimas décadas do século XX, a Museologia passa a tratar sistematicamente da relação humano-território em busca de soluções para o futuro, com reflexos nas políticas e diretrizes de ação que se desdobram no presente século. Assim, o campo da Museologia incorpora o estudo sobre as:

relações entre o fenômeno Museu e as suas diferentes aplicações à realidade, configuradas a partir das diferentes visões de mundo que cada sociedade elabora, no tempo e no espaço. Fazem parte do estudo da Museologia as análises de conjuntura, desenvolvidas a partir de uma visão transdisciplinar, que interliga as diferentes visões da natureza, da cultura e do homem apresentadas pelos demais campos do conhecimento – a antropologia, a sociologia, a ecologia, a economia, a ciência política (SCHEINER, 2005: p.116).

Este caráter transdisciplinar, característico da Museologia, lhe consagra um *status* sistêmico e diverso, que se ajusta às ideias de Shiva (2003: p.17) quando a mesma discursa sobre a diversidade como “alternativa à monocultura⁸⁵, à homogeneidade e à uniformidade”. Da mesma forma, Maure (1995, p.129) destaca que “o novo museu prioriza a visão interdisciplinar e ecológica; ênfase voltada para as relações entre o homem e seu meio ambiente natural e cultural”. No mesmo texto, o autor define a Museologia como “uma ciência que tem como objeto de estudo o papel dos museus nos fenômenos de constituição e de representação de um patrimônio”. **O campo disciplinar da Museologia amadurece na diferença**, possibilitando a complementariedade, enquanto representação e interpretação do Real.

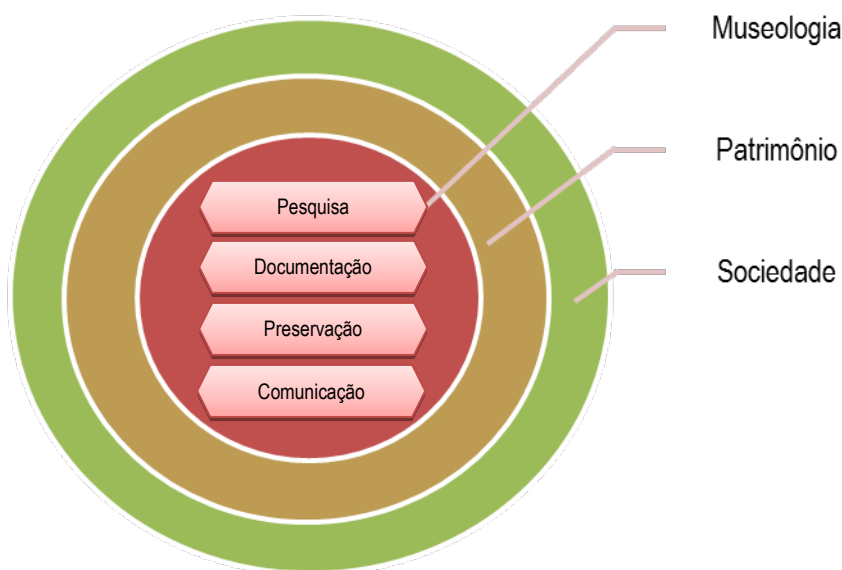
A nova atmosfera sistêmica traz a reflexão sobre um universo planetário sem oposição, mas complementar: homem/natureza, corpo/mente, razão/instinto - nada é absoluto, separado e estático em si mesmo. “Cai o mito do museu universal: pois se o universo é relativo, se matéria, tempo e espaço são relativos, se a vida e a cultura são relativas por que apenas o Museu deveria ser absoluto?” (SCHEINER, 2005: p.93).

Como um processo dinâmico, complexo e social, o Museu se auto-organiza frente às necessidades de uma sociedade em constante mudança, desenvolvendo um trabalho

⁸⁵ Vandana Shiva é física, filósofa, ecofeminista e ativista ambiental da Índia. Em seu livro *Monoculturas da Mente*, defende que as monoculturas não são apenas maneiras de usar a terra, mas também de pensar e de viver.

ligado às questões emergentes da sociedade. Sendo a Museologia uma ciência social⁸⁶ e interdisciplinar, o Museu, conseqüentemente, passa a ter um papel social que vai além da interação que ocorre na visita pública. A relação da museologia com a sociedade contemporânea é um projeto integral em 4 pilares: pesquisa, documentação, preservação e comunicação (Figura 8).

Figura 8. Os quatro pilares da Museologia Contemporânea



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

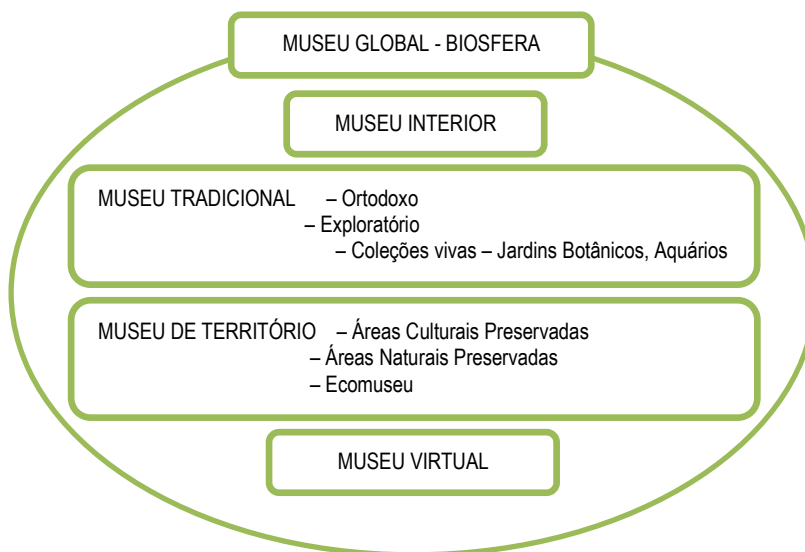
Na defesa de valores contemporâneos, o museu se alinha a preocupação científica, tecnológica e comunicacional. A partir da comunicação o museu abarca um vasto campo de pensamento e ação assumindo um papel importante para a interpretação da cultura; neste caso, da educação do homem no fortalecimento da diversidade e na conscientização para a qualidade e conservação da vida. Queremos deixar claro que o modo de atuação dos museus, em busca da sensibilização e conscientização ecológica, poderá levar ao estabelecimento dos *museus verdes*, que Davallon, Grandmont e Schielle destacam em sua obra. Além disso, esta ação transformadora da museologia traz à tona o reconhecimento do ser humano como o principal protagonista para determinar e garantir a manutenção do planeta; e ao mesmo tempo, a capacidade de

⁸⁶ MAURE, Op. Cit.

participação ativa na promoção de uma nova ética capaz de conciliar natureza e sociedade⁸⁷.

O Museu se faz representar para a sociedade sob diversas formas (SCHEINER, 1997): *museu interior*, *museu tradicional* (museu tradicional ortodoxo, museu exploratório, museu com coleções vivas), *museu de território* (museu a céu aberto, áreas culturais preservadas, áreas naturais preservadas, ecomuseu), *museu virtual* e *museu global* (Quadro 7).

Quadro 7. Representações do Fenômeno Museu



Fonte: Scheiner, 1998.

É oportuno esclarecer que a representação de Museu trabalhada nesta pesquisa é o *museu de território*. Este conceito auxiliou bastante a noção de uma Museologia preocupada com as mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

Segundo Scheiner (1998), o **museu de território**, produto das teorias sociais, é o espaço ou território onde todo o conjunto de referências valoradas como 'patrimônio' (ou parte significativa do mesmo) encontra-se musealizado, ou seja, subordinado a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação. Sua base conceitual é o patrimônio. O que importa neste museu é o estudo das relações de sincronicidade e ruptura entre os diversos componentes do conjunto. Integram o museu de território todos os elementos constituintes do espaço musealizado: *recursos naturais*

⁸⁷ No Brasil, a Política Nacional de Museus (2003-2010) estabelece, entre seus eixos de ação, o "incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processos de musealização" (MINC, 2010: p.9).

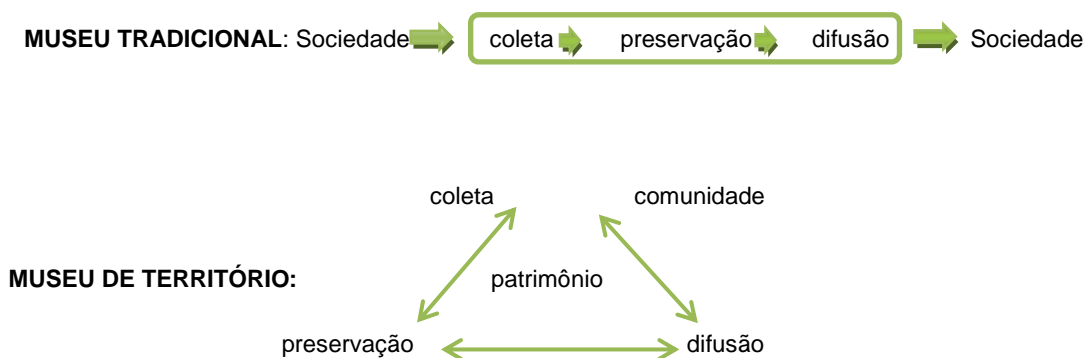
renováveis e não renováveis, formas de ocupação do espaço, relações entre o homem e a paisagem, relações intergrupais, o fazer cultural e o produto deste fazer. Nesta categoria, incluem-se as **áreas naturais preservadas**, como os **parques nacionais**⁸⁸.

O conceito fundamental da museologia contemporânea é o patrimônio, evidenciado pela chamada Nova Museologia e influenciado pela pluralização de formas de museu de território – principalmente, o ecomuseu. A diferença essencial entre o museu tradicional e o museu de território encontra-se nos seus principais elementos. Maure (1995: p.130) diferencia muito bem esta questão:

O museu tradicional é, fisicamente falando, uma construção que guarda uma coleção de objetos. O campo de ação do novo museu engloba o território de sua comunidade, território definido no senso de entidade geográfica, política, econômica, natural e cultural. A infraestrutura museográfica se descentraliza, se fragmenta e investiga o território por meio de equipamentos diversos.

A ênfase se dá no território como um todo. Há mudança no discurso, na linguagem e na ação. Mas, vale ressaltar que as duas representações de museus não estão estáticas e separadas uma das outras. A interdependência também existe aqui. Nada impede um museu de território de receber público visitante. Assim se organiza um novo modelo de trabalho museológico, não mais linear, mas integrado dinamicamente, em um processo circular e aberto, tendo por objeto o patrimônio das sociedades passadas e do presente (Figura 9):

Figura 9. Representação do trabalho no Museu Tradicional e no Museu de Território.



Fonte: Maure, 1995.

Verificamos, então, que o campo museológico acompanha todas as mudanças que ocorrem no mundo, desde as sociais até as ambientais, com objetivo de preservar o patrimônio total para as gerações futuras. Novas tendências, estudos e inserções dos

⁸⁸ Vale destacar que as áreas naturais são museus a céu aberto. Mas nem todos os museus desta categoria são parques nacionais ou áreas naturais preservadas.

museus são visíveis na sociedade contemporânea. O campo museológico, como aquele que em sua interdisciplinaridade, trabalha uma posição inovadora e complementar, permitirá a ampliação do entendimento do público visitante sobre as áreas naturais preservadas, participando como mediador entre o meio ambiente e seu público.

2.2. A Museologia nos Parques Nacionais

A relação do Museu, e seus dispositivos, com os Parques Nacionais tem quase um século. Na prática, ocorre desde a criação do *National Park Service*, em 1916, nos Estados Unidos. Em 1918, como política dos parques, a fim de que visitantes pudessem usufruir do espaço natural preservado, determinou-se que:

museus de história natural, exposições e outras atividades de apoio à utilização educativa dos parques seriam promovidos também. Esforços interpretativos já em curso em diversas áreas logo floresceram em grande escala de programas de caminhadas guiadas, palestras, fogueira, publicações e exposições. Os primeiros naturalistas em tempo integral do parque foram nomeados em Yellowstone em 1920 e Yosemite em 1921⁸⁹.

Teoricamente, a busca desta reflexão se dá a partir do pensamento contemporâneo da Museologia, que se preocupa com eventos e mudanças ocorridas com a humanidade. Esta atitude ética frente aos imperativos ambientais emerge da noção de que o meio ambiente constitui-se em patrimônio, categoria cujo objetivo é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar as gerações umas às outras. Eticamente, podemos afirmar, portanto que o trabalho da museologia com Parques Nacionais possibilita uma relação de respeito e diálogo do ser humano com a natureza.

2.2.1. A Museologia do meio ambiente⁹⁰

Como compreender a relação da Museologia com a natureza e conseqüentemente com o meio ambiente? Quais seriam os pontos necessários para esta reflexão? Não se trata de refletir sobre como a natureza se apresenta no museu, mas como se dá esta mudança de percepção da natureza, agora vista como patrimônio. Assim se inicia a museologia do meio ambiente, a partir da ruptura e da mudança da representação da natureza em patrimônio, conforme destacam Davallon, Grandmont e Schielle (1992: p.68):

⁸⁹ *National Park Service*. Disponível em <http://www.nps.gov/history/history/online_books/sontag/sontag3.htm> Acesso em 4 de setembro de 2011.

⁹⁰ Este termo é usado por Davallon, Grandmont e Schielle para representar a natureza como patrimônio e da compreensão da sensibilidade e consciência ecológica que os museus devem passar a ter.

as instituições museais vêm contribuindo amplamente para a passagem de uma representação estética da natureza a uma *representação patrimonial do meio ambiente*, que se fundamenta em duas dimensões essenciais: o meio ambiente como centro da proteção da natureza; a relação entre território e patrimônio.

Pensando desta forma, é possível compreender que o museu possibilita à sociedade ter consciência de sua existência e do valor de sua própria cultura. “No que se refere ao meio ambiente, o museu mobiliza as representações que caracterizam a sensibilidade ecológica”⁹¹.

As novas abordagens dos museus na contemporaneidade, especialmente o ecomuseu e os parques nacionais, levam o pensamento museológico a voltar-se para a questão ambiental, como forma de interpretar o Real. Neste contexto, o Real deve ser visto em sua totalidade: na essência (material/imaterial, natural/cultural), no tempo (passado/presente/futuro) e no espaço (local/regional/nacional/global) (SCHEINER, 2004).

Lima (2008: p.33) descreve que a “cultura, espaço das interpretações no qual se dá a relação do Ser Humano versus Real, produz a atribuição de sentidos/significados para o mundo natural e social” em relações interdependentes. Na Atualidade, o conceito de bens culturais se amplia para abarcar a reflexão sobre a dinâmica dos testemunhos do homem sobre a natureza. É como diz Guattari (2009: p.15):

mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universo de referência social e individual.

Relacionar cultura e natureza é um passo de amadurecimento disciplinar e conceitual. Um conceito não está fora do outro; natureza e cultura são interdependentes, híbridos que fazem parte de um mesmo rizoma. “Viver a diversidade na natureza corresponde a viver a diversidade de culturas. As diversidades natural e cultural são fontes de riqueza e alternativas” (SHIVA, 2003: p.17). O meio físico e o natural, nesse sentido, não são mais entendidos como mero complemento subordinado às práticas culturais, mas situados no mesmo plano de relevância da esfera cultural, uma vez que são equivalentes. Assim, o valor cultural de um bem reside na possibilidade de estimular a memória da sociedade, contribuindo para o reconhecimento de sua identidade e para melhorar sua qualidade de vida.

A interpretação da natureza realizada pelo museu reconcilia “o olhar profano e a representação científica, as coisas da natureza e o discurso da ciência, o visível e o

⁹¹ *Ibidem*: 55.

invisível⁹². O Museu concilia o visível com o invisível – a paisagem estética visível e o ecossistema ‘invisível’. Eis sua missão e papel face ao meio ambiente: representá-lo a partir do saber científico. O museu contribui para que o meio ambiente possa ser identificado como patrimônio. Para esses autores, (1992: p.71), “O meio ambiente, mais que qualquer outro, representa [...] um patrimônio em projeto”, pois se dirige ao futuro, sendo assim virtual.

Ele pertence aos vivos atuais, mas leva em conta seu sentido de patrimônio pelo olhar daqueles que ainda virão. E assim, projetando-se no futuro, colocando-se no lugar de seus herdeiros que os vivos do presente tomam consciência de que aquilo de que dispõem constitui verdadeiramente um patrimônio⁹³.

Segundo Schärer (2008)⁹⁴ “museu é, naturalmente, uma parte do processo de construção de significado no que se refere aos valores coletivamente e institucionalmente atribuídos”. O valor da coisa não existe por si só, mas é sempre atribuído pelo corpo social e pode ter significados diferentes. Este valor pode durar muito mais que a coisa em si. A vida eterna está nas ideias, na representação comunicacional de cada objeto. Aqui se insere a museologia e a importância da musealização da natureza. Esta é dinâmica, e tem intrinsecamente a ideia de perda em si mesma.

Além da dimensão científica, o tema do meio ambiente possui uma relação social e humana, ou seja, a relação do homem com a natureza conduz à diversidade de pensamentos para o encontro com a vida; e ao pensamento sistêmico. Desta forma, “o museu participa do processo de mediação entre o meio ambiente e seu público”⁹⁵.

2.2.2. Patrimonialização do meio ambiente

A natureza, como paisagem, começa a ser tratada pelos museus de arte, nas pinturas em tela; e em seguida pela arte do paisagismo, nos jardins. A primeira prática se funda sobre a representação estética, socialmente construída; e a segunda, sobre o saber. Esta passagem da representação da natureza como paisagem para a compreensão de que a natureza é um bem a ser preservado, ocorre especialmente quando o museu absorve a interdependência que ocorre entre a sociedade, o espaço geográfico e a natureza, como esclarecem Davallon, Grandmont e Schielle (1992: p.68).

⁹² *Op. Cit.* 1992:67.

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ Palestra: *Coisas + ideias + Musealização = Patrimônio - Abordagem museológica*, ministrada em 17 de Março de 2008, na abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

⁹⁵ *Op. Cit.* 1992:55.

A passagem de uma representação estética da natureza a uma representação patrimonial do meio ambiente se fundamenta em duas dimensões essenciais: o meio ambiente como centro da proteção da natureza; a relação entre território e patrimônio.

Schiele (2002: p.2) diz que a ideia de patrimônio se estende por todo ambiente natural e cultural, material e imaterial. Paes-Luchiari (2007: p.25) sugere que “a natureza, tornada patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós pela paisagem”, em uma relação íntima entre homem e natureza que se define como a alma do lugar. Esta materialidade é percebida por nós por meio de esquemas de percepção, concepção e ação-relação. Do mesmo modo, Delphim (2004: p.5) assinala que:

a paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. A observação da paisagem informa sobre processos de formação do planeta, da vida, da humanidade. Testemunha a aventura do homem pelo planeta [...]. Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação pra sempre, um novo significado, um diferente valor cultural. A paisagem é uma chave para a compreensão do mundo, de seu passado, presente e futuro.

A Museologia, como já dissemos, tem o enfoque no patrimônio a ser preservado para as gerações futuras. A ideia é integrar museus e ambiente para promover a transformação e crescimento da sociedade, numa evolução consciente e crescente. Assim, o conceito de meio ambiente adentra o museu, demonstrando a ideia de que o homem se encontra simultaneamente dentro e fora da natureza; a paisagem passa ser o meio de visualizar os ecossistemas e a servir como modelo de reconstituição de certos ecossistemas – sob a forma de bioparques, por exemplo⁹⁶.

De um lado, a Museologia trata da proteção da natureza como bem patrimonial; de outro, as Ciências Naturais, principalmente a Biologia e a Ecologia, têm o objetivo de manter a integridade da biodiversidade e seus processos naturais,⁹⁷ através de um conjunto de ações de conservação e preservação que se estende do âmbito local ao mundial.

Considerando a passagem da percepção estética do meio ambiente para a noção de que este é um patrimônio; e tendo em vista que a lógica do museu se organiza fundamentalmente em torno do patrimônio, a Museologia passa a “patrimonializar” o meio ambiente. Nesta posição ‘ecológica’, a relação do Homem com a natureza se constitui numa longa cadeia de interações dinâmicas. Conforme enfatizam Davallon, Grandmont e Schielle (1992: p.56) a “*patrimonialização*” do meio ambiente opera segundo as

⁹⁶ *Op.Cit.*: 67

⁹⁷ Incluímos nesta proteção a Geodiversidade - registro da pluralidade de paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra. (Serviço Geológico do Brasil 2006, apud Silva et al 2008:12).

modalidades que respondem tanto à especificidade da instituição museal como à sua evolução atual como mídia”.

Hoje, os temas cultura e natureza, analisados sistematicamente, são interpretados como patrimônio. Para Scheiner (2004: p.79) a questão ‘patrimonial’ “se define a partir do séc. XVIII, quando as sociedades ocidentais definem suas metodologias de preservação, e se relaciona a ideia de patrimônio, a ideia de permanência”. A partir da abordagem sistêmica da natureza, surge a noção de que o meio ambiente constitui-se em patrimônio que necessita ser valorizado, ou seja, que deve ser protegido e conservado, e cujo objetivo é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar as gerações umas às outras. Assim, o patrimônio se constitui em componente cultural, transmitido de geração a geração. Em seu turno, há evolução crescente e consciente para a importância da preservação dos valores patrimoniais e/ou ambientais.

Historicamente, a palavra patrimônio adquiriu um conceito nômade que foi requalificado por diversos adjetivos; o que originalmente estava ligado à família, como posse e por direito, hoje tem um caminho diferente, ligado ao genético, natural, histórico e artístico. Como carrega o sentido de valores e de excepcionalidade, poderíamos falar em infinitos valores agregados à natureza – valor histórico, de antiguidade, valor econômico, cultural, genético, afetivo, valor documental, valor etnográfico, ecológico, valor ambiental, valor de atualidade ou contemporaneidade, valor turístico, estético, valor contemplativo. Como disse Delphim (2010)⁹⁸ “o excepcional não está na coisa, mas no olhar e no dedo – saber ver, é apontar o que se tem”.

Analisando que o ser humano é o único ser vivo capaz de discorrer sobre o tema *patrimônio* e de qualificá-lo; lembrando que valorar é um processo humano; e que a natureza em si mesma não está dotada de valor, mas são os atores sociais que atribuem valores e significados específicos às diferentes realidades, no tempo e espaço, isto implica na existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores. No campo do patrimônio o que importa é tentar entender não só a permanência do homem no tempo e no espaço, mas a sua presença e as diferentes formas de manifestações, em potência simbólica; ou seja, a relação humana com o objeto “patrimonializável”, pois é o humano que dá sentido ao Real. A preservação mantém a continuidade das manifestações culturais, a integração e o pertencimento e está ligada ao ato de “sustar o tempo ainda em processo, como se fosse possível cristalizar o instante”⁹⁹, buscando recuperar o aspecto mais próximo da origem.

⁹⁸ Palestra proferida no Seminário de Gestão do Patrimônio no Mercosul. Palácio Capanema, Rio de Janeiro, em 2010.

⁹⁹ *Op. Cit.*: 82.

Scheiner¹⁰⁰ destaca ainda que o caminho de busca de significações nas experiências humanas se dá sempre em circularidade, englobando a totalidade dos aspectos constituintes para a compreensão do Real e de suas relações. Assim, o patrimônio passa a ser entendido como um processo, por meio do qual se realizam conexões que integram natureza, homem e cultura e que podem manifestar-se de maneira global. Esta é a essência dos conceitos de Patrimônio Global, Integral, ou Planetário.

A evolução do conceito de patrimônio natural esteve ligada ao aspecto científico das questões referentes ao meio ambiente, fundamento principal para a proteção, que logo se vincula ao valor simbólico e cultural. Hoje, cultura e natureza, analisados sistematicamente, são interpretados como patrimônio. Segundo Gonçalves, (2005: p.17), o patrimônio é uma “categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”: seu objetivo é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações às outras.

O patrimônio pode na verdade ser acumulado, perdido e transformado, passando a ser interpretado a partir do presente, de acordo com os critérios de seleção e valoração determinantes em cada época. A patrimonialização fixa permanência. Leff (2000: p.95) ressalta que:

a cultura entendida como produção simbólica do humano, remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significações. E ainda definem estilos de vida no processo de assimilação e transformação da natureza.

Por outro lado, enfatizando o cuidado pelo território como espaço de vivência, Claval (1999: p.116) nos lembra de que “as raízes antigas, históricas, míticas, ancestrais, étnicas conferem aos povos um direito sobre o território; julgam-no sagrado”. É importante ressaltar que cada sociedade, em cada tempo, se organiza e estabelece suas relações com a natureza dentro das dimensões *tempo* e *espaço*.

As Cartas Patrimoniais fornecem um panorama das diferentes abordagens para a preservação dos bens culturais, registram como se deu o processo da organização de conceitos e orientam para as ações de proteção. Por terem sido escritas em diferentes momentos, décadas e partes do mundo, oferecem uma inter-relação de pensamentos e conhecimentos sobre a questão tratada.

Devemos refletir que conservar e proteger são ações humanas ligadas ao desejo do eterno, ao medo da perda, à finitude e à morte; e que paradoxalmente se ligam a

¹⁰⁰ Ibidem: 31.

permanência, continuidade e eternidade. Trata-se, pois, de compreender a experiência humana, num fluxo sistêmico e cambiante da temporalidade. Scheiner (2004: p.36) comenta sobre o processo civilizatório em relação ao tempo:

Impregnado do esforço humano de colocar-se à margem do tempo, **o processo civilizatório está pontuado pela experiência de negação do efêmero**, expressa sob a forma de movimentos de preservação, articulados por dispositivos tais como o instinto, a memória, o hábito, a consciência - e também o esquecimento.

O desejo humano muitas vezes se direciona em busca da eternidade de alguns acontecimentos, lugares, fatos, protegendo-os. **A criação de áreas protegidas possibilita tornar a natureza um patrimônio.** Scifoni e Ribeiro (2006: p.114) realçam que “preservar uma área natural e elevá-la à condição de patrimônio natural é uma ação que se desenvolve no território”. Assim, a proteção e conservação através da valoração como patrimônio tornam-se uma estratégia para alcançar o desenvolvimento através da relação humana com a natureza. Porém, conforme diz Paes-Luchiari (2007, p.27), “a natureza e seus processos têm a sua própria lógica e dinâmica, mas a patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural”. As leis de tombamento e de estabelecimento de áreas protegidas são determinadas pela esfera cultural e sociopolítica em cada período histórico, nos quais imprimem um olhar patrimonializado à natureza; a partir destes processos as referências naturais são percebidas como culturais. É interessante pensarmos que “é em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado” (Santos, 1997: p.90).

A patrimonialização da natureza está voltada para a sobrevivência do Planeta Terra e também do universo simbólico da sociedade humana, no que diz respeito à memória e à identidade. Assim é uma forma de institucionalização da concepção e representação de natureza, através da mediação técnica de conservação, permeada por um sistema simbólico de valoração.

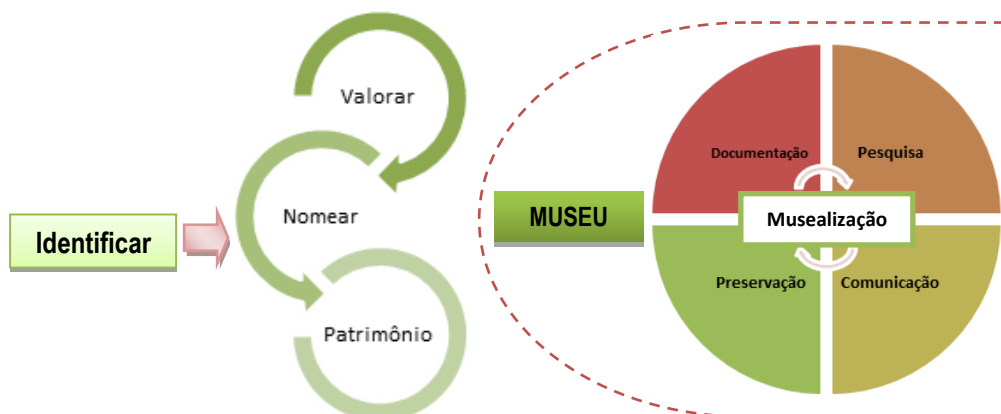
2.2.3. Musealização de áreas naturais

Musealização é um termo técnico usado para expressar o caminho que leva uma determinada referência, material ou não, a ser inscrita no âmbito do Museu. Sendo um processo específico da Museologia, a musealização pode ser definida, de acordo com o ICOM (2010, p.51), como:

um processo científico, que inclui, necessariamente, as atividades essenciais do museu: preservação (seleção, aquisição, coleta, gerenciamento, conservação), pesquisa (incluindo, catalogação) e comunicação (através de exposição, publicação, etc.) ou, de outro ponto de vista, as atividades em torno da seleção, coleção e exibição. [Tradução nossa]

A Museologia aplicada se divide em subáreas com quatro grandes funções: a **documentação**, a **preservação** (compreende a coleção, identificação, conservação, restauração), a **pesquisa** (investigação do acervo) e a **comunicação** (exposição, divulgação do acervo e das pesquisas e educação). Estas quatro funções específicas do museu, quando realizadas dentro dos parâmetros técnicos e conceituais da Museologia, definem o processo de **musealização** - através do qual as referências valoradas como patrimônio se inserem no âmbito do Museu. A interpretação do ambiente, além de trazer à tona a interdependência de tais relações, amplia a noção de patrimônio (Figura 10).

Figura 10. Processo de Musealização



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

As ações do museu se dão nas coisas. Para Schärer (2008) *coisas* são todo o mundo físico, a vida, incluindo a espécie humana; são universais e onipresentes; sem coisas a cultura humana não pode sobreviver nem evoluir, e só são relevantes em relação às pessoas e à sociedade. Coisas se tornam significativas através do desenvolvimento humano, ou seja, uma cultura sem coisas é inimaginável. O sentido etimológico do significado do termo "*musealization*"¹⁰¹ se refere a coleção, preservação, exibição. O fenômeno é, no entanto, universal, e pode ocorrer em qualquer momento e lugar, a nível individual e social. Segundo o mesmo autor, os processos de musealização são definidos a nível coletivo, por questões sociais complexas - que definem os parâmetros de ressignificação. Este é portanto um processo complexo, tanto quanto a sociedade.

Na atualidade, a musealização tem assumido novos lugares e significados e pode ser aplicada a todas as coisas naturais e artificiais, bem como para a conservação *in situ*;

¹⁰¹ Ibidem: 88.

não há nenhuma diferença real entre uma coleção de xícaras de prata e uma coleção de montanhas, plantas e animais em um parque nacional¹⁰².

Preservar o significado do lugar é incorporar a significação ecológica da geração presente para as gerações futuras é uma reunião simbólica, cheia de significados complexos.

A musealização constitui-se no conjunto de ações, orientadas por critérios e valores definidos pela própria Museologia, para coletar, documentar, conservar, interpretar e difundir registros do Real como testemunhos do homem e do seu meio (SCHEINER, 2011). Como processo dinâmico específico do campo museológico, funciona como uma das formas de preservar o patrimônio e de estabelecer condições de conservação, legibilidade e acessibilidade ao público que visita o museu. Além disso, “também protege o valor intelectual, o valor emocional (lembrança), o valor religioso (símbolos), bem como o valor estético (o melhor da coleção) e valor de conhecimento de objetos”¹⁰³. É importante ressaltar que, no museu de território, não predomina a coleta de objetos, uma vez que estes já estão *in situ*, e que particularmente, nos parques nacionais, assim como nos jardins, o objeto a ser musealizado, [por exemplo], passa a ser os grupos vegetais importantes do território, uma vez que o “museu coleciona sinais (informações, ou seja, processo)”¹⁰⁴.

A natureza musealizada adquire uma nova função – de representar o patrimônio dito *natural*. Se considerarmos a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972: p.2), entenderemos por *patrimônio natural* os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçados; e os locais de interesse ou zonas naturais estritamente delimitadas - todos com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Assim, o ato de musealizar pressupõe a atribuição de um significado capaz de conferir a esses monumentos e outros registros de natureza um valor documental ou representacional, como bem a ser mantido no presente e para o futuro, como um sinal de vida, de harmonia, de sustentabilidade. Schärer (2008: p.87) enfatiza ainda que a musealização é a preservação dos valores ideais das coisas como sinais. Em outras palavras, Paes-Luchiari (2007: p.34), sustenta que a ideia da lógica da:

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ *Op. Cit.*: 88.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

musealização da natureza nos permite afirmar que aquilo que para nós pode se perder como forma e sentido, e nos fazer, assim, perder a noção de continuidade da própria existência, deve ser preservado para nos fazer lembrar.

Nesta relação específica homem-coisa, o que se percebe como perspectiva de perda é candidato à musealização. Quando se fala em parques nacionais, o território musealizado passa a ser característica identitária da região, pois preserva o passado e conserva/forma para o futuro. Ou seja, conserva a vida, a informação. É preciso gerar, preservar, difundir conhecimento contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e da cultura.

O processo de musealização se configura pela descontextualização¹⁰⁵. O espaço delimitado para o parque, por exemplo, fica fora de seu contexto, uma vez que seu uso passa a ser controlado apenas nas zonas de uso intensivo (visitação); porém, o público necessita conhecer a informação em seu contexto original, antes mesmo da área de ser musealizada. Para isto são importantes as exposições, as trilhas interpretativas e outros dispositivos e ações que promovam o relacionamento com a sociedade.

Outro aspecto que deve ser devidamente considerado quando se contempla a possibilidade de musealização de áreas naturais, é que museus são centros de pesquisa e produção de conhecimento, e evidentemente de repasse e transmissão do conhecimento produzido. Em virtude das ações intergovernamentais e das leis de proteção da natureza na atualidade, se evidencia, como aspectos a serem preservados, a biodiversidade e as informações genéticas. Zarinato e Ribeiro (2006, p.252) enfatizam que em relação à conservação do patrimônio natural há “em especial a intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro”.

Musealizar a Mata Atlântica, por exemplo, pressupõe preservar, antes de tudo, a diversidade e a integridade do patrimônio dito genético, ou seja, parte da riqueza da biodiversidade do mundo. O Brasil detém 50% da biodiversidade do mundo e tem um patrimônio em recursos de biodiversidade da ordem de mais de dois trilhões de dólares. Esta é umas das produções de conhecimento que o museu pode enfatizar em áreas naturais – a diversidade; não só a diversidade biológica, mas a cultural e humana, conforme destaca Shiva (2003: p.85).

A diversidade é característica da natureza e a base da estabilidade ecológica. Ecossistemas diversificados fazem surgir formas de vida e culturas diversificadas. A coevolução de culturas, formas de vida e habitats têm conservado a diversidade biológica nesse planeta. A diversidade cultural e a diversidade biológica andam de mãos dadas

¹⁰⁵ *Op. Cit.*, 2008.

O processo de musealização, de certa forma, interrompe ações dinâmicas pertinentes ao objeto, o espírito original e seu contexto social: o “objeto é salvo através de sua ‘morte’ (partida do seu contexto)”. No caso da natureza, em parques nacionais, o processo dinâmico do objeto é mantido, sendo preservado em sua dinâmica de vida; os processos ecológicos são garantidos em diferentes tempo e espaços, pois não são interrompidas pela ação humana. Desta forma, o contexto social assume outra representação, pois seu uso passa ser restrito.

O objeto só tem significado na cultura em que está inserido. O valor atribuído pode se modificar com o tempo nas diferentes civilizações. A preservação do patrimônio natural deve assegurar a sua continuidade, dando sentido ao seu caráter histórico, social e ambiental. O museu em sua essência pode transmitir conceitos, ideias e mensagens. É preciso vincular o passado ao presente, lidando assim com o futuro de nosso passado; demonstrando que por um período da história da humanidade ocorreu a perda de harmonia entre o homem e a natureza, mas que na atualidade se considera como um imperativo o homem retomar sua relação intrínseca com a natureza, para proteção de si mesmo e do planeta Terra.

2.3. Visitação nos Parques Nacionais e seu uso público

Sem prejuízo de suas finalidades, um Parque Nacional só concretiza todos os seus objetivos se aproximar a sociedade da natureza, através de programas específicos que possibilitem inclusive aos portadores de necessidades especiais conhecer e desfrutar a natureza. Para que isto ocorra, é necessário que programas de uso público sejam estabelecidos. O termo ‘uso público’ é adotado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para definir o usufruto do público em áreas naturais preservadas, seja para uso recreacionista, educativo, de pesquisa ou religioso. A concepção de *uso público* “evoluiu de forma conjugada às mudanças na própria concepção de como planejar e gerir a conservação da natureza” (MMA, 2007: p.96).

Segundo Martins (1998: p.9) entre as várias categorias de unidades de conservação, os Parques Nacionais são por vocação aqueles que oferecem maior oportunidade de visitação. Mas neles se necessita implantar um conjunto de serviços e equipamentos para receber os visitantes adequadamente, obedecendo a todos os princípios da conservação.

Considerando o aumento de visitação nas Unidades de Conservação, principalmente nos Parques Nacionais, o MMA (2006) apresentou um conjunto de

princípios, recomendações e diretrizes práticas, através do documento denominado **Diretrizes e Recomendações para o Planejamento e a Gestão da Visitação em Unidades de Conservação**, para que se pudesse ordenar a visitação nas Unidades de Conservação e cumprir com o objetivo de conservação da biodiversidade. Neste documento, define-se por visitação “o aproveitamento e utilização da UC com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais”¹⁰⁶.

Cabe destacar que a visitação é um instrumento de aproximação entre a sociedade e a natureza, que desperta a consciência para a importância da conservação dos recursos naturais, sendo alternativa para utilização sustentável dos recursos naturais e culturais nas UCs. Segundo o ICMBIO¹⁰⁷, a visitação é uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza, ou seja, o visitante se torna coparticipante na conservação do patrimônio natural, a partir de seu contato direto com a natureza preservada.

Nos últimos anos, constata-se que o número de visitantes em Parques Nacionais é cada vez maior (Gráfico1), principalmente pelas pessoas que buscam a natureza para o relaxamento e o lazer que os centros urbanos não são capazes de proporcionar (TEIXEIRA, 2010: p.54).

Gráfico 1. Visitação nos Parques Nacionais.



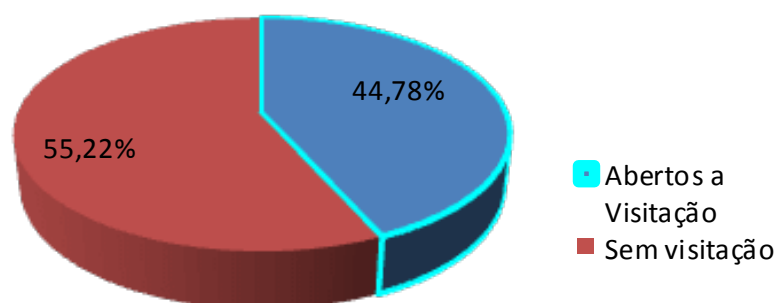
Fonte ICMBIO, 2011.

¹⁰⁶ *Ibidem*: 9.

¹⁰⁷ Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao>>. Acesso em 12 de outubro de 2011.

Os estudos do ICMBIO (2011) revelam que, em 4 anos, o número de visitantes dobrou consideravelmente nos Parques Nacionais, por outro lado é importante destacar que, de acordo com o portal do ICMBIO¹⁰⁸, dos 67 Parques Nacionais estabelecidos no Brasil, somente trinta estão abertos aos visitantes; desta forma, um pouco menos que a metade dos Parques Nacionais estaria preparada para receber seus visitantes. Um dos dispositivos criados e que formalizam e organizam a visita é o controle de visitantes, especialmente quando articulado com estudo de público. Mas para além desta prática é possível verificar o fluxo de visita a partir dos Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo (Gráfico 2).

Gráfico 2. Parques Nacionais Brasileiros abertos a Visitação



Fonte: ICMBIO. Dezembro de 2011.

É importante analisar que, de trinta Parques Nacionais, abertos a visita, vinte possuem Centros de Visitantes, (Tabela 1). Isto poderá significar que, nestes vinte parques, exista um possível tratamento de dados para a interpretação do patrimônio para o público visitante.

¹⁰⁸ Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao>>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

Tabela 1. Parques Nacionais com Centro de Visitantes

	PARNAS	Ano de criação	CV	Obs.	Cobrança Entrada ¹⁰⁹	Região do Brasil
1	PARNA da Amazônia	1974	-		-	Norte
2	PARNA da C. dos Guimarães	1989	-		-	C. Oeste
3	PARNA da C. dos Veadeiros	1961	Sim	Reforma	Sim	C. Oeste
4	PARNA da Serra da Canastra	1972	-	Construção	Sim	Sudeste
5	PARNA da Serra da Capivara	1979	Sim	Ampliação	Sim	Nordeste
6	PARNA da Serra do Cipó	1984	Sim		Sim	Sudeste
7	PARNA da Serra do Itajaí	2004	-		-	Sul
8	PARNA da Serra Geral	1992	-		-	Sul
9	PARNA-Tijuca	1961	Sim		Sim	Sudeste
10	PARNA das Emas	1961	Sim		Sim	C. Oeste
11	PARNA das Sete Cidades	1961	Sim		-	Nordeste
12	PARNA de Anavilhanas	1981	-		-	Norte
13	PARNA de Aparados da Serra	1959	Sim	Reforma	Sim	Sul
14	PARNA de Brasília	1961	Sim		Sim	C. Oeste
15	PARNA de Jericoacoara	2002	-		-	Nordeste
16	PARNA de São Joaquim	1961	-		-	Sul
17	PARNA de Ubajara	1959	Sim		-	Nordeste
18	PARNA do Caparaó	1961	Sim		Sim	Sudeste
19	PARNA do Catimbau	2002	-		-	Nordeste
20	PARNA do Iguaçu	1939	Sim		Sim	Sul
21	PARNA do Itatiaia	1937	Sim		Sim	Sudeste
22	PARNA do Jau	1980	Sim		Sim	Norte
23	PARNA do Monte Pascoal	1961	Sim		Sim	Nordeste
24	PARNA do P. Mato-grossense	1981	Sim		-	C. Oeste
25	PARNA do Superagui	1989	Sim		-	Sul
26	PARNA dos L. Maranhenses	1981	Sim	Construção	-	Nordeste
27	PARNA M. F. de Noronha	1988	Sim		Sim	Nordeste
28	PARNA M. dos Abrolhos	1983	Sim		Sim	Nordeste
29	PARNA Serra da Bocaina	1972	-	Construção	-	Sudeste
30	PARNA Serra dos Órgãos	1939	Sim		Sim	Sudeste

Fonte: sites do ICMBIO e dos Parques Nacionais, 2011.

Destas unidades, seis Parques Nacionais não estão com seus Centros de Visitantes abertos ao público, devido a reformas ou a fase de construção. Em alguns parques, os Centros de Visitantes existentes não têm exposição, o que caracteriza que, de certa forma, não cumprem seu objetivo - a reflexão sobre o meio ambiente, enquanto representação patrimonial (lema oficial do ICMBIO nas entradas de todos os Parques Nacionais). **O Centro de visitantes não é um fim em si mesmo. É necessário que se tenha um trabalho efetivo de promoção do patrimônio.**

2.3.1. Centros de Visitantes ou Centros de Interpretação?

Em se tratando da apresentação do patrimônio ao público em áreas naturais protegidas, o processo se dinamiza através da ação educativa, nos Centros de Visitantes e também no território como um todo. Segundo o National Park Service (2000:9) os

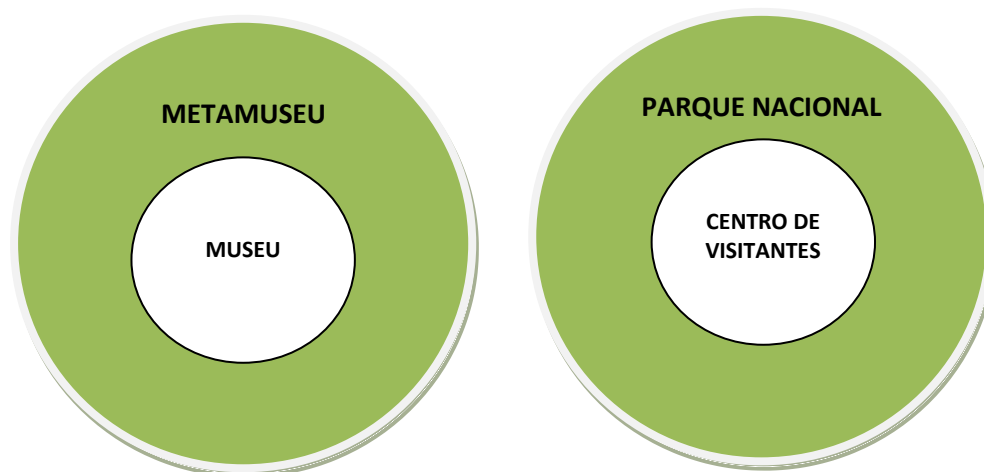
¹⁰⁹ O dado – Cobrança de Entrada – não será analisado nesta Dissertação.

Centros de Visitantes têm três funções principais: fornecer interpretação, orientação e informação, e serviços aos visitantes.

Magnanini (2011)¹¹⁰ enfatiza que no Parque Nacional, dentro da **zona de uso intensivo**, o mais importante é o **Centro de Visitantes**; e dentro deste, o **museu**, ou seja - aquilo que será exibido para ser interpretado pelo público visitante. Magnanini se refere aqui às ações do processo de musealização, por exemplo, as exposições e interpretações da excepcionalidade da natureza que o visitante não vê, muitas vezes, dentro do parque, devido à dinâmica dos processos naturais.

Para Scheiner (1991) o museu que contém um museu é denominado **Metamuseu**. Isto ocorre quando se inclui no território musealizado museus do tipo tradicional, que expõe e interpretam. O modelo teórico do Metamuseu é “semelhante ao de uma célula, onde o museu é o núcleo, o ponto central a partir de onde irradia, ou para onde converge, todo trabalho de coleta, investigação, documentação, conservação e interpretação daquele conjunto”. Os Parques Nacionais são também *metamuseus* por terem em sua estrutura **Centros de Visitantes** ou **Centros de Interpretação** (Figura 11).

Figura 11. Modelo teórico do Metamuseu e ilustração do modelo de Centro de Visitação do Parque Nacional



Fonte: Scheiner, 1991.

Dependendo da realidade do território, o Metamuseu pode ter mais de um núcleo - o que ocorre, por exemplo, em vários ecomuseus (antenas) e também em alguns parques nacionais, como o de Serra dos Órgãos, que tem sede e sub-sede. No que se refere ao planejamento do manejo de todos os Parques Nacionais, o plano de manejo

¹¹⁰ Conforme entrevista cedida à pesquisadora em 14 de outubro de 2011.

poderá prever os locais adequados para que se tenha um ou mais Centros de Visitantes. É como destaca o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, artigos 31 e 32:

Para recepção, orientação e motivação do público, os Parques Nacionais disporão de **Centro de Visitantes**, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo e onde se proporcionará aos visitantes oportunidade para bem aquilatar seu valor e importância. [Grifo nosso]

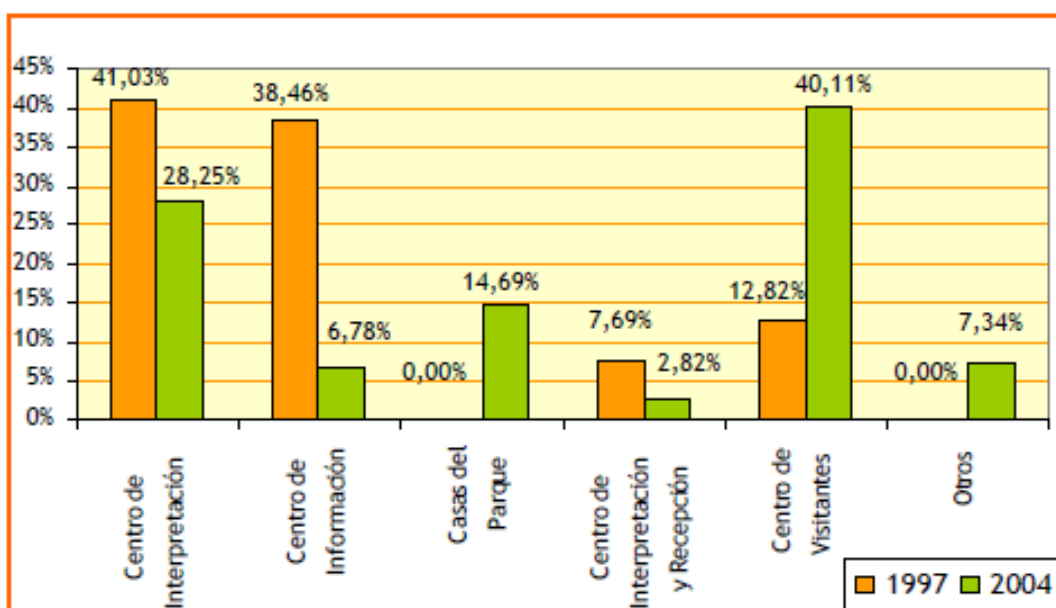
Os **Centros de Visitantes** disporão de **museus**, de salas de exposições e de exibições, onde se realizarão **atividades de interpretação da natureza**, com utilização, de mais audiovisuais, objetivando à correta **compreensão da importância dos recursos naturais** dos Parques Nacionais. [Grifo nosso]

Nas Américas, principalmente no Brasil, os **Centros Interpretativos** já existem desde o final das décadas dos anos 1970, porém com o nome de **Centro de Visitantes**.

Em Portugal, França, principalmente na Espanha, houve uma rápida multiplicação destes equipamentos, que segundo Benayas e Muñoz (2006: p.24) admitiram-se vários termos. No fim dos anos 1990, se utilizava na Espanha a designação *Centro de Interpretación*, “apesar [de naquela época esta moda] estar decrescente em outros países” (Miranda, 1994: p.1), porém, na virada do século, a denominação *Centro de Visitantes* se manteve como a mais utilizada na Espanha.

É interessante notar que a nomenclatura utilizada para designar estes centros pode ser mais ou menos aceita pelo público e pelos profissionais que neles trabalham, de acordo com a estrutura social e a percepção de natureza em cada país (Figura 12).

Figura 12. Denominações e crescimento dos equipamentos de Interpretação na Espanha



Assim, se convencionou o uso do termo *Centro de Visitantes* para designar o espaço interativo e interpretativo, entre o público e o território, tanto na Espanha, quanto em quase todo mundo.

O objetivo destes espaços é receber o visitante que deseja informações, orientações sobre os pontos de visitação e as atividades desenvolvidas dentro do parque; ou seja, é um espaço de apoio aos programas relacionados ao uso público e de conservação da natureza, objetivando a qualidade da experiência de visitação. São espaços interativos entre o público visitante e os recursos naturais disponíveis no Parque Nacional.

Miranda (1994: p.1) traz um questionamento importante sobre os termos que poderíamos utilizar: **Centro de Visitantes ou Centro de Interpretação?** Para Jacobi (2008: 5) um Centro de Interpretação seria um “espaço sem coleta, que se refere ao desenvolvimento e divulgação de um patrimônio, destinado a acomodar um grande público”. A falta de coleção não significa a falta do patrimônio:

o binômio ‘Centro de Interpretação’ não diz nada ao público; por este motivo se prefere denominá-los como centros de visitantes ou centros de recepção, de acolhida, de informação... deixando a palavra interpretação para uso de portas a dentro, pelos técnicos do campo ou do escritório¹¹¹.

O que precisa ficar claro e ser entendido, com este questionamento, não é o uso ou não uso de determinado termo, mas sim do termo que se refere à atividade mais importante nestes espaços: a interpretação. Muitos Centros de Interpretação não são interpretativos em sua natureza, não há mensagem clara, não se aprecia a aplicação dos princípios das técnicas de interpretação; às vezes são verdadeiros livros a ler nas paredes. As pessoas saem dizendo que acharam lindo, mas muitas vezes, não compreenderam a essência do que se queria revelar¹¹². A interpretação para uso público deve se orientar pela seleção de conceitos, temas e soluções museográficas que o público possa entender, assimilar e apreciar.

O Centro de Visitantes deve se constituir em veículo difusor do conhecimento científico, com a missão de desenvolver ações que adequem atividades de exploração que, de alguma forma, possam enriquecer as vivências daqueles que o visitam, fomentando a cultura científica e a consciência ecológica. Deve cumprir o compromisso entre duas exigências – o desejo de dar boas vindas ao público e o compromisso pela integridade do patrimônio. É como diz Jacobi (2008: p.8) – os objetivos do Centro de Interpretação “não são só para descobrir e desfrutar do patrimônio, mas para tornar o

¹¹¹ *Ibidem*: 1.

¹¹² *Ibidem*: 2.

visitante consciente de sua importância ou ameaça [...], por isso torna-se defensor e protagonista”. Assim, o conteúdo ecológico é destacado, pois qualquer visitante que passe pelo Centro de Visitantes, ou que tenha contato com alguma ação interpretativa *in situ*, terá condições de mudar suas atitudes no cotidiano e de desenvolver um novo sistema de valores.

Os Centros de Visitantes dos Parques Nacionais tendem a maximizar a divulgação e sensibilização para a conservação do patrimônio natural, onde a preservação deste patrimônio permite ao coletivo, o usufruto do legado recebido do passado, que ao mesmo tempo, se transmite às gerações futuras. Nestes espaços, específicos para a presença humana, cada visitante, pesquisador, e/ou participante das ações de interpretação neles desenvolvidas, poderá desencadear processos positivos de internalização, sensibilização e conscientização sobre a proteção e o cuidado com a natureza como garantia de futuro, dando ensejo ao desenvolvimento de novas formas culturais ligadas à proteção do meio ambiente.

2.3.2 A Interpretação do Patrimônio

Todo território preservado que possua valor patrimonial necessita do desenvolvimento de um processo metodológico que comunique o significado do lugar e sua importância. Este processo é conhecido desde os anos 1950, nos Estados Unidos, como *interpretação do patrimônio*.

As contribuições significativas sobre as atividades de interpretação do patrimônio partiram de John Muir (1838-1914), Enos Mills (1870-1922) e Freeman Tilden (1883-1980) – naturalistas que trabalharam nos parques nacionais norte-americanos. Este último autor, segundo o National Park Service (2007: p.3), propôs que toda interpretação tivesse informação; que o objetivo maior da interpretação não é a instrução, mas a provocação; que a interpretação deve apresentar um todo ao invés de uma parte; que deve existir um programa de interpretação diferenciado para crianças.

Seguindo aos precursores, outros trabalhos foram desenvolvidos e novas definições surgiram sobre a interpretação do patrimônio. Ham (1992, apud National Park Service, 2007: p.6) define a interpretação como “um enfoque da comunicação. Difere de outras formas de transmissão de informação”. Já o National Park Service (2001, apud NPS 2007: p.6) conceitua a interpretação como “um catalisador de oportunidade para o público formar suas próprias conexões intelectuais e emocionais com os significados e importância inerente do recurso”. Da mesma forma, a Associação Nacional de Interpretação (NAI) define a interpretação como “um processo de comunicação que forja

conexões emocionais e intelectuais entre os interesses do público e os significados inerentes ao recurso” (BROCHU & MERRIMAN, 2002 apud NPS 2007: p.6). Mais atualmente, Miranda (2005:1) define *interpretação do patrimônio* como:

um processo de comunicação de caráter criativo, entendido como a arte de revelar o significado e a importância do legado histórico e natural ao visitante que está em seu tempo livre num lugar de interesse patrimonial, para que o compreenda, o aprecie, o desfrute e contribua para sua conservação.

Em contrapartida, a Associação para a Interpretação do Patrimônio (AIP)¹¹³ a define como a “arte de revelar *in situ* o significado do legado natural e cultural ao público que visita esses lugares em seu tempo livre”.

Segundo a Carta do ICOMOS para Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural¹¹⁴ de 2008, a interpretação:

refere-se a todas as atividades potenciais realizadas para aumentar a consciência pública e incentivar um maior conhecimento do patrimônio cultural. Neste sentido se incluem as publicações impressas e eletrônicas, conferências, instalações em sites, programas educacionais, atividades comunitárias, bem como pesquisas, programas de treinamento, e sistemas e métodos de avaliação contínua do processo da própria interpretação.

Estas são também as perspectivas da **comunicação museológica** e da **educação em museus**.

O método mais simples de interpretação, que surgiu dentro do National Park Service, consistia, e ainda consiste, em manter a comunicação direta entre o visitante e a equipe do parque, por meio de atividades – caminhadas, trilhas, uma noite no parque ao lado da fogueira – que pudessem aprofundar a compreensão da complexidade das relações em torno dos fenômenos da vida, no próprio território do parque.

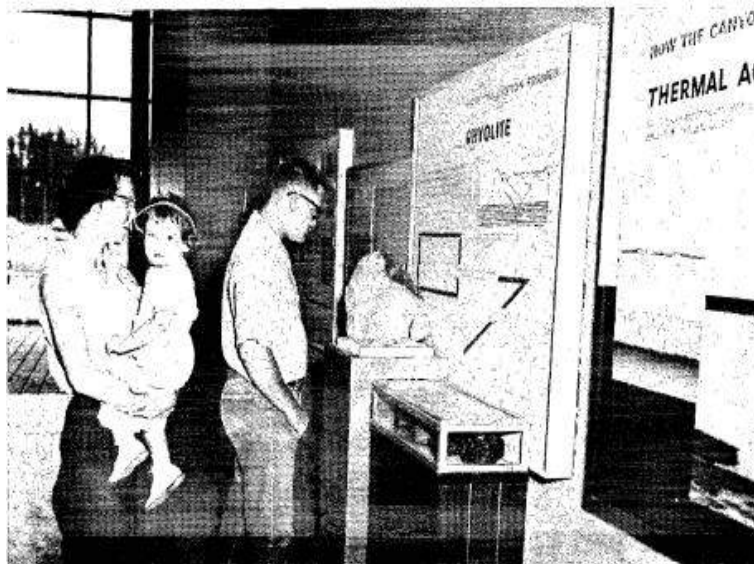
Logo os profissionais do Parque Nacional de Yellowstone perceberam que, além disso, seria importante desenvolver meios adicionais para que esta compreensão fosse mais didática para atender à grande demanda de visitação. A partir de então, começaram a desenvolver museus, painéis de exposição, sinais explicativos nas estradas e publicações impressas; e recorreu-se a diversos meios audiovisuais e auditivos que poderiam dispor, para atender às necessidades de interpretar a natureza (LEWIS, 1973: p.85).

¹¹³ A Associação para a Interpretação do Patrimônio (AIP) é uma associação sem fins lucrativos, na Espanha, que promove o desenvolvimento profissional para melhorar a interpretação técnica, incentivar o desenvolvimento e programas de formação de especialistas nesta área, e promover publicação de textos e documentos relacionados à interpretação. Disponível em <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/>>. Acesso em 16 de outubro de 2011.

¹¹⁴ Disponível em <http://www.international.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf> Acesso em 17 de Outubro de 2011.

Podemos citar como exemplo a exposição realizada em 1958 no Museu do Canyon, no Parque Nacional de Yellowstone - que oferecia aos visitantes uma interpretação daquele momento, com uma abordagem concreta e didática (Figura 13).

Figura 13. Canyon Visitor Center, Yellowstone National Park



Fonte: MUSEUM, 1973.

É interessante notar que a interpretação também pode ser entendida, de acordo com Miranda (1994: p.1) como:

uma ferramenta de comunicação que combina tanto os elementos artísticos – criativos, imaginativos – como os técnicos – métodos, procedimentos – para transmitir uma mensagem positiva e expressiva com relação ao entorno visitado.

A mediação pode ser conduzida por mediadores (ativos) ou por equipamentos montados (mediação proativa) que os visitantes usam à vontade de forma independente. Desta forma, o patrimônio só se tornaria acessível pela intervenção de um especialista em mediação e execução.

A história do território, o *espírito do lugar*¹¹⁵ tem tanto a nos falar, mas muitas vezes não são evidenciados dentro do território. Todos os Parques Nacionais, além de conter inúmeras espécies do sistema vivo, apresentam uma essência espiritual, para além das civilizações que ali habitaram antes de seu estabelecimento como reserva natural protegida; apresenta uma essência identitária que não é vista ou palpável, mas

¹¹⁵ Este termo foi desenhado na 16ª Assembleia Geral do ICOMOS e da comemoração do aniversário de 400 anos da fundação de Québec, no Canadá, em 2008. A declaração de Quebec sobre a preservação do "Spiritu loci" traz a responsabilidade de proteger e promover o espírito dos lugares, isto é, sua essência de vida, social e espiritual.

sentida e percebida pelas dimensões intangíveis do patrimônio e do valor espiritual do lugar. Segundo o ICOMOS (2008: p.2).

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.

Nenhum destes elementos deve ser retirado de um museu de território, do espaço *in situ*. Para que possa ser compreendido e ressignificado, é preciso lançar mão da interpretação, através de recursos e dispositivos, deve ocorrer dentro do território. O visitante pode identificar o espírito do lugar a partir do recurso da interpretação. (Figura 14) “A comunicação é, de fato, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar” (ICOMOS, 2008: p.4).

Figura 14. A história da paisagem mediterrânea da Pont du Gard é reforçada pelo caminho *memória do cerrado*: hastes dos inspetores marcam e guiam os visitantes, enquanto documentos incorporados à pedra evocam os homens que moldaram esta paisagem



Desta forma as atividades de interpretação não se limitam ao prédio do museu ou sala de exposição: podem e devem ser encontradas e conduzidas ao ar livre, dentro dos limites da zona de uso intensivo (Figura 15), pois “o parque é a peça mais importante da exposição. A instituição criada pelo homem serve para conduzir e explicar. O espetáculo mais importante está no exterior do museu” (RUSSEL, 1951: p.83). Neste aspecto, o museu interage diretamente com a sociedade a partir de seu território, daquilo que se propõe pela dinâmica da própria natureza e de suas relações.

Figura 15. Grupo de visitantes do Parque Yosemite, desfrutando de uma demonstração de antigas danças e cerimônias indígenas



Fonte: MUSEUM, 1951.

Russel (1951: p.83) destaca que “o Museu de Yosemite é um dos mais antigos estabelecimentos permanentes que trabalharam com o programa de interpretação em parques nacionais”. Observa-se que esta relação é anterior, inclusive ao conceito do ICOM de 1968.

Cabe ressaltar que a interpretação do patrimônio é resultado de uma análise intensa do trabalho profissional dos guias dos Parques Nacionais Norte-Americanos. Esta ação foi desenvolvida, da mesma forma, em 1960, na Grã Bretanha, para a valorização de áreas rurais, parques e reservas naturais.

A interpretação é uma maneira de levar pessoas a apreciarem e entenderem sobre o patrimônio, colaborando com sua conservação. Esta atividade pode ser realizada

em Centros de Interpretação, Centro de Visitantes ou museus – sítios históricos, parques, galerias de arte, jardins zoológicos, aquários, jardins botânicos. A interpretação do patrimônio, assim como a infraestrutura de acesso, dentre outros, é uma das estratégias a serem implantadas para que se preserve o patrimônio.

O documento *Diretrizes e Recomendações para o Planejamento e a Gestão da Visitação em Unidades de Conservação* enfatiza uma questão importantíssima para este estudo: a interpretação ambiental. Tal conceito se refere à atividade multidisciplinar que tem por finalidade revelar significados, relações e representações utilizando meios interpretativos. A fim de cumprir com o objetivo de conservar a natureza o MMA (2006: p.17) estabeleceu diretrizes para a interpretação ambiental, onde todas as Unidades de Conservação devem:

Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.

Utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.

Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.

Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.

Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.

Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

Considerando que todos os responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material e imaterial, têm como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio (ICOM, 2009: p.9)¹¹⁶, o museu deve cumprir sua tarefa de divulgar e conservar o patrimônio adotando métodos eficazes para atender a esta demanda. Como campo científico, a Museologia auxilia na valorização do patrimônio natural a partir da musealização deste bem. E, para que a sociedade reconheça o Parque nacional como um patrimônio a ser preservado, a comunicação museológica – uma ação que se agrega às ações de interpretação do patrimônio – deve ser utilizado dentro dos Parques Nacionais.

¹¹⁶ Código de Ética para Museus. Disponível em <http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf>. Acesso em 6 de abril de 2010.

2.3.3. A Comunicação Museológica e a Interpretação Ambiental

Considerando, então, que o meio ambiente é patrimônio, e que deve ser comunicado ao público visitante; e partindo da missão social do museu, particularmente importante, de implementar a ideia do Museu Integral, Scheiner (1991) enfatiza que a partir da Conferência de Santiago a Museologia reconhece amplamente que “o sujeito da Museologia é a sociedade – e que o campo de atuação do museu é o meio ambiente total: **sociedade, território, patrimônio natural e cultural**” direcionando “sua ação para a mais rica herança de nosso planeta: a vida”. Não podemos esquecer que todos estes aspectos estão intimamente ligados, interdependentes. Esta relação confere aos Parques Nacionais o potencial de desenvolver uma prática museológica que tenha como resultado a produção do conhecimento, um processo contínuo de geração de ideias, de criação do novo, de criatividade. Eis a interpretação, processo importantíssimo dentro dos Parques Nacionais já entendidos como museus - “fenômeno dinâmico da produção e interpretação da cultura” (SCHEINER, 1991).

A interpretação do patrimônio se dá a partir de fragmentos, por mais que saibamos que todos os elementos estão interligados; o visitante não vê a realidade do meio ambiente integral em si mesma, mas em ‘fatias selecionadas’ – as interações ecossistêmicas são as que devem ser interpretadas para que a construção da consciência ecológica - de que tudo está interligado. Scheiner (1980: p.60) ao citar as tarefas da Museologia, entre outras, destaca que o campo evidencia a “exigência social de conservação sustentável de histórias originais selecionados na natureza e na sociedade”. Como patrimônio comum, os Parques Nacionais devem ser apropriados pelos atores sociais com eles envolvidos. Com o processo da musealização, é possível apresentar os parques a sociedade como museus, para assim serem apreendidos. No que tange ao patrimônio natural, as discussões estão ligadas intimamente a uma questão ética, face à sobrevivência do planeta, e conseqüentemente, do ser humano e de tudo aquilo que faz parte do sistema e suporte de vida.

A comunicação museológica, como parte da musealização do patrimônio, tem por objetivo ressignificar o bem, dar um novo valor simbólico à natureza – a de patrimônio a ser preservado. Cury (2007: p.74) destaca que um novo modelo de comunicação museológica emerge e:

entende comunicação como interação. Com ele, o modelo linear emissor-receptor é rompido e substituído por uma proposição dialógica que permita a negociação do significado da mensagem. O sentido do processo comunicacional desloca-se da mensagem para a interação, espaço de estruturação do significado da mensagem. Assim, há uma reciprocidade entre museu e público.

Nesta interação, que se dá a partir da relação entre os dispositivos determinados pelo museu e aqueles que o visitante já possui, ocorre a ressignificação do patrimônio. Não podemos esquecer que o que caracteriza o museu, segundo Scheiner (1991) “é justamente a dinâmica, a liberdade de ação, a pluralidade, a capacidade de produzir conhecimento” – produção no sentido de criar. Os museus, e dentre eles os parques, são também espaços sociais que proporcionam experiências afetivas, culturais, ecológicas, cognitivas e espirituais.

Além da conservação como manutenção da bio e geodiversidade, a Museologia contribui para a divulgação deste patrimônio à sociedade, através de atividades de interpretação que integram sociedade/cultura/natureza. Esta integração sociedade/cultura/natureza é possível com o trabalho de interpretação realizado pela Educação Ambiental, e também pela Museologia. É importante entender que no momento da criação de Unidades de Conservação, prevalece no SNUC a ‘defesa’ da área protegida da ameaça da ação humana; porém, atualmente após as revisões no texto da lei, segundo Irving, Giuliani e Loureiro (2008, p.15) a nova percepção sobre a relação sociedade/natureza se ancora na “internalização da natureza como patrimônio coletivo e [...] percepção de integração da área protegida com a dinâmica socioeconômica do entorno”. Eis aqui revelado o enorme potencial para o trabalho da Museologia em áreas naturais.

No que se refere à musealização de Parques Nacionais, é preciso destacar alguns trabalhos de referência no Brasil. Há a atual proposta de Ana Cristina Vieira (1997 até o presente) no Parque Nacional da Tijuca; o trabalho de Tereza Scheiner, nos anos de 1973 a 1980 que se estendeu a ações em quatro Parques: Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional de Brasília e Parque Nacional da Serra dos Órgãos; e a proposta de Ângela de Barros Sumavielle, museóloga no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Sobre esta última, o Plano de Manejo do PARNASO (2007: p.116)¹¹⁷ a apresenta como analista ambiental formada em Museologia, com especialização em Arquivo, com 28 anos de serviço naquele Parque (Anexo 4). No documento de Mocoichinski e Gatti (2005: p.35) sobre o Perfil da Unidade de Conservação – Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de 2004, eles destacam a presença da museóloga no Parque:

Por ser uma unidade com muita história, o volume de informações já geradas ao seu respeito é enorme. Esta história e a cultura do parque devem ser valorizadas e divulgadas entre os visitantes e colaboradores, além de ser resgatadas e bem compiladas pela administração. O acervo bibliográfico disponível na administração do parque deve ser mantido através de programas de longo prazo,

¹¹⁷ Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_organos_3.pdf> Acesso em 26 de dezembro de 2011.

bem como o Museu von Martius. A presença de uma museóloga na equipe já evidencia a preocupação com relação a este tema.

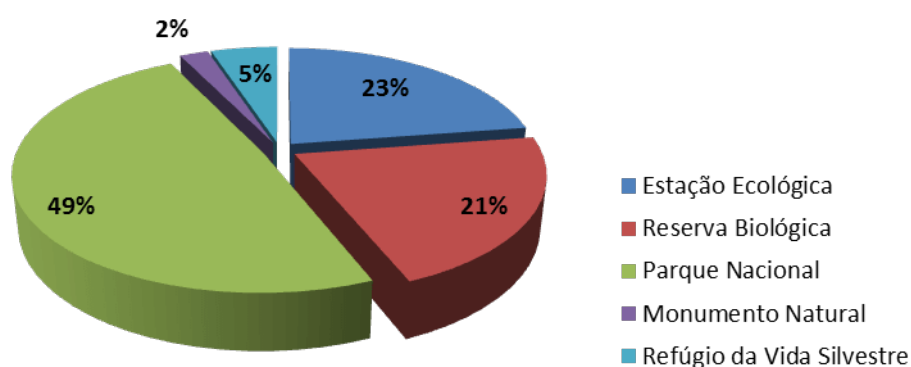
Quanto a Scheiner e Vieira, no capítulo 3, daremos um enfoque maior ao trabalho de ambas uma vez que os trabalhos se direcionam especificamente para o Parque Nacional da Tijuca.

A presença do museólogo se torna importante dentro dos Parques Nacionais, pois o trabalho deste profissional auxilia o visitante a compreender a excepcionalidade da natureza. Nesta perspectiva, Cury (2007, p.76) diz que “o museu formula e comunica sentidos [...] [e] o público, sujeito criativo, redefine o discurso museológico ao interpretar e (re) significar. O público, então, faz circular o novo discurso em seu cotidiano”.

O visitante é então levado a descobrir em seu próprio ritmo e suas próprias interpretações a cerca da natureza e do meio ambiente. Considerando que a natureza é dinâmica e que os sistemas ecológicos são interdependentes, a conscientização da conservação destes sistemas conduz à ressonância da natureza como patrimônio. O patrimônio natural apresenta uma condição reativa em que a ressonância define, por um lado, a preservação da biodiversidade e da geodiversidade; e por outro lado, a permanência do ser humano no planeta terra, como uma relação orgânica e subjetiva.

Observa-se que no Brasil, quase a metade das áreas nacionais protegidas, dentro do grupo de Proteção Integral, constitui-se de Parques Nacionais (Gráfico 3).

Gráfico 3. Unidades de Conservação de Proteção Integral

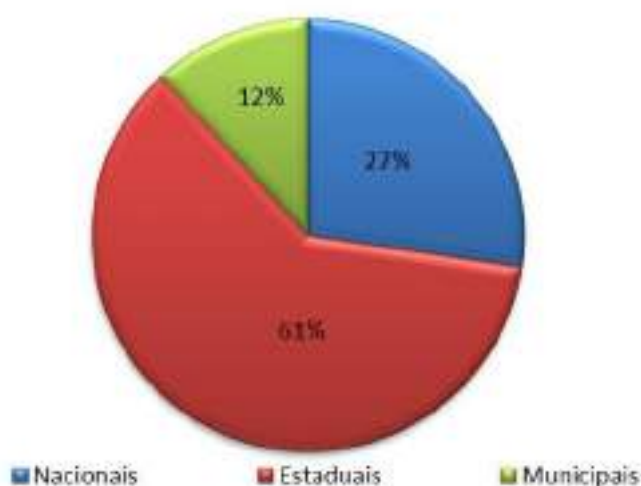


Fonte: Mapa Comemorativo 10 anos de SNUC. DAP/SBF/MMA, 2010.

Considerando as categorias Parque Nacional e Monumento Natural, entende-se que o campo da Museologia pode contribuir efetivamente com as políticas públicas de proteção da natureza, em quase a metade das categorias de Proteção Integral, através da musealização das áreas naturais. A ação da Museologia Contemporânea, enquanto estratégia para resolução de problemas práticos contribuirá para a proteção dos parques nacionais, inclusive aqueles que são geridos a nível estadual e municipal. Outro dado importante é que o profissional de museus inserido na equipe dos Parques Nacionais proporcionaria maior mobilidade ao uso público deste território.

Sabendo que no Brasil, desde os anos 1970, a Museologia se debruça sobre a categoria *Parques Nacionais*, elaboramos um quadro percentual somente destas unidades nos três níveis de gestão (Gráfico 4).

Gráfico 4. Categoria - Parques no Brasil



Fonte: Mapa Comemorativo 10 anos de SNUC. MMA, 2010.

Em se tratando dos duzentos e quarenta e cinco Parques estabelecidos, em seus diferentes níveis, observamos que os museólogos poderiam atuar duas vezes mais, a nível estadual, comparando-se com a esfera nacional. Desta forma a contribuição da Museologia para a preservação dos Parques aumentaria, caso fosse efetivamente implementado em todas essas áreas o processo de musealização.

O profissional de museus trabalhando nos Parques, em qualquer esfera governamental, tem a função de identificar, analisar e sintetizar tudo aquilo que se referir ao território em questão, de modo que se possa propiciar a correta interpretação pelo público visitante dos recursos desses territórios.

CAPÍTULO 3

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA *Proteção, consciência e interpretação*

III. O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: *proteção, consciência e interpretação*

Nunca esquecerei o prazer de minha primeira manhã no Palácio de São Cristóvão, quando, abrindo minhas janelas, em vez do barulho e do sujo da cidade, deparei com os lindos jardins do palácio e as plantações de café que revestiam as montanhas da Tijuca e senti o aroma das flores de laranjeiras, trazido por cada sopro da brisa matutina.

Maria Graham - Diário de uma Viagem ao Brasil (1821 e 1830)

Com 150 anos de reflorestamento em 2011, o Parque Nacional da Tijuca celebra a vida. De origem tupi, o nome Tijuca vem de *tijuco* (ti'yug) e significa lama, lodo, atoleiro, charco. Atualmente atribui-se o nome *Tijuca* ao conjunto de escarpas e áreas florestais situadas entre as zonas norte e sul do Rio de Janeiro, onde se localiza o Parque - e que apresenta rica diversidade geológica e biológica. Cores e tons enfeitam em grandeza uma das mais belas paisagens do Rio de Janeiro.

O Parque Nacional da Tijuca, que a partir de agora denominaremos – PARNA-Tijuca – tem sua história diretamente ligada à do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade até os dias atuais.

3.1. Aspectos físicos e ambientais do Parque

O Parque Nacional da Tijuca¹¹⁸ foi criado em 1961, com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Federal nº 50.923 de 06/07/61, com o objetivo de proteger um conjunto de florestas da União: Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. A área do Parque se constituía originalmente de três áreas de floresta, separadas entre si por vias de circulação e edificações. Em 08 de fevereiro de 1967, o Decreto Federal nº 60.183 alterou seu nome para Parque Nacional da Tijuca, definindo para o mesmo uma área aproximada de 3.200ha.

¹¹⁸ Para saber mais, acessar site desenvolvido em parceria com a Associação de Amigos do Parque 2011: Disponível em <<http://www.parquedatijuca.com.br/>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

Magnanini (2011)¹¹⁹ então pesquisador no Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IP/JBRJ) na época administrador daquela unidade, alterou o nome do parque por questões de identidade e prestações de contas à União, já que no mesmo ano outros dois parques nacionais, o Itatiaia e o da Serra dos Órgãos já tinham sido estabelecidos no Rio de Janeiro, o que ocasionava certa confusão dentro do governo.

Em 27 de abril do mesmo ano, o PARNA-Tijuca foi tombado, pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) hoje Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), através do Processo nº 0762-T-65, no livro **Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico** (folha 010, sob a inscrição 042)¹²⁰. O tombamento incluía, por medida de proteção, a área do Parque Nacional e também algumas áreas limítrofes, como a Pedra dos Dois Irmãos e outras¹²¹. Mesmo com o dispositivo do Código Florestal de 1965 foi necessário lançar mão, estrategicamente, de um segundo dispositivo, o tombamento: “afinal, dois ou mais pés sempre são melhores suportes que um único pé” (MAGNANINI, 2011¹²²).

Um novo Decreto s/nº, de 03 de junho de 2004, ampliou a superfície do parque para 3.953ha, acrescentando o Parque Lage, limitado com o Setor Serra da Carioca e criando um novo Setor, constituído pela Serra dos Pretos-Forros/Covanca; neste setor, não há estrutura para receber visitantes.

A localização geográfica do parque é no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas montanhas do Maciço da Tijuca, cujas coordenadas são 22°55'-23°00'S e 043°11'-043°19'W. Divide a cidade do Rio de Janeiro em zona norte e zona sul; sua área territorial é de 3.950ha, correspondendo a cerca de 3,5% da área do município do Rio de Janeiro. No mundo, o PARNA-Tijuca é o único a se situar dentro de uma capital urbana. É formado por quatro setores descontínuos, a saber: Floresta da Tijuca (25,01km); Serra da Carioca (35,50km); Pedra Bonita/Pedra da Gávea (9,88km) e Preto Forros/Covanca (18,49km). Compreende um perímetro total de 88,89km (Figura 16).

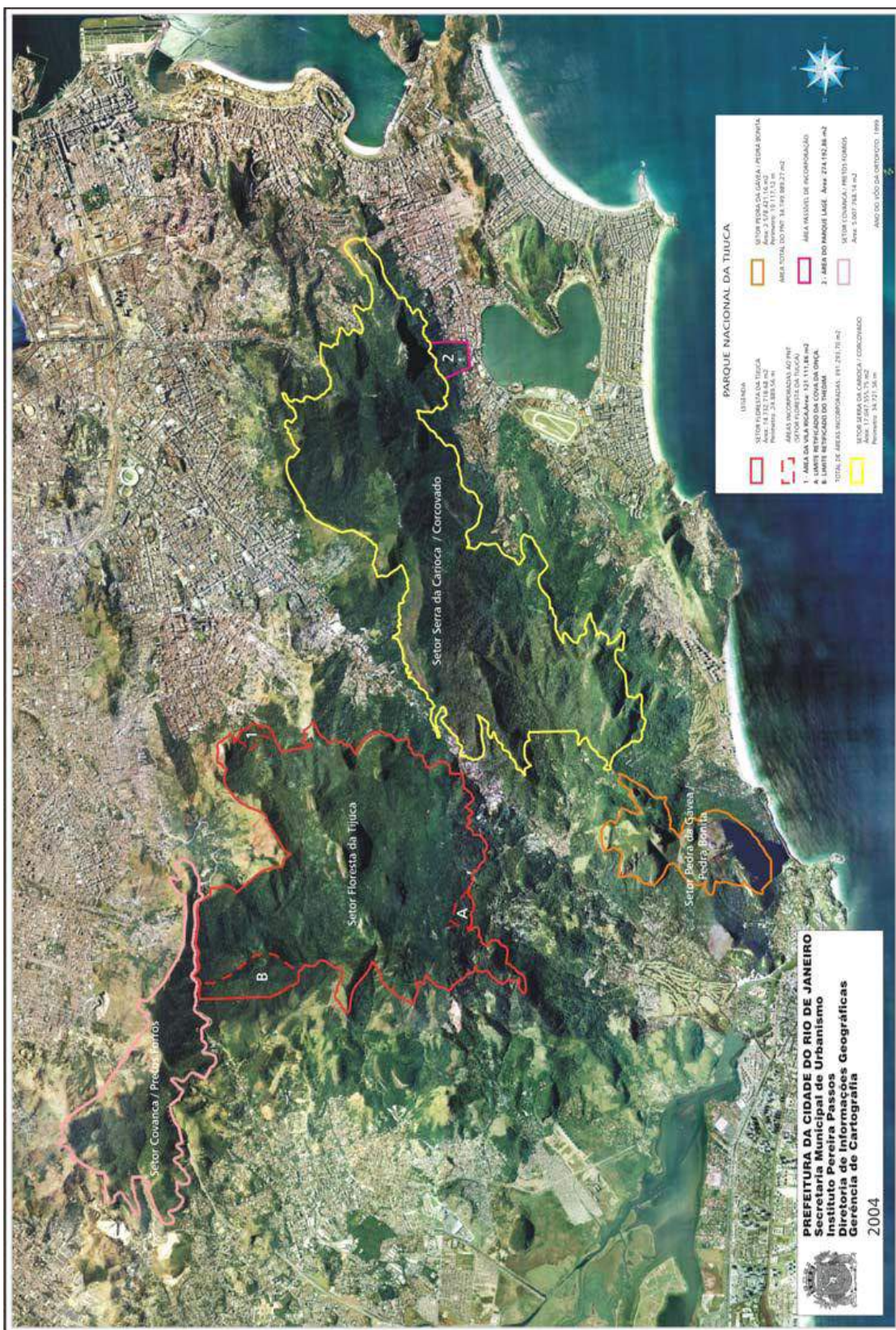
¹¹⁹ Conforme entrevista cedida a pesquisadora em 14 de outubro de 2011.

¹²⁰ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>> Acesso 30 de novembro de 2010.

¹²¹ Scheiner, T. Op. Cit. 1976.

¹²² Comunicação pessoal. Mensagem recebida por elisamabeliani@gmail.com em 06/12/2011.

Figura 16. Divisão dos setores do PARNA-Tijuca



Fonte: Plano de Manejo, 2008.

Sua gestão é hoje compartilhada com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e com a Prefeitura do Rio de Janeiro¹²³. É um importante fragmento do Bioma Mata Atlântica e do ecossistema denominado floresta atlântica de encosta¹²⁴ ou ombrófila densa (alto Montana, Montana e submontana - VELOSO, 1991; VELOSO E GÓES FILHO, 1982) em avançado estado de regeneração, pois uma parte de sua área – principalmente a Floresta da Tijuca – foi reflorestada, formando a floresta atualmente conhecida, resultado de reflorestamento para recuperar o desmatamento resultante das lavouras de café que ocupavam a área até o século XIX. O PARNA-Tijuca tem grande importância ambiental e cultural para a cidade do Rio de Janeiro, tendo sido elevado a Reserva de Biosfera [Bioma Mata Atlântica]¹²⁵ em 1991.

Geologia e Relevô

O relevo acidentado do Maciço da Tijuca orienta-se no sentido NE/SW; está inserido, por sua vez, na cadeia de maciços costeiros da Região Sudeste brasileiro, e conforme Scheiner (1976: p.5) “compreende um bloco falhado da Serra do Mar, formado por restos de antigos dobramentos e sujeitos à erosão e a esfoliação”.

Geologicamente, o território do PARNA-Tijuca se constitui, em sua maior parte, por gnaisses leptinítico e facoidal. O Gnaisse leptinítico se caracteriza pela coloração esbranquiçada, com minúsculos cristais vítreos e vermelhos de granada e finas palhetas pretas de biotita. O Gnaisse facoidal é a rocha mais representativa da zona sul do Rio de Janeiro, caracterizada por grandes cristais de feldspato (mineral rosado a amarelado) em forma de olhos. A origem do Gnaisse facoidal e a de outros tipos de gnaisses e granitos da cidade do Rio de Janeiro está relacionada ao evento de colisão continental que

¹²³ O compartilhamento está em sua 3ª edição e traz a incorporação do Plano de Revitalização do Parque ao acordo. As melhorias na Unidade de Conservação deverão ser realizadas até dezembro de 2013. Segundo o site do PARNA-Tijuca a gestão compartilhada reflete na visitação do Parque. Disponível em <<http://www.parquedatijuca.com.br/>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

¹²⁴ Conforme Joly et al. (1991, *apud* TABARELLI, M. e MANTOVANI, W.. 1999: 217), a floresta atlântica (Sul/Sudeste) é composta por três formações distintas: as matas das planícies litorâneas, as matas de encosta e as matas de altitude. Esta classificação pode ser estendida para todos os domínios da floresta atlântica na costa brasileira. Nas regiões Sul e Sudeste, com exceção do estado do Espírito Santo, predomina a floresta de encosta [...].

¹²⁵ O MAB tem seu Secretariado anexo à Divisão de Ecologia, área de ciências da UNESCO. Seu objetivo principal é selecionar e acompanhar a evolução das Reservas da Biosfera. Voltadas à conservação da biodiversidade, à promoção do desenvolvimento sustentável e à manutenção de valores culturais associados ao uso de recursos biológicos, as Reservas são zonas delimitadas no interior dos países e internacionalmente reconhecidas pelo programa MAB. Cada uma delas tem como objetivo cumprir três funções complementares: conservar recursos genéticos, espécies, ecossistemas e paisagens; estimular desenvolvimento sustentável, social e econômico; e apoiar projetos demonstrativos, de pesquisa e educação, na área de meio ambiente. Fonte: **Reservas da Biosfera**: O homem e a biosfera: um conceito dinâmico de patrimônio. Disponível em <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=10250&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html> Acesso em 28 de Dezembro de 2010.

formou o Gondwana¹²⁶, há cerca de 570 milhões de anos e influenciou parte da formação da geodiversidade do território brasileiro.

Conforme Mansur *et al* (2008: p.12) o Gondwana se fragmentou no Mesozóico, dando origem ao oceano Atlântico. Como resultado, o material da crosta se fundiu e, com a continuidade do processo, as rochas existentes foram metamorfasadas e dobradas. O gnaise facoidal é fruto desse processo de fusão, cristalização e deformação (Figura 17).

Figura 17. Geologia do Corcovado e arredores



Fonte: DRM, 2007.

Sua presença é responsável por aspectos morfológicos peculiares como os pontões, os paredões escarpados, os picos, as mesas e todo um conjunto que passou a simbolizar a cidade do Rio de Janeiro em seus cartões postais – e dos quais é exemplo a Pedra da Gávea (Figura 18).

¹²⁶ As rochas da região do Rio de Janeiro sofreram compressões que levaram a formação de uma enorme cadeia de montanhas que se estendia desde o Espírito Santo até o Paraná. A partir do período Cretáceo, há cerca de 130 milhões de anos iniciou-se a separação entre o Brasil e a África e a abertura da parte sul do Oceano Atlântico, com a “quebra” daquele continente Gondwana que gerou os atuais continentes da América do Sul, África, Austrália, Índia e Antártica. Disponível em <<http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br>>. Acesso em 26 de Julho de 2011.

Figura 18. Escarpas e Esporões Rochosos do Setor Pedra Bonita-Pedra da Gávea vistos a partir do setor Serra da Carioca



Fonte: Plano de Manejo. Foto Bernardo Issa, 2008.

Outro exemplo é verificado por Valeriano *et al* (2007), que tratam da área do Corcovado, cujo relevo foi lentamente esculpido pela decomposição e desgaste das rochas pela ação da água; os picos rochosos, por sua vez, são constituídos pelas partes menos fraturadas das rochas mais duras, como o gnaisse facoidal e alguns granitos.

Toda a composição geomorfológica do PARNA-Tijuca é hoje considerada verdadeiro banco de dados e constitui um recurso fundamental para o desenvolvimento de saber científico sobre a diversidade da biosfera e litosfera.

Cobertura Vegetal

A cobertura vegetal do Parque encontra-se em avançado estágio secundário de sucessão¹²⁷, apesar da existência de pontos de pressão antrópica nos seus limites, pois se situa no “coração” metropolitano da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Cézar e Oliveira (1992: p.141) “a particularização e identidade tanto da mata quanto da metrópole têm origem nas trocas realizadas entre estes dois sistemas adjacentes” (Figura 19).

¹²⁷ Sucessão é o processo gradual de mudança na composição de espécies, estrutura da comunidade e características físicas que ocorrem em resposta a distúrbios naturais ou causados pelo homem em uma comunidade biológica. Fonte: PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. p.18

Figura 19. Moradias na face norte do Maciço da Tijuca



Fonte: <http://diariodacidaderio.blogspot.com/>

Esta inter-relação entre os sistemas – floresta e cidade – propicia características únicas para ambas. A regulação do clima da cidade do Rio de Janeiro se dá em parte pela composição vegetal do Parque. De forma geral, sua vegetação possui estrutura indicativa de estádios de sucessão apresentando grande número de espécies nativas de Mata Atlântica (quaresmeira, embaúba, paineira, canela; jequitibá, cedro; copaíba) e outras espécies consideradas exóticas (eucalipto, jaqueira, café, dracena, bananeira, nespereira, noqueira, maria-sem-vergonha, capim coloniã, sequoia).

No PARNA-Tijuca três espécies exóticas chamam a atenção por seu caráter invasor: o capim-coloniã, a dracena e a jaqueira. Foram parcialmente listadas em 2005, para atualização do Plano de Manejo de 2008, 35 espécies exóticas - muitas delas introduzidas ao longo de sua história de degradação e, posteriormente, de reflorestamento. Segundo o Plano de Manejo, o Parque possui cerca de 600 espécies vegetais, 433 das quais são ameaçadas e registradas. Entre elas destacam-se as orquídeas (Figura 20).

Figura 20. Orquídea (*Laelia crispa*)



Fonte: Plano de Manejo. Foto: Bernardo Issa, 2008.

Fauna

No que se refere à fauna invertebrada, a Mata Atlântica têm especial relevância por ser um bioma prioritário em termos de conservação no âmbito global, com elevada biodiversidade e endemismo.

Durante os levantamentos realizados em 2005, foram registradas quatro famílias de borboletas, totalizando 40 espécies distribuídas heterogeneamente no Parque, com várias aparições exclusivas de espécies que representam apenas uma pequena fração da riqueza e diversidade possíveis, em relação ao potencial da área. As borboletas azuis são as mais conhecidas, símbolo dos trópicos e da Mata Atlântica; porém encontra-se em extinção. Conforme o Plano de Manejo (2008, p.191), a *Morpho anaxibia* (Esper, 1777) só foi encontrada, no levantamento de 2005, no Vale da Pedra Bonita; em contrapartida, a *Morpho achilles* (Linnaeus, 1758) esteve presente nos pontos do Vale da Pedra Bonita, do Archer, do Mocke, na Mata de Pai Ricardo e no Sumaré. Já a borboleta *Morpho sp* não foi encontrada em nenhum dos sítios estudados. Vale ressaltar toda a exuberância que as espécies apresentam (Figura 21), que na verdade, atrai sua caça predatória por pessoas que desejam coleções particulares ou coleta para uso turístico por exemplo. Isto ocorre desde os tempos em que o território ainda era demarcado como florestas protetoras.

Figura 21. Borboletas, símbolos do trópicos e da Mata Atlântica, em extinção



Fonte: <http://www.lepidoptera.datahosting.com.br>¹²⁸

Das 300 espécies animais cuja existência é calculada para o Parque, os aracnídeos (aranhas, carrapatos, escorpiões) estão representados em maior número: 178 espécies (11% maior que nas listagens feitas na década de 80 para o mesmo grupo), distribuindo-se em 42 famílias. Há também um gênero e 12 espécies de aracnídeos, ainda não descritos; e 25 espécies estão sendo registradas pela primeira vez dentro dos domínios desta unidade de conservação. O grupo de crustáceos apresentou exemplares do camarão de água doce, juntamente com mais quatro exemplares do caranguejo de água doce.

Quanto à fauna vertebrada, os peixes não são abundantes no PARNA-Tijuca, devido à drástica redução das áreas alagadas costeiras (charcos e brejos), que fez com que as populações de peixes de água doce ficassem naturalmente isoladas nas várias microbacias da Mata Atlântica que deságuam no oceano. Outra questão que impede a manutenção destas espécies na área é a introdução de espécies exóticas como tilápia, carpa, barrigudinho, espada e guppy. Até o momento foram registradas 39 espécies de anfíbios na área. Durante o período de levantamento de campo em 2005, realizado para atualização do Plano de Manejo¹²⁹, as condições meteorológicas se mostraram instáveis, dificultando as observações do grupo dos répteis. Contudo, alguns exemplares observados, como a jararaca, foram registrados fortuitamente ao longo dos sítios de trabalho. Representantes dos grupos crocódilianos (crocodilos, jacarés) e quelônios (tartarugas) não foram observados.

¹²⁸ Acesso em 25 de setembro de 2011.

¹²⁹ A atualização realizada para o Plano de Manejo do PARNA-Tijuca em 2008 se refere à sua última versão de 1981.

O PARNA-Tijuca exerce um papel extremamente importante para a conservação de muitas espécies de aves na região. Além disso, esse é um dos últimos remanescentes de florestas da região e possui uma avifauna razoavelmente rica, embora a maioria esteja representada por aves de pequeno porte. Das 226 espécies de aves listadas para o Parque, nove são consideradas ameaçadas de extinção; além das espécies ameaçadas, abriga 34 espécies de aves endêmicas de Mata Atlântica, número significativo se for levado em consideração o tamanho, a localização e a fragmentação da área do Parque.

Os trabalhos de restauração da fauna tiveram como objetivo principal a reintrodução de espécies já desaparecidas e os repovoamentos para aumentos populacionais daquelas ainda existentes. Foram reintroduzidos 916 indivíduos num total de 25 espécies, como por exemplo, o tucano-de-pico-preto (*Ramphastos vitellinus*), desaparecido das matas do PARNA-Tijuca há anos e hoje muito fácil de ser observado, e que inclusive auxilia na dispersão de sementes (Figura 22).

Figura 22. Tucano-de-pico-preto (*Ramphastos vitellinus*)



Fonte: Plano de Manejo. Foto: Ruy Salaverry, 2008.

Os mamíferos estão representados com relativa frequência por macaco-prego, sagui-estrela (*Callithrix jacchus*)¹³⁰, caxinguelê, cutia, gambá, cachorro-do-mato, guaxinim, preguiça e ouriço. Pequenos mamíferos, como marsupiais e roedores, ocorrem em menor quantidade no interior do Parque. Quanto aos mamíferos de médio porte, até o momento os únicos registros recentes no Parque resumem-se a observações fortuitas de

¹³⁰ Espécie introduzida e comum no Nordeste.

exemplares feitas durante seu deslocamento, dos sinais de presença (pegadas, restos e tocas) ou das carcaças. Ocorrem outros mamíferos de grande porte: veados, porcos-do-mato e capivaras.

Vale a pena destacar que o quati, *Nasua nasua solitária* (Figura 23), vive em grupo e se encontra nas partes mais densas do Parque. Alguns indivíduos se condicionaram à presença humana, habitando principalmente nas proximidades dos restaurantes, em função de serem alimentados pelos visitantes. O quati é um dos raros mamíferos brasileiros que levam vida diurna.

Figura 23. Família de quatis em trânsito - Setor Floresta da Tijuca



Foto: Acervo pessoal, 2010.

Destacando esta teia de relações entre as espécies que habitam o Parque, é possível compreender aspectos da dinâmica do território em estudo. A diversidade de espécies de fauna e flora ali encontradas é consequência das sucessivas estratégias de reflorestamento e preservação utilizadas, ao longo do tempo, naquele território. Ainda em recomposição, o ecossistema do Parque retoma, de alguma maneira, a sua característica original.

As estratégias de prevenção do ecossistema e a promoção da consciência ecológica sobre a área buscam recuperar, em sua singularidade e diversidade, o equilíbrio e harmonia entre os sistemas vivos, um dia devastado por monoculturas de café.

3.2. Ocupação e uso do território: memória e patrimônio

O uso dos recursos naturais nas diversas áreas do PARNA-Tijuca está diretamente ligado às formas de ocupação humana¹³¹ deste território, que de alguma maneira se relaciona à evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro está intimamente ligado a um setor específico - a Floresta da Tijuca que compreende, hoje, parte da área do Parque Nacional.

3.2.1. Ocupação humana: origens e desenvolvimento

Em relação às origens de sua ocupação, a área atual do PARNA-Tijuca, originalmente recoberta por densa floresta, permaneceu praticamente intocada até meados do século XVII. O primeiro sinal de ocupação humana nesta região, acredita-se que tenha sido o estabelecimento de um engenho de propriedade dos jesuítas, na Serra da Tijuca, datado de 1569 (SCHEINER, 1976: p.8).

Sabe-se que ocorreu uma ocupação temporária em 1711, que não teria ocasionado transformações significativas na floresta, durante o período em que o Brasil foi invadido pelas tropas francesas e que a população fugiu para sítios remotos, em busca de segurança. Na verdade, a origem da ocupação de parte da área do Parque está ligada ao período de extração de madeira para lenha e carvão, para atender à indústria canavieira, no século XVII.

No mesmo século, os portugueses começaram a ocupação do território distribuindo sesmarias (terras destinadas à produção). Nas planícies e vales cultivaram plantações; nas montanhas – onde existia água corrente em quantidade para gerar força motriz e madeira que fornecesse lenha como fonte de calor - criaram-se fazendas com moinhos e engenhos (Figura 24).

¹³¹ Scheiner (1976) designa 'ocupação humana' como "o sentido de permanência do homem na terra; esta permanência, de duração variável, caracteriza-se sempre pela alteração do meio em maior ou menor escala, dependendo dos próprios objetivos da ocupação". In. Scheiner, T.C.M. **Ocupação humana no Parque Nacional da Tijuca**. Brasil Florestal, ano 7, nº 28, Outubro/Dezembro, p. 3-25. 1976: 5.

Figura 24. Defrichement d'une forêt



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - Coleção D. Thereza Christina Maria.
Foto de Deroy, Laurent- 1835.

Durante três séculos, entre os séculos XVII e XIX, a área onde hoje é o parque transformou-se pela extração da madeira e pela atividade agrícola. Plantou-se cana de açúcar durante muitos anos, desde as extensões da baixada até as encostas. Por volta de 1760, o café começou a ser plantado no Rio de Janeiro, chegando a substituir, em alguns sítios, a cultura da cana. Neste período, grande parte da área do parque foi ocupada e desmatada. Com a chegada da Família Real, em 1808, os nobres (franceses, ingleses e holandeses) procuraram moradias nas serras, devido ao clima ameno – e se tornam fazendeiros, dedicando-se à cultura do café e à aclimação de árvores frutíferas - maçãs, uvas, morangos e baunilha (Figura 25).

Figura 25. Carregadores de Café a Caminho da Corte



Fonte: Plano de Manejo. Iconografia – Debret (1816-1831).

O fato é que hoje ainda se encontram cafeeiros na região - inclusive uma das curvas da estrada, em direção a Capelinha de São Silvestre, guarda ainda o nome de "curva do café". A ocupação, entretanto, não parece ter atingido toda a área, alguns locais permaneceram menos alterados. Tal foi o caso da Mata do Pai Ricardo, uma das poucas regiões dentro do Parque onde ainda se encontram sinais da vegetação primitiva.

Vale destacar que a Família Real utilizava bastante as florestas que hoje compõem o PARNA-Tijuca. No livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834-1839*¹³² de Debret, é possível encontrar descrições sobre a organização de círculos dentro da floresta para receber os cavaleiros viajantes e o caminho transitável pela floresta; inclusive a dedicação de D. Pedro para terminá-la, com data pré-definida (Figura 26).

Figura 26. Rotunda construída para a estação de embarque dos cavalos viajantes (A). Tronco de árvore em que o Imperador D. Pedro gravou data, mês e ano para a conclusão da estrada transitável. Trabalho de registro feito pessoalmente (B).



Foto: Suite du Panorama de la Baie de Rio de Janeiro. Debret, Jean Baptiste, 1768-1848. Fonte: Brasileira USP.

O Porto do Rio, relativamente perto da floresta, estimulou o aumento das plantações, que se constituíam em lavouras de mandioca, anil, milho, cana de açúcar; e a instalação de uma forte indústria madeireira. Assim, a prática econômica instalada no

¹³² Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624530144>> Acesso em 06 de outubro de 2011.

século XVII nas áreas montanhosas do Maciço da Tijuca começa a trazer prejuízo à natureza, acarretando futuros problemas ambientais para a cidade do Rio de Janeiro.

Com o desmatamento das áreas de floresta do Maciço da Tijuca as nascentes d'água, desprotegidas, começaram a secar, intensificando o problema de abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro. Aqui se configura a relação de degradação e desaparecimento de espécies vegetais e da fauna nativas, atrelados ao estabelecimento de uma prática econômica e cultural em favor do uso desenfreado da natureza.

A tentativa para solucionar o problema do abastecimento de água foi desapropriar as terras do Corcovado; em 1831 foram captados cursos d'água com nascentes nas Paineiras e na Serra da Carioca e construídos vários reservatórios, porém a dificuldade permaneceu. Outra saída foi aumentar o fluxo das águas por meio de práticas intensivas de reflorestamento, nas nascentes dos rios Carioca e Paineiras.

Em 1860, o assunto do replantio e proteção das matas junto as nascentes ganhou especial atenção. D. Pedro II, em 1861, ordenou o replantio da área degradada com árvores nativas, com o objetivo de proteger as nascentes.

Por treze anos (de 1861 a 1874), sob a direção do major Archer, ocorreu a primeira etapa de plantio para a recuperação da área. Entre as espécies plantadas incluíam-se: ipê, angelim-rosa, sapucaia, canela e pau-ferro. Em seguida, por mais 13 anos (de 1875 a 1888), sob a direção do barão Gastão d'Escragnole, o trabalho continuou como uma segunda etapa. Nesta última se utilizaram novas técnicas para o plantio e embelezamento e paisagismo na floresta.

Na transição do Império para a República, a floresta da Tijuca enfrentou quase meio século de abandono; e somente em dezembro de 1943, com Getúlio Vargas (Estado Novo) e Henrique Dodsworth (do Distrito Federal) no poder, a atividade de recuperação e manutenção sistemática da cobertura vegetal foi retomada, sob a supervisão de Raymundo Ottoni de Castro Maia, nomeado por eles próprios.

O estabelecimento do Parque Nacional em 1961 proporcionou ao território sua adequada preservação. Vinte anos, mais tarde, em 1981, foi elaborado o primeiro Plano de Manejo do Parque, que ajusta a proteção dos ecossistemas aos benefícios deles gerados. Em 2008, este foi revisado e atualizado conforme o "Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica" (Plano de Manejo, 2008: p.4).

Ainda no que se refere à ocupação humana, algumas áreas do PARNA-Tijuca permanecem ocupadas por particulares. Existem cerca de 75 domicílios, num total de

350 moradores, residindo no interior do Parque, conforme o levantamento cadastral realizado para avaliação do Plano de Manejo em 2005 (Quadro 8).

Quadro 8. População Residente no Interior do Parque Nacional da Tijuca

Setores do Parque Nacional da Tijuca	Número de moradores	Número de residências
Setor Floresta da Tijuca	113	323
Setor Serra da Carioca	212	33
Setor Pedra Branca/Gávea	25	10
Total	350	75

Fonte: Plano de Manejo, 2008: 217.

Na dinâmica de ocupação desses domicílios constata-se a frequência da sucessão de moradias por laços de parentesco, sendo a grande maioria dos atuais moradores constituída por esposas, filhos, netos, bisnetos e agregados de ex-funcionários públicos de organismos municipais, estaduais e federais, que no passado tiveram responsabilidades na área. As residências estão localizadas geralmente em núcleos situados no interior dos setores Floresta da Tijuca, Serra da Carioca e Pedra Branca/Gávea.

3.2.2 – A valorização e patrimonialização do território

Como primeira instância de patrimonialização, a ação de valorização da área, quando esta foi decretada floresta nacional, foi determinante para o início deste processo no território.

A Floresta foi criada em 1861, através da portaria 577 de 11 de dezembro e passou por um processo de descaracterização e transformação, no que se refere tanto às questões ambientais quanto históricas, políticas, culturais e sociais. Tais processos são perceptíveis, ainda hoje, no território do parque. Apesar do panorama de destruição e descaracterização da paisagem natural, durante principalmente o século XIX, o reflorestamento, principalmente da Floresta da Tijuca, trouxe uma nova representação do território – o de uma floresta que iniciou sua recuperação pela ação humana e que ainda hoje se regenera.

O que hoje necessita ser compreendido é que, no que se refere à ocupação humana em seus primórdios, predominou o aspecto da degradação da floresta (SCHEINER, 1976: p.21); e que se não fosse a ordem de reflorestamento de Dom Pedro

II em 1861, talvez hoje não pudéssemos contemplar uma paisagem florestada integrada à cidade do Rio de Janeiro.

Cem anos após esta primeira atitude preservacionista (em 1961), este território foi definido como Parque Nacional com o objetivo oficial de proteger o patrimônio natural e oferecer ‘serviços ambientais’ à cidade do Rio de Janeiro. As ações de patrimonialização desta área natural preservada estão descritas abaixo (Tabela 2).

Tabela 2. Ações governamentais para a patrimonialização do PARNA-Tijuca

Ano	Ações Governamentais
1817/1918	Decretos imperiais visando proteger os mananciais ameaçados.
1833	Criada a reserva de florestas através da Decisão Imperial Nº 429.
1837	Decreto da Regência sobre a reserva de florestas.
1850	Vários atos do Governo Imperial referiam-se à desapropriação e guarda de áreas de nascentes.
1860	Através da Lei Nº 1.114, de 27 de setembro, foram desapropriadas as nascentes de águas necessárias para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.
1861	Foram criadas a Floresta da Tijuca e a Floresta das Paineiras através da Decisão Nº 577, Portaria de 11 de dezembro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
1866	O governo através do Decreto Nº 3.762 continuou com as desapropriações, declarando de utilidade pública os sítios das áreas situadas nas Florestas da Tijuca e das Paineiras.
1867	Através do Decreto Nº 3.910, de 17 de julho, o governo declara de utilidade pública alguns sítios que restavam nas mãos de particulares.
1941	Através do Decreto Nº 3.889, de 5 de dezembro, a área passa a ser administrada pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.
1944	Decreto Nº 6.565, de 7 de junho, declara como floresta protetora a área de matas de propriedade de D. Maria Cascado e, em 21 de setembro do mesmo ano, transfere para a Prefeitura do Distrito Federal, depois, para o Estado da Guanabara e para o Município do Estado do Rio, a administração, fiscalização e conservação da Floresta da Tijuca, através do Decreto Nº 7.182.
1961	Decreto Nº 50.923, de 6 de julho, cria o Parque Nacional do Rio de Janeiro, no antigo Estado da Guanabara, constituído pelas áreas das florestas do domínio público da União, denominadas Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca.
1965	Lei Nº 4.771, de 15 de setembro, cria o Código Florestal. 1967 Decreto Federal Nº 60.183, de 8 de fevereiro, altera o nome Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca, e define seus limites.
1967	Tombamento federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, com o nº de inscrição 42 folha 10, protegendo como Monumento Natural e Patrimônio Histórico da União, o Parque Nacional da Tijuca, na categoria Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
1972	Decreto Nº 70.186, de 23 de fevereiro, delega competência ao IBDF a administração e conservação de todas as áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca e dos imóveis nele localizados.
2004	Decreto s/Nº de 4 de junho, redefine os limites do Parque Nacional da Tijuca, sendo agora constituído das seguintes áreas: Setor A – Floresta da Tijuca; Setor B – Conjunto Corcovado –Sumaré – Gávea Pequena (Serra da Carioca), englobando o Parque Lage; Setor C – Pedra da Gávea e Pedra Bonita; Setor D – Conjunto Pretos Forros e Covanca.

Fonte: Plano de Manejo, 2008 (adaptação).

A determinação do zoneamento da área e as propostas de atividades de gestão e manejo que assegurem seus objetivos enquanto Parque Nacional definem o uso e a ocupação humana, inclusive a visitação.

Desde a direção de Castro Maya (1943-1946), prédios e estradas foram melhorados, com o intuito de transformar a Floresta da Tijuca em roteiro de lazer dos cariocas:

Necessário é então oferecer-se-lhes boas estradas e atrações nos pontos de parada; donde o requisito de restaurantes bem aparelhados que por si só constituam objetivo de uma excursão. Para os pedestres, que de certo modo perpetuam a tradição, foram mantidas as picadas e os atalhos e preparados outros sítios de permanência (Maya, 1967: 12).

O roteiro com os equipamentos de lazer, então existentes, foi pintado pelo próprio Castro Maya. Encontra-se fixado até os dias de hoje, na área do Restaurante Cascatinha (Figura 27).

Figura 27. Painel ilustrativo dos roteiros e sítios pitorescos da Floresta da Tijuca (1943-1946)



Foto: Acervo pessoal, 2010.

Em termos de micropolítica, as ações locais do PARNA-Tijuca passam pela determinação de políticas públicas que organizam projetos e ações multidisciplinares que estão além da conservação da biodiversidade, mas que caminham para a integração entre natureza e sociedade. Em 2011 o Parque comemorou 80 anos do Monumento do Cristo Redentor (12 de outubro de 1931); 50 anos de sua criação (1961) e 150 anos do Reflorestamento das florestas da Tijuca e Paineiras (1861).

3.3. A musealização do PARNA-Tijuca

Esta seção apresenta uma análise descritiva dos achados pertinentes ao objetivo de nosso estudo. Para tanto foi necessário seguir o critério da indicação das ações pertinentes à musealização: pesquisa, documentação, preservação e comunicação. Procuramos organizar uma linha do tempo com estas ações, situando a proposta de musealização para o Parque, conforme se sucederam, bem como suas contribuições para a preservação do mesmo.

A musealização de Parques Nacionais no Brasil se iniciou no período em que Alceo Magnanini atuou no IBDF, como Diretor dos Parques Nacionais Brasileiros (1967-1975). Além de ser o primeiro Diretor de Parques, foi também o primeiro especialista em áreas naturais protegidas do Brasil a compreender a necessidade de contar, em sua equipe, com profissionais da Museologia.

Em 1967, após realizar, durante quarenta e cinco dias, o curso preparatório de Administração de Parques Nacionais no *US National Park and Wildlife Service*, nos Estados Unidos, solicitou ao governo militar que abrisse vagas para que pessoas ligadas aos museus pudessem participar de sua equipe. Seu pedido ao governo só se concretizou, única e exclusivamente, devido ao treinamento realizado no *National Park and Wildlife Service*, uma vez que este serviço já contava com profissionais ligados aos museus e à interpretação, possuindo, inclusive, um Serviço de Interpretação de Parques Nacionais cuja missão é a conservação.

Em nossa opinião, a Regulamentação dos Parques Nacionais, de 1979, também sofreu influência deste treinamento, ou seja, foi consequência dos estudos realizados por Magnanini, em 1967 no *National Park Service*, apesar deste especialista já estar lotado na FEEMA, na época.

Em entrevista cedida para esta pesquisa, Magnanini (2011) enfatiza que:

o museólogo é a pessoa que sabe como ‘mostrar’ a peculiaridade da natureza ao público visitante, e pode contribuir perfeitamente com a conservação da natureza, pois consegue traduzir a ideia de conservação para todos os públicos – crianças, jovens, técnicos e turistas.

Com a chegada do museólogo ao IBDF pode-se iniciar o processo de musealização do PARNA-Tijuca e de outros Parques Nacionais brasileiros. Trataremos aqui, especificamente, da musealização do PARNA-Tijuca - um processo cujas ações se dividem em dois períodos distintos: o primeiro, dos anos 1973 a 1980; e o segundo, de 1997 até o presente momento.

3.3.1. Primeiro período da musealização: 1973-1980

Tereza Scheiner foi a primeira museóloga a trabalhar diretamente no PARNA-Tijuca de acordo com Magnanini (2011). Museóloga, formada pelo Museu Histórico Nacional (MHN/1966-1970), também é Geógrafa formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ/1972-1977). Scheiner atuou no Parque de 1973 a 1980, numa equipe coordenada por Alceo Magnanini e integrada pela arquiteta Maria Alice Nehab e pelos engenheiros florestais Carlos e Marisa Landini e Generoso Arruda. Scheiner (2011) comenta que a equipe coordenada por Alceo Magnanini realizou, entre 1974 e 1977, trabalhos para os Parques Nacionais de Aparados da Serra, Brasília, Iguaçu, Itatiaia, Monte Pascoal, Serra dos Órgãos, Sete Cidades e outros, bem como projetos que atendiam às necessidades de todos os parques nacionais - como os projetos de placas e de guaritas. Foi ainda dado apoio museológico ao Museu Kuhlman, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A sede do Parque Nacional da Tijuca (Figura 28), até final dos anos 1980, foi uma casa no final da Rua Pacheco Leão, no Horto. Originalmente, pertenceu à família Imperial, presente de casamento do Conde D'Eu para a Princesa Isabel. Ali funcionou também durante alguns anos o Projeto Mico Leão Dourado (SCHEINER, 2010).

Figura 28. Antiga Sede do Parque Nacional da Tijuca



Fonte: Scheiner, 2010.

Através do Currículo Lattes de Tereza Scheiner, disponível *on line*, é possível verificar que de 1973 a 1980, período em que esteve vinculada ao IBDF, desenvolveu várias ações para a musealização do PARNA-Tijuca (Tabela 3):

Tabela 3. Ações de musealização realizadas por T. Scheiner nos Parques Nacionais brasileiros, nos anos de 1973 a 1980

Ações realizadas de 1973 a 1980 no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)		
PERÍODO	LOCAL	FUNÇÃO
5/1973 - 8/1973	Presidência	Diagnóstico dos Museus do IBDF
3/1974 - 12/1976	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional da Tijuca.	Pesquisa e desenvolvimento - Linhas de pesquisa: Ocupação Humana no Parque Nacional da Tijuca.
12/1974 - 5/1975	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional do Iguaçu.	Projeto para o Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu.
12/1974 - 3/1980	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional da Tijuca.	Estudos e projetos para adequação ao público das áreas de visitação do Parque Nacional da Tijuca. Planejamento e programação de atividades para as áreas de lazer do Parque
12/1974 - 3/1980	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional da Tijuca.	Assessoria à conservação, manutenção do acervo histórico, arquitetônico e arqueológico do Parque Nacional da Tijuca e de outros Parques Nacionais brasileiros.
5/1975 - 3/1980	Departamento de Parques Nacionais, Museu de Fauna no Parque Nacional da Tijuca	Assessoria museológica ao Museu de Fauna - incluindo planejamento e desenvolvimento de exposições temporárias e dinamização do Museu.
10/1975 - 12/1979	Departamento de Parques Nacionais, Museu de Fauna.	Orientação a estagiários do MUDES (alunos da Escola de Museologia da UNIRIO) no Museu de Fauna ¹³³ .
5/1975 - 12/1979	Departamento de Parques Nacionais, Museu de Fauna.	Planejamento e desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental.
4/1975 - 8/1979	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional da Tijuca.	Estudos para implantação de Centro de Visitantes no Parque Nacional da Tijuca.
5/1976 - 12/1976	Superintendência de Recursos Naturais, Jardim Botânico do RJ.	Análise, diagnóstico e estudos para revitalização do Museu Botânico Kuhlmann.
4/1977 - 4/1979	Departamento de Parques Nacionais, Museu de Fauna.	Pesquisa e desenvolvimento - Linhas de pesquisa: Análise de Público no Museu de Fauna
6/1977 - 12/1978	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional da Tijuca.	Pesquisa e desenvolvimento - Linhas de pesquisa: Análise de público na Floresta da Tijuca.
6/1977 - 6/1977	Departamento de Parques Nacionais, Museu de Fauna.	Curso de Treinamento básico sobre Organização e Segurança nos Museus - para os funcionários do Museu de Fauna.
8/1977 - 12/1978	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional de Serra dos Órgãos.	Estudos para adequação ao público das áreas de visitação do Parque Nacional de Serra dos Órgãos
10/1977 - 3/1980	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional de Serra dos Órgãos.	Pesquisa e desenvolvimento - Linhas de pesquisa: Ocupação Humana na área do Parque Nacional da Serra dos Órgãos
3/1978 - 10/1978	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional de Serra dos Órgãos.	Estudos para revitalização do Museu Martius, sub-sede do Parque Nacional de Serra dos Órgãos.
10/1978 - 6/1979	Departamento de Parques Nacionais, Parque Nacional de Brasília.	Estudos para a reformulação do Centro de Visitantes do Parque Nacional de Brasília.

Fonte: Plataforma Lattes, 2011.

Durante o período de 1973 a 1980, nota-se que a proposta de musealização do Parque desenvolveu-se em ações de documentação, pesquisa, projetos técnicos e

¹³³ Museólogos Rita de Cássia de Mattos, Solange Coelho e Carlos Reis, formados respectivamente em 1974 e 1975. Os três permaneceram trabalhando no PARNA-Tijuca em 1976, sendo que Rita de Cássia de Mattos desenvolveu outros estudos com Scheiner, até 2007. Em 1991, organizaram juntas o livro Interação museu-comunidade pela Educação Ambiental resultante de um projeto de pesquisa realizado por Scheiner na UNIRIO.

preservação como forma de organizar a história do objeto a ser musealizado – o PARNA-Tijuca; e de ‘capturar’ o patrimônio em sua condição de excepcionalidade, como documento.

Num primeiro passo, a equipe (Scheiner, Magnanini, Landini, Nehab) realizou, no ano de 1975, um estudo sobre o Comportamento de Público nos Centros de Visitantes de Parques Nacionais, publicado nos Anais da AMICOM-BR¹³⁴. Mais adiante, Scheiner, através de pesquisa fundiária e em fontes arquivísticas, levantou dados sobre a *Ocupação Humana no Parque Nacional da Tijuca*, que renderam uma publicação em 1976 na Revista Brasil Florestal. Este texto é referência até os dias de hoje, inclusive para a construção do Plano de Manejo dos anos 1981 e 2008. Esta pesquisa continuou rendendo frutos, incluindo outra publicação - *Sobre Turismo e Visitação em Parques Nacionais*, em 1979, na Revista de Ciências Humanas, da Universidade Candido Mendes¹³⁵.

Conforme a tabela descrita foi também realizada, entre os anos de 1977 e 1978, uma pesquisa de visitação na área da Floresta da Tijuca¹³⁶, visando definir o perfil dos visitantes da área, bem como suas preferências. A autora relata (2011) que nesta pesquisa trabalhou-se com cerca de 1.000 questionários. No mesmo período (1977-1979) foi realizada pesquisa de público no Museu de Fauna. Os dados das duas pesquisas, tabulados e interpretados, permanecem inéditos, mas foram usados como fonte e analisados na Dissertação de Cristina Souza e Silva (ECO/UFRJ, 1989)¹³⁷, sobre metodologias de análise de visitação nos museus brasileiros - e também na Tese e no projeto de Pós-Doutoramento de Rosane Carvalho (IBICT, 2005 e PPG-PMUS, 2007)¹³⁸.

Cabe ainda explicitar que, no âmbito do projeto "Estudos e projetos para adequação ao público das áreas de visitação do Parque Nacional da Tijuca" (1974-1980) foi realizado o inventário das bicas e fontes do Parque e a análise sistemática de seu estado de conservação, assim como o mapeamento adequado das trilhas e caminhos do

¹³⁴ **Anais do I Seminário brasileiro sobre a Análise do Comportamento do Visitante no Museu.** RJ: AMICOM-BR, 1975. p-55-57.

¹³⁵ SCHEINER, Tereza. Sobre Turismo e Visitação em Parques Nacionais. **Revista de Ciências Humanas** (Florianópolis). , v.III, p.12 - 20, 1979. Com a presente dissertação não contemplou uma análise apurada sobre a visitação torna-se importante pensar, futuramente, sobre uma análise comparativa entre os dados dos anos 70 com os atuais.

¹³⁶ SCHEINER, Tereza. Análise do Público da Floresta da Tijuca. Rio de Janeiro, 1977/1978 (xerox).

¹³⁷ SOUSA E SILVA, Cristina Maria de. Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação - fundamentos e metodologias. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicação da UFRJ. 1989. 128 p. (xerox).

¹³⁸ CARVALHO, Rosane M. R. de. As transformações da relação museu e público: as influências das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual. Rio de Janeiro, – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. 300 f. (Doutorado em Ciência da Informação). E ainda: A Informação e a Comunicação em Museus de Ciência. Projeto de Pós-doutorado Júnior submetido ao CNPq. RJ: 2007. Orientação - T. Scheiner (PPG-PMUS).

PARNA. Quanto às edificações, já existia um levantamento prévio à chegada da museóloga, provavelmente realizado quando da implantação do Parque. No que tange à Floresta da Tijuca, existia uma relação de edificações datada da administração de Castro Maia, sendo algumas delas tombadas pelo IPHAN - como a Capela Mayrink.

Segundo Scheiner (2011), o trabalho de Museologia deste período abrangeu ainda o registro, classificação, catalogação e inventário das coleções do Museu de Fauna (cerca de 3 mil objetos) e a realização de exposições temporárias no museu, bem como atividades de recepção de visitantes especiais - trabalho este realizado com o apoio dos três estagiários de Museologia (Figura 29).

Figura 29. Atividade interpretativa para crianças com múltiplas deficiências



Fonte: Scheiner, 1976.

A imagem acima se refere a uma atividade educativa desenvolvida pela museóloga Solange Coelho, então estagiária no Museu de Fauna¹³⁹, orientando crianças de baixa renda, com múltiplas deficiências, após elas terem visitado a exposição temporária sobre o Parque. Segundo Scheiner (2011) a exposição mostrava os estratos de mata, com os animais que neles habitam - e as crianças reproduziram exatamente o que viram na exposição. A atividade apresentou resultado positivo, uma vez que, as crianças, compreenderam o que se mostrava: “estas atividades tinham custo

¹³⁹ Em 1935 foi inaugurado no Rio de Janeiro o Museu da Caça e Pesca. Com a criação do IBDF, o museu passou a fazer parte do PARNA-Tijuca, como o nome de Museu de Fauna. (TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo: SENAC, 2002: p. 61)

praticamente zero, usávamos papel de refugo, lápis de cera, galhos, pedras, folhas e sementes colhidos na mata e a massa de modelar era feita pelas museólogas, com papel e anilina (ambas eram professoras primárias)”¹⁴⁰.

Paralelamente aos trabalhos 'museológicos' e também sob a coordenação de Magnanini, foram realizados pelos engenheiros florestais da mesma equipe o estudo do clima do Parque e levantamentos da flora e da fauna, incluindo o registro fotográfico de alguns espécimes e estudos sobre os seus hábitos¹⁴¹. Os levantamentos se articulavam e complementavam, permitindo um trabalho integrado de planejamento do uso dos diferentes setores do Parque. Segundo Scheiner (2011), este é provavelmente o primeiro trabalho efetivo de Museologia 'integral' realizado no país.

As ações de patrimonialização ocorreram de forma sistemática neste primeiro período. Conforme visto no capítulo 2, para que a musealização possa ocorrer é necessário que a patrimonialização seja concretizada, em uma etapa anterior - a partir da identificação, valoração e nomeação dos bens importantes e de valor cultural e ambiental para o Parque como um todo. Como segunda instância de patrimonialização, há um dado importante que não podemos deixar de citar: o tombamento e inclusão na lista de bens tombados pelo IPHAN. A primeira etapa já havia sido realizada, a área foi destinada como Floresta Nacional e cem anos mais tarde como Parque Nacional. Mesmo com uma lei que já protegia as florestas, o Código Florestal de 1965, havia a necessidade de reiterar a proteção por todas as possíveis vias legais do Estado (MAGNANINI, 2011) para que se tivesse a certeza de que nada mudaria no decorrer dos anos - já que o tombamento tem força/poder constitucional.

Para que a segurança da proteção ocorresse, optou-se então pelo tombamento, já que “são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza”, conforme o Parágrafo 2 do Decreto-lei 25/37¹⁴². Foram inscritos e tombados pelo IPHAN em vários anos diferentes (Tabela 4) os seguintes monumentos naturais:

¹⁴⁰ Ibidem, 2011.

¹⁴¹ Scheiner (2011) lembra que outros projetos mais específicos foram realizados no período, visando o estudo das populações, como base para o conhecimento das espécies ameaçadas de extinção. Destacaram-se entre estes os estudos sobre insetos (Otero) e sobre mamíferos, incluindo o emblemático trabalho de Coimbra com os micos-leões, posteriormente ampliado com a criação do Centro de Primatologia em Poço das Antas. Foram ainda realizados estudos para recuperação da população de *Euterpe edulis*, o palmito-doce (Landini) e outras espécies vegetais; e para erradicação de espécies exóticas.

¹⁴² Lei que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em 19 de Outubro de 2011.

Tabela 4. Bens tombados no PARNA-Tijuca

Bem/ Inscrição	Parque Henrique Lage (conjunto paisagístico)
Nome atribuído	<i>Parque Lage: conjunto paisagístico</i>
Nº Processo	0537-T-57
Livro	<i>Histórico</i>
Nº inscrição	322 Vol. 1 ; F. 053
Data	14/06/1957. O tombamento do Parque Lage foi reiterado em 03/03/1976. A área total foi incorporada ao PARNA-Tijuca em 2004
Bem / Inscrição	Parque Nacional da Tijuca e Florestas de proteção acima das cotas de oitenta e cem metros
Nome atribuído	<i>Parque Nacional da Tijuca e floresta</i>
Outras denominações	Floresta da Tijuca
Nº Processo	0762-T-65
Livro	Arqueológico, Etnológico e Paisagístico
Nº inscrição	042; F. 010
Data	27/04/1967
Bem/ Inscrição	Penhasco dos Dois Irmãos
Nome atribuído	<i>Morro Dois Irmãos</i>
Nº Processo	0869-T-73
Livro	Arqueológico, Etnológico e Paisagístico
Nº inscrição	053; F. 013
Data	08/08/1973
Bem/ Inscrição	Penhasco do Corcovado
Nome atribuído	<i>Corcovado</i>
Nº Processo	0869-T-73
Livro	Arqueológico, Etnológico e Paisagístico
Nº inscrição	055; F. 013
Data	08/08/1973
Bem / Inscrição	Penhasco da Pedra da Gávea
Nome atribuído	<i>Pedra da Gávea</i>
Outras denominações	Floresta da Tijuca
Nº Processo	0869-T-73
Livro	Arqueológico, Etnológico e Paisagístico
Nº inscrição	057; F. 013
Data	08/08/1973
Bem/ Inscrição	Cristo Redentor, estátua erigida no Penhasco do Corcovado
Nome atribuído	<i>Cristo Redentor</i>
Nº Processo	1478-T-01
Livro	<i>Histórico</i>
Nº inscrição	585 Vol. 2; F. 093:
Data	30/09/2008

Fonte: IPHAN/COPEDOC, 2009.

Verifica-se que, dos seis bens tombados, quatro deles foram inscritos durante o primeiro período em que havia um museólogo auxiliando na equipe do Parque – O Parque Nacional da Tijuca e a Floresta da Tijuca; o Morro dois Irmãos, o Corcovado e a Pedra da Gávea. O outro bem – o Cristo Redentor – foi inscrito no segundo período em que também se tem a presença do museólogo no parque.

No que se refere à incorporação do Parque Lage ao Parque Nacional da Tijuca, este já havia sido tombado em 1954, devido ao seu valor histórico. A reiteração do tombamento em 1976 se deu para a preservação do entorno do Parque, permitindo

manter a continuidade da paisagem entre o Corcovado e o bairro do Jardim Botânico. A área foi definitivamente incorporada ao PARNA-Tijuca em 2004.

Os bens que compõem a paisagem do PARNA-Tijuca estão protegidos pelo tombamento porque são partes que compõem o todo e estão ligados à história da formação do Parque; ou seja, são a materialização de sua conservação.

Não se pode deixar de ressaltar outro dispositivo legal para a conservação da natureza – o sistema de proteção garantido pelo MAB (*Program Man and the Biosphere*). Conforme já dito, em 1991, o PARNA-Tijuca foi inserido na Reserva da Biosfera, passando a ser protegido por este Programa de conservação e manejo do patrimônio natural, estabelecido na UNESCO desde 1971; ou seja, está inserido numa ação internacional de proteção da Mata Atlântica.

É importante dizer que a proposta de musealização do primeiro período não se encontra disponível no Parque. Isto se deve, provavelmente, a rotatividade dos chefes do PARNA-Tijuca e a não conservação dos documentos. Este fato é comprovado pelo Plano de Manejo (2008: p.217) ao dizer que a “grande parte da documentação administrativa que, com o passar dos anos, se torna registro histórico, foi jogada fora ou enviada para a Gerência Executiva do IBAMA no Rio de Janeiro e não é mais localizada”.

Consideramos que com isto também possa ter ocorrido a perda dos documentos sobre o trabalho realizado, já que houve um período de 17 anos sem um profissional da Museologia dentro da Unidade.

3.3.2. A atual proposta de musealização: 1997...

Ana Cristina Vieira¹⁴³, museóloga e analista ambiental, foi convidada pelo IBAMA para desenvolver o anteprojeto de um Centro Cultural de Meio Ambiente que seria instalado na Praça XV. Pensou e desenvolveu o projeto, que não se concretizou por falta de recursos e devido à rotatividade de superintendentes dentro do IBAMA.

Logo em seguida, recebeu novo convite, desta vez para trabalhar no PARNA-Tijuca, em 1997, pela então chefe do Parque, Sonia Peixoto. Por ter sido chefe-substituta do PARNA-Tijuca por seis anos, Vieira conseguiu desenvolver vários projetos dentro do Parque. Durante a pesquisa de campo, com a observação *in situ* e a entrevista com Ana Vieira, constatamos que o trabalho de musealização foi retomado.

¹⁴³ Formada no Museu Histórico Nacional em 1972, com ênfase na área Artística (naquela época a formação se dava em três especialidades – Artístico, Histórico e Científico). Começa sua carreira no IPHAN, Fundação Pró-Memória no Museu Imperial, depois Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e em seguida Museu Nacional de Belas Artes. Por fim, está no Ministério de Meio de Ambiente desde 1987, e no PARNA-Tijuca, encontra-se desde 1997, há quatorze anos.

A atual proposta de musealização foi analisada durante os meses de novembro-dezembro, comparada com o Plano de Manejo e documentos disponíveis no Centro de Visitantes e Biblioteca do Parque. Optamos por apresentar algumas das ações que, nos pareceram mais relevantes para a presente Dissertação (Tabela 5). Cada uma delas foi brevemente descrita, mas fazem parte de um mesmo processo dinâmico, pois são interdependentes.

Tabela 5. Atual proposta de musealização do PARNA-Tijuca

ATUAL PROPOSTA DE MUSEALIZAÇÃO DO PARNA-Tijuca
PESQUISA e DOCUMENTAÇÃO
PROJETO MEMÓRIA DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA
COMPLEXO CULTURAL
TRILHAS INTERPRETATIVAS E PLACAS INDICATIVAS
PROJETO MEIO AMBIENTE ESPAÇO SAGRADO
EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS E ATIVIDADES CULTURAIS
EXPOSIÇÃO PERMANENTE
PUBLICAÇÕES

Fonte: Vieira e Plano de Manejo, 2011

A- **Pesquisa e Documentação**

Conforme entrevista, Ana Vieira (2011) relata que sua função no Parque tem sido, desde o início, pesquisar a história do território e realizar o inventário do patrimônio cultural – edificações, obras de arte, bicas. Cabe enfatizar que o inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais. Como parte da documentação foi realizado o Inventário dos Bens Culturais do Parque Nacional da Tijuca, estando os bens do Parque devidamente catalogados e classificados (Quadro 9).

Quadro 9. Inventário dos Bens Culturais do PARNA-Tijuca, 1997 – 2007

Bens Culturais do PARNA-Tijuca	
7.000	Acervo arqueológico (peças)
26	Edificações Arquitetônicas
13	Pontes
54	Objetos do tipo escultórico/pictórico/decorativo e utilitário
25	Fontes ornamentais
102	Objetos sacros
1.464	Títulos bibliográficos
121	Documentos técnicos (apostilas, teses, monografias e relatórios)
171	Itens de acervo multimídia
•	Acervos arquivístico e iconográfico em fase de processamento técnico (2008)

Fonte: Plano de Manejo, 2008.

Segundo Vieira (2011) todos esses equipamentos já se encontram “inventariados e classificados, *museologicamente* trabalhados¹⁴⁴, com sínteses históricas, estado de conservação, diagnósticos”.

Em relação às edificações torna-se importante lembrar que *A Fazenda*, no setor Floresta da Tijuca, conhecido como *O Casarão*, é um exemplo de uma destas edificações documentadas pela museologia, além da *Capela Mayrink*, muito utilizada pela comunidade. Entre as fontes ornamentais, destaca-se a *Fonte Wallace*, situada no Jardim dos Manacás, que foi restaurada recentemente. Outros exemplos, destas edificações são a *Mesa do Imperador*, o *Hotel das Paineiras*, a *Estrada de Ferro do Corcovado*, as duas últimas construídas em 1884. Segundo o Plano de Manejo (2008: 208) algumas “fontes e obras de arte foram incorporadas ao acervo do Parque no século XX”.

No que se refere ao acervo arqueológico, o setor de Museologia tem realizado seu trabalho com a equipe do Setor de Arqueologia do Museu Nacional da UFRJ – “o PARNA Tijuca conta com cerca de 120 sítios arqueológicos” (Op cit:209). Dentro desta ação conferimos na atual Biblioteca¹⁴⁵ – Alceo Maganini – vários títulos bibliográficos catalogados, dissertações, monografias, documentos e artigos técnicos sobre o Parque, além do inventário de algumas obras de arte e lendas existentes no Parque.

B- Projeto Memória do Parque Nacional da Tijuca

Ana deixa clara sua preocupação com a memória do PARNA-Tijuca. Revela que um trabalho sistemático tem sido realizado desde 1998. Trabalhou com uma historiadora a partir de 2002, a fim de identificar, registrar e mapear as propriedades e seus respectivos proprietários que ocuparam a área do Parque e seu entorno. Esta pesquisa se mantém até o presente, ampliando o conhecimento do patrimônio não citado em livros. Utilizou-se da “identificação, inventário, registro fotográfico, diagnóstico do estado de conservação e anexação dos dados históricos apurados, que estão sendo atualizados em um inventário técnico” (Plano de Manejo, 2008: p.214).

No que se refere aos relatos, existem várias histórias: uma delas é de como o atual arrendatário do Restaurante Cascatinha se fixou no local e seu relato de como ficará quando tiver que sair quando o edital de concessão deste espaço for liberado.

Observa-se então que busca-se refazer a história do PARNA-Tijuca através da pesquisa documental e oral, com todos os atores sociais envolvidos com o Parque,

¹⁴⁴ Estamos utilizando nesta seção os termos empregados na entrevista pela museóloga.

¹⁴⁵ A Biblioteca Alceo Magnanini, integra desde 2002, a rede IBAMA/CNIA inserida a Rede Nacional das Informações de Meio Ambiente (RENIMA) constituindo a Unidade de Informação Especializada (UNIE) /PARNA Tijuca.

“desde os antigos funcionários e chefes a moradores e visitantes do território” (VIEIRA, 2011).

C- **Complexo Cultural**

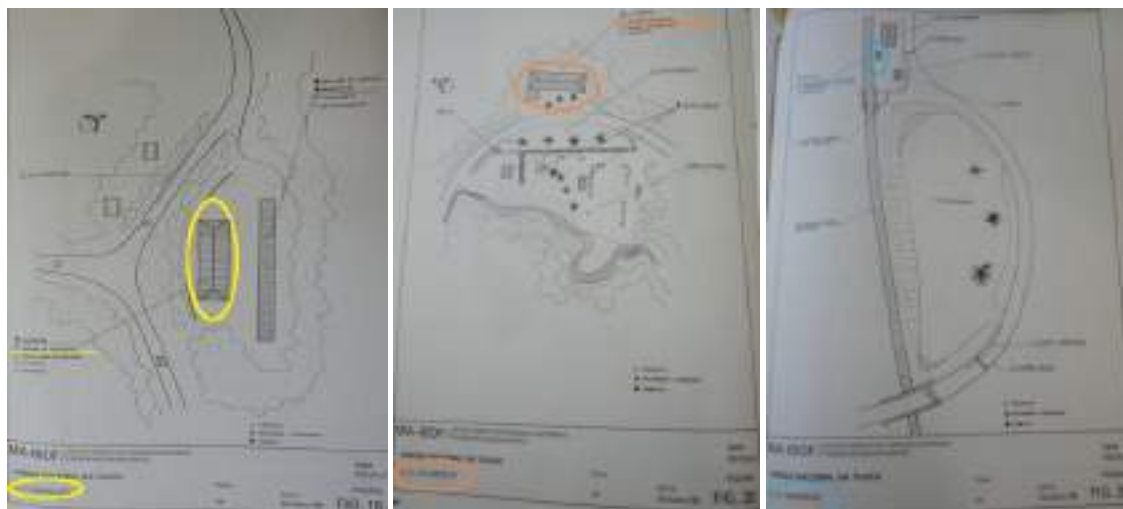
A primeira ação pensada para o PARNA-Tijuca, a fim de estreitar a relação da comunidade com o território, seria a criação de equipamentos que abrangessem um *Complexo Cultural*, com quatro pontos específicos dentro do Parque: o primeiro seria um *Espaço Cultural no Restaurante Cascatinha*; o segundo, o *Centro de Visitantes* na Floresta da Tijuca; o terceiro, a *Casa do Pesquisador*, e o quarto, um *Museu de Arqueologia e Biodiversidade – que inicialmente seria sobre o Café*. Este último espaço, o Museu de Arqueologia e Biodiversidade, segundo Vieira (2011) seria:

um verdadeiro complexo museológico, com três edificações: um Casarão Senhorial do século XVIII; em outra edificação teria ações de educação voltada para arqueologia ambiental, as reservas técnicas, e um laboratório de arqueologia simulada, para as crianças, como se fosse um sítio arqueológico para elas fazerem descobertas; e na terceira edificação, seria uma cafeteria, lanchonete, com um espaço para exposições de biodiversidade aberta para exposições internacionais e nacionais.

Ter mais de um núcleo que pudesse interagir com o público visitante foi uma das propostas do Plano de Manejo de 1981. Conforme já dito no capítulo 2, é possível que se tenha mais de um núcleo de interpretação dentro de todo o território musealizado, para que os visitantes possam interagir nos diversos setores visitados. Neste Plano, o segundo núcleo de visitação recebe o nome de *Sala de Exposições*, mas teria o mesmo objetivo – estar em contato com o público visitante.

Seriam ainda construídos equipamentos para interação do público com as exposições, em três pontos diferentes: no Barracão, que hoje é a sede da Administração; no Restaurante Floresta, que se manteve Restaurante; e no setor das Paineiras. Vale ressaltar que as obras assinaladas nas pranchas propostas no Plano de Manejo do PARNA–Tijuca de 1981 não se concretizaram (Figura 30).

Figura 30. Proposta de obras para o uso público do PARNA-Tijuca nos anos 1980



Fonte: Plano de Manejo, 1980.

Somente em 2001 o Centro de Visitantes foi construído, e sua localização não obedeceu à proposta do Plano de Manejo de 1981, sendo estruturado no setor Floresta da Tijuca (Figura 31). O atual Plano de Manejo (2008: 243) destaca sua atual localização e os serviços prestados pela equipe:

na estrada do Imperador se localiza o Centro de Visitantes que, além de fornecer informações detalhadas sobre atrativos, circuitos de caminhadas e trilhas, dispõe de uma sala de exposição, uma sala de vídeo e uma biblioteca, onde os visitantes podem obter mais informações, contemplar fotos dos atrativos paisagísticos e culturais do Parque, além de receberem conhecimentos ambientais através das exposições e vídeos. No Centro de Visitantes se concentram profissionais da área que orientam os visitantes sobre os recursos naturais e culturais existentes no PARNA-Tijuca, sobre as atividades de turismo, especificamente as de ecoturismo e os locais onde podem ser praticadas. Existem mapas e folhetos que facilitam essa exposição.

Figura 31. Placas indicativas do Centro de Visitantes e sua entrada



Foto: Acervo Pessoal, 2011.

Hoje, tanto a Casa do Pesquisador como o Centro de Visitantes, ambos situados no setor Floresta da Tijuca, são projetos concretizados. Vieira acredita que o Museu de Arqueologia e Biodiversidade venha a ser viabilizado dentro de pouco tempo.

D- Trilhas interpretativas e Placas indicativas

Segundo Vieira (2011), outra ação da proposta de musealização no PARNA-Tijuca seria construir um *Circuito Cultural*, com trilhas específicas com três roteiros diferenciados, que terminariam no Restaurante Floresta, este transformado em restaurante temático, com ofertas de cardápios preservando com a cultura negra, europeia e indígena.

Outra ação proposta seria identificar algumas espécies endêmicas nas trilhas para viabilizar sua interpretação nas áreas e sítios demarcados, ou seja, placas interpretativas deveriam ser fixadas sobre as principais espécies, comunicando sua utilidade, origem, significado. Conforme Vieira (2011) o projeto foi “engavetado e não conseguiu colocar em prática, devido primeiro ao alto custo financeiro e também por não ser compreendida sua importância”. Um livro-guia seria impresso, de forma a indicar esses caminhos e as espécies endêmicas do Parque no espaço indicado para melhor acompanhamento do visitante. Cabe explicitar que o PARNA-Tijuca possui trilhas interpretativas, placas indicativas e placas informativas desde a sua criação.

Durante o período em que Magnanini esteve como diretor desta unidade, sua equipe desenvolveu, com desenho da arquiteta Maria Alice Nehab, um sistema de placas inédito no Brasil para a época, constando de códigos visuais universalmente compreensíveis. Magnanini (2011) diz que o projeto foi encaminhado para o governo, mas não obteve retorno, e que “placas informativas, painéis e sinalizações são para melhorar o uso público” do Parque, sendo uma questão de comunicação.

No que se refere à sinalização e à comunicação do território como Parque, á sociedade que não chega ou não conhece o Parque, Magnanini (2011) diz que:

não se comunica todos os limites de forma integrada, ainda há uma ênfase localizada nos limites do mesmo; se enfatiza os setores e não o Parque como um *todo*. Não há placas informativas de que, por exemplo, você está entrando no Parque Nacional da Tijuca [...] no aeroporto, na Rodoviária deveria ter um Painel sobre o Parque Nacional da Tijuca, para informar a quem chega à cidade.

A foto retirada, durante um dos percursos para o Parque, na entrada do setor Floresta da Tijuca, reflete exatamente isto: o nome que é utilizado é o do setor e não o do Parque como um todo (Figura 32).

Figura 32. Placa enfatizando a indicação da Floresta da Tijuca



Fonte: Acervo Pessoal, 2011.

No período de 1999-2001 as placas indicativas do Parque foram reeditadas e atualmente estão recebendo novo tratamento: “atualmente, as placas de sinalização necessitam de manutenção ou recuperação, pois além da depredação, muitos projetos realizados com a ajuda de parceiros resultaram na confecção de placas fora de padrão” (Plano de Manejo, 2008: p.254). Segundo Vieira (2011), os “dados para confecção das placas interpretativas foram levantados pelo setor da museologia, em 2001”.

Um fator que não pode ser deixado de ser lembrado é que, em junho de 2011, em equipe, o setor de Museologia participou do desenvolvimento de uma trilha interpretativa para deficientes físicos e visuais. O percurso é uniforme, com baixo impacto, com corrimão-guia para promover a interação do visitante com árvores e plantas locais. Está se realizando o mapeamento de sessenta espécies de vegetais para compor placas de identificação com indicações em Braille e com um tamanho acessível aos cadeirantes. Esta trilha foi inaugurada em julho de 2011 (Figura 33).

Figura 33. Preparo da trilha interpretava para deficientes físicos e visuais



Fonte: Acervo do PARNA-Tijuca, 2011.

Em um dos dias em que estivemos no campo, pudemos acompanhar um agendamento de uma escola interessada em visitar esta trilha, e percebemos o cuidado da equipe e o interesse em dividir os alunos em grupos a fim de que todos pudessem participar da interpretação. Presenciamos, inclusive, Alexandre Justino, artista plástico, que acompanha Ana Vieira nos trabalhos desenvolvidos pelo setor, colocando à disposição da escola um curso para os professores acompanharem os pequenos grupos que seriam divididos durante a visita.

Magnanini (1993)¹⁴⁶ enfatiza que o museólogo deve usar “tudo aquilo que se referir ao Parque Nacional [...], de modo que se possa propiciar a sua correta interpretação” através da identificação, análise e síntese da conservação da biota dando um sentido ecológico para todas as questões.

E- **Projeto Meio Ambiente Espaço Sagrado**

Dentre os projetos desenvolvidos junto ao público visitante, Vieira destaca na entrevista o Projeto *Meio Ambiente Espaço Sagrado*. Este projeto foi desenvolvido de 1997 a 2010, em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental, por Vieira e Denise Alves. Segundo o Plano de Manejo (2008: p.241) “as propostas de pesquisa e educação ambiental foram criadas a partir da questão das oferendas religiosas entregues no Parque”.

¹⁴⁶ Palestra apresentada no XXV Encontro Anual do ICTOP. Rio de Janeiro, UNIRIO, setembro de 1993. Inédito.

Foram levantadas dezenoves religiões e vertentes religiosas que usam o Parque como espaço sagrado em suas práticas religiosas. Organizaram-se encontros com os atores sociais para desenvolver a consciência para o uso do espaço, conhecer o impacto proporcionado pelas práticas religiosas, estudar a interferência na cadeia alimentar dos animais, destacando os problemas - como incêndios ocasionadas pelas velas acesas e acidentes provocados por cortes com vidros de garrafas. Antes do projeto ser desenvolvido, “eram recolhidas toneladas de resíduos por mês” (VIEIRA, 2011), devido o mau uso do espaço. A via de entendimento e de interpretação partiu do discurso do culto ecológico fundamentada em pesquisas sobre as oferendas africanas, que são totalmente livres de resíduos, pois são orgânicas.

O trabalho foi integrado e multidisciplinar, desenvolvido em processo dinâmico e contínuo, e se configurou com a contribuição de várias instituições de Educação Ambiental, instituições privadas e ONGs, bem como associações e entidades religiosas de vários tipos (Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé, Federação Espírita Brasileira). Com um projeto piloto se reforçou o uso de dois espaços próprios para a prática religiosa, no entorno imediato do Parque: um na Curva do “S”, na Avenida Edson Passos, e o outro um pouco acima da curva do “S”¹⁴⁷. O resultado foi a conscientização dos praticantes sobre o culto aos seus deuses de maneira a preservar o Parque. Com a equipe reduzida, ficou impossível manter o projeto.

Consideramos que este projeto tem um peso importante na proposta de musealização do PARNA-Tijuca, pois envolve duas questões importantes: o trabalho conjunto com a Educação Ambiental e a mudança de consciência dos atores sociais diretamente envolvidos com o Parque. Os resultados vêm demonstrando a importância da interpretação no desenvolvimento da consciência ecológica e a grande ação de interpretação do patrimônio se desenvolve através deste Projeto.

F- Exposições temporárias e atividades culturais

Muitas atividades desenvolvidas no Parque remetem às ações de comunicação com o público visitante, e são organizadas pelo setor de museologia. Várias destas atividades, “assim como a promoção de eventos e exposições que tenham a natureza como tema ou parte dele, são de grande significância” (Plano de Manejo, 2008: 254).

Vieira (2011) enfatiza que “através de uma boa exposição, é possível falar sobre a disseminação de sementes, de animais e recursos hídricos”; ou seja, é possível falar sobre a importância da preservação e da consciência ecológica. Segundo o Plano de

¹⁴⁷ Cabe lembrar que estes dois espaços já haviam sido definidos como áreas permitidas para culto desde os anos 1970, na administração de Antonio Aldrighi, sendo Diretor Nacional de Parques Alceo Magnanini.

Manejo (op.cit: 250) “foram realizadas 32 exposições temporárias [...] que enfocam aspectos da ciência, história, arte e educação” até o ano de 2007. Uma dessas exposições, que não consta no Plano, por ter sido desenvolvida em Julho de 2010, em comemoração aos 49 anos do PARNA-Tijuca, com a Exposição Fauna em Foco (artista plástica Dorée Camargo), foi destaque das exposições temporárias. Os animais que Dorée Camargo criou estão em exposição até hoje no Parque (Figura 34).

Figura 34. Exposição Temporária - Fauna em Foco



Fonte: Acervo PARNA-Tijuca, 2010.

É preciso destacar que a Museologia se fez presente, em equipe, na elaboração do dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio da Humanidade, na categoria *Paisagem Cultural*, encaminhado para análise da UNESCO. O PARNA-Tijuca é parte fundamental desta candidatura. Em julho de 2011, foi realizada outra ação em equipe, desta vez para a comemoração do Aniversário de 50 anos do Parque e 150 do reflorestamento: além da celebração, aconteceu a solenidade de lançamento da Medalha Major Gomes Archer (cunhada pela Casa da Moeda) e do Selo Comemorativo do Parque Nacional da Tijuca. Neste evento, o primeiro diretor – Alceo Magnanini - foi um dos homenageados, e recebeu a medalha em virtude do papel desempenhado na unidade. A museologia auxiliou na elaboração desta medalha (Figura 35).

Figura 35. (A) Selo comemorativo. (B) Medalha Major Archer. (C) Magnanini recebe a medalha de Maria de Lourdes Figueira, atual chefe do PARNA-Tijuca



Fonte: Acervo PARNA-Tijuca, 2011.

Magnanini recebeu vários prêmios e títulos em sua carreira pela conservação da natureza. A primeira foi em 1947, pela campanha de Educação Florestal desenvolvida enquanto esteve no Serviço Florestal Federal; e a última homenagem foi o merecido título de Cidadão Honorário da cidade do Rio de Janeiro (Figura 36), em 7 de dezembro de 2011, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro¹⁴⁸.

Figura 36. Homenagem a Magnanini na Câmara Municipal do RJ



Fonte: <http://dredisondacreatinina.blogspot.com/2011/12/alceo-magnanini-recebe-titulo-de.html>, 2011.

A ênfase dada a Magnanini, nesta pesquisa se deve ao seu trabalho como conservacionista e por ter sido o primeiro especialista a compreender que a presença do museólogo na equipe de um Parque é importante.

¹⁴⁸ Disponível em <<http://dredisondacreatinina.blogspot.com/2011/12/alceo-magnanini-recebe-titulo-de.html>>. Acesso em 31 de dezembro de 2011.

G- Exposição Permanente

A Exposição Permanente *Uma Floresta na Metrópole* levou nove anos para se desenvolver. Foi inaugurada em maio de 2010 e é dividida em três fases: Mata original, Intervenção Humana e Enfim um Parque. São quarenta e sete painéis em 90m² de área, com o objetivo principal de comunicar a importância do Parque e conscientizar sobre o patrimônio a ser preservado. A caracterização da fauna e flora originais e a comparação com a que existe hoje se tornam destaque na exposição. A exposição abrange todos os segmentos de visitantes que ali chegam. Vieira (2011) comenta que os professores gostam bastante desta exposição, considerada didática, interativa e interpretativa. Segundo Vieira (2011):

no ano em que a exposição foi idealizada, em 2001, os recursos utilizados já eram modernos para época. Existem trinta e três recursos diferentes, ou seja, existem dispositivos diferentes para que a exposição seja rica e interativa (Figura); tanto que nove anos depois, no momento em que enfim pode ser “montada”, só foi necessário atualizar a animação digital em 3D (em 2001 seria em slides) para comunicar sobre a ocupação urbana (Figura 37).

Figura 37. O diorama do Maciço. Fase 3: *Enfim Parque*



Fonte: Acervo PARNA-Tijuca, 2010.

Vieira (2011) diz que a exposição “faz o visitante pensar e realiza a missão da conscientização ecológica” (Figura 38).

Figura 38. Exposição Permanente - *Uma Floresta na Metrópole*



Foto: Acervo PARNA-Tijuca, 2010.

Com o sucesso da Exposição Permanente – Uma Floresta na Metrópole, a museóloga foi convidada a elaborar uma exposição permanente para o Parque Natural Municipal Bosque da Barra, também uma área natural preservada.

H- Publicações

No que tange as pesquisas finalizadas, Ana Vieira vem contribuindo com a preservação do Parque buscando comunicar, em publicações, o trabalho realizado no e sobre o Parque. Além de sua participação na construção do Plano de Manejo de 2008, destacamos as seguintes publicações:

- VIEIRA, Ana Cristina P. ALVES, Denise, *et al.* Meio Ambiente e Espaços Sagrados. Curitiba: **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Vol. I 1997.
- BRASIL. O parque é seu. Como conhecer, usar e cuidar do Parque Nacional da Tijuca. IBAMA, 1998.¹⁴⁹
- VIEIRA, Ana Cristina P. Lazer e Cultura na Floresta da Tijuca: história, arte, religião, fauna, flora e literatura. São Paulo: Makron Books, 2001.
- VIEIRA, Ana Cristina P.; ISSA, Bernardo e MENEZES, Pedra da Cunha e Parque Nacional da Tijuca - Uma Floresta na Metrópole. Rio de Janeiro: Jakobsson, 2010.

No que se refere à comunicação, Vieira tem participado da equipe que elabora as informações disponíveis no site do PARNA-Tijuca. O trabalho está sendo realizado em parceria com a Associação de Amigos do Parque, ONG sediada no Parque Lage.

¹⁴⁹ Disponível em <http://www.terrabrasil.org.br/biblioteca/pdf/O_Parque_Seu.pdf>

3.3.3. A ressonância social do Parque

Podemos constatar que as ações de musealização no Parque se desenvolvem desde 1997, com a chegada da museóloga no Parque, mesmo antes do Centro de Visitantes ser construído. Muitas das atividades listadas abaixo foram realizadas em parcerias internas e/ou externas desenvolvidas com órgãos governamentais e ONGs e sintetizam todo o trabalho descrito acima (Tabela 6).

Tabela 6. Eventos desenvolvidos pela Museologia

Ano	Evento/local	Especificações	Nº pessoas
1997	Workshop <i>Meio Ambiente Espaço Sagrado</i>	Realizado na sede do PARNA-Tijuca, para praticantes e lideranças religiosas, entidades civis, ONGs e entidades governamentais.	52
1998	Comemoração à visita do Papa João Paulo II ao Corcovado	Concerto de piano de Cláudia Tolipan, grupo Vocal Maite-Two e Coral da igreja N. Sra. da Paz. Convidados e aberto ao público em geral.	285
1999	<i>Camerata</i> da Escola Nacional de Música. Floresta da Tijuca	<i>Camerata</i> com diversos violinistas e harpa, realizada no Jardim do Tai Shi Shuan. Aberto ao público em geral.	183
Total de visitantes no final dos anos 1990			520
2000	Música na Floresta da Tijuca	Concertos de MPB no pátio inferior da Cascatinha. Apresentação do "Teatro da Natureza" no Restaurante Os <i>Esquilos</i> e no pátio do Restaurante A Floresta	1400
	Concerto de piano e solo	Reinauguração dos Jardins dos Manacás.	79
	Ciclo de palestras	Comemoração dos 140 anos de Reflorestamento da Floresta da Tijuca e das Paineiras. * Exposição itinerante que perdurou até 2008.	62
Total de visitantes em 2000			1.541
2001	Exposição fotográfica <i>Interfaces</i> (28/06/01 a 31/12/07).	Parque Nacional da Tijuca	194.581
	Exposição <i>As cores da Floresta</i> .	Artista Raul Tommasi	6.131
	Exposição <i>Ilustração Botânica</i>	Artista Alexandre Justino	10.072
	Exposição <i>Bonsai: Arte Viva</i> (21/09 a 31/09)	Sociedade Brasileira de Bonsai	1.951
	<i>ArtesanALTO</i> (11/12 a 24/12/01).	CEAMP e comunidade do entorno	380
Total de visitantes em 2001			213.115
2002	Apresentação de <i>dança e música cigana e oriental</i> (07/06)	Inauguração da exposição de Hélio Timbira, no CV: <i>Mistérios da Floresta Magia do Tarot</i> . Floresta da Tijuca	123
	1º Encontro de Pesquisadores do PARNA-Tijuca (Novembro).	Coordenação de Pesquisa	40
	1º Seminário Interno do PARNA (04/03 a 06/03).	Treinamento de novos funcionários	28
	Palestras <i>Ecoturismo em Foco</i> (Junho a Dezembro).	Ciclo de 7 palestras para guias de turismo	220
	Exposição <i>A Floresta à Luz da Ciência</i> (11/12/01 a 20/03/2002)	Exposição científica	6.782
	Exposição <i>Páginas da Floresta</i> (22/03 a 22/04)	Acervo Biblioteca PARNA-Tijuca	5.340
	Exposição <i>Mistérios da Floresta, magia do Tarot</i> (07/06 a 14/07/06)	Arte do papel	4.142
	Exposição <i>Metamorfose</i>	Esculturas	6.592
	Exposição <i>Guaxinim +4</i>	Fotografias da fauna do PARNA-Tijuca	4.531

	Exposição <i>Natureza: Conservando para Descobrir</i>	Fotografias de Meio Ambiente	3.212
	1º Concurso de fotografias do PARNA-Tijuca	Divulgação dos cenários paisagísticos e dos recursos ambientais do PARNA-Tijuca, a sensibilização das comunidades e a ampliação do acervo iconográfico	20.000
	Palestras Animais peçonhentos e primeiros socorros	Palestras ministradas em 2002 e 2003	55
Total de visitantes em 2002			51.065
2003	Exposição <i>Sementes: Propagação da vida</i> (20/12/02 a 05/06/03)	Apresentação Científica. Coordenações de Cultura e Pesquisa	18.780
	Exposição <i>Reminiscências d'Outrora: O Parque em Cartões Postais</i> (06/06/03 a 03/08/03)	Exposição de Cartões Postais dos séculos XIX e XX	6.734
	Semana de Meio Ambiente (06/06 a 03/08)	Realização da 1ª Oficina do Voluntariado: peça teatral A importância da reciclagem e da prática da caminhada, do grupo Os Cenouras; palestra do Dr. Jorge Pedro Pereira Carauta – <i>Flora Ameaçada e Ecologia Fluminense</i> e plantio de <i>Maclura tinctoria tatajuba</i>	431
	Exposição <i>Arte da Terra: Esculturas em Cerâmicas</i> (22/08 a 06/11)	Exposição de Cerâmica	7.495
	Exposição de <i>Madeiras: Flona Mario Xavier</i> (Junho)	Exposição científica	1.381
	Exposição <i>Flores e Poesia</i> (28/03 a 20/06)	Sarau com conotação ambiental e apresentação de slides de flores, show musical, recital de poesias e palestra sobre Florais	9.631
	Encontro <i>Incentivo à Pesquisa Aplicada ao Manejo do PARNA-Tijuca e entorno</i>	Workshop da Coordenação de Pesquisa	52
Total de visitantes em 2003			44.504
2004	Semana do Meio Ambiente <i>Seminário Meio Ambiente Espaço Sagrado</i>	Concursos de redação e desenho realizado em 8 escolas municipais (6º ao 9º Anos de Escolaridade) com os temas – Floresta da Tijuca, Pedra da Gávea, Corcovado, Vista Chinesa; exposição artística que ilustrou o <i>Seminário Meio Ambiente Espaço Sagrado</i>	1.596
	Exposição <i>Máscaras Africanas</i> (10 e 11/01)	Exposição de artes para o <i>Seminário Meio Ambiente Espaço Sagrado</i>	404
	<i>Educação por Natureza</i> (23/07 à 28/09)	Exposição de Educação Ambiental	6.994
Total de visitantes em 2004			8.994
	Orquestra Itiberê	Aniversário do IBAMA e inauguração da exposição <i>Passagens</i> de Teka Centola nos jardins do CV	170
	<i>Fronteiras em expansão: ampliação e correção dos limites do PARNA-Tijuca</i> (17/12 a 31/03)	Exposição histórico-cartográfica de cunho educativo	15.887
	Exposição fotográfica ambiental: <i>Cor e textura em Natureza</i> (18/06 a 30/10)	Sarau que integrou o evento FotoRio 2005.	8.952
2005	Seminário <i>A história do Parque nos séculos XX e XXI</i>	Palestras de 5 ex-diretores do PARNA-Tijuca (1953 a 2006), doação de dados iconográficos e de 285 imagens (gravação de 07 fitas).	61
	Semana do Meio Ambiente	Prática de ações de saúde, esportivas e artístico-culturais referentes ao tema – <i>O Homem em busca de uma melhor qualidade de vida</i>	684
	Curso de senso-Percepção	Realização NEA	40
	Seminário Educação, Cultura e Justiça Ambiental	Realização NEA	170
	Exposição <i>Água em Unidade de Conservação</i> (04/11/05 a 13/02/06)	Exposição técnico-científico e sócio ambiental	7.200
Total de visitantes em 2005			33.164
2006	Exposição <i>Grafismo Ambiental</i> (17/02 a 23/4)	Exposição artístico educativa com arte popular de grafismo que itinerou para 4 escolas do entorno do PARNA-Tijuca	8.021
	Exposição <i>Exuberância Silvestre</i> (04/05 a 31/10)	Exposição fotográfica sobre tucanos, seus hábitos e características	5.399

		Total de visitantes em 2006	13.420
	Exposição <i>Trilhas do Parque</i> (14/07 a 28/08)	Exposição técnica de Educação Ambiental e ecoturismo. Bilingue	15.535
	Exposição <i>Rio, Esportes e Natureza</i> (17/06 a 28/08)	Exposição fotográfica que integrou o FotoRio 2007	4.797
2007	Exposição <i>Ilustração Botânica</i> (30/08 a 07/12)	Exposição Científica. Bilingue. Artista: Alexandre Justino	10.072
	Exposição <i>O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul</i> (11/10 a 31/12)	Exposição permanente de pôsteres históricos sobre o RJ no século XIX e cotidiano dos escravos. Doação Pedro Menezes.	6.287
	Exposição Biodiversidade (09/11/07 a 23/03/08)	Exposição de esculturas em madeira sobre a fauna brasileira.	9.825
		Total de visitantes em 2007	46.516
		Total de visitantes nas atividades da museologia	412.839

Fonte: Plano de Manejo, 2008.

Nota-se que a quantidade de visitantes mencionada na tabela acima compreende somente aos visitantes que estiveram presentes nas exposições desenvolvidas pela museologia e equipe, já que existe o controle de visitação por quantidade de pessoas que visitam o Monumento do Corcovado; o controle de acesso de veículos na Pedra Bonita; o número de pessoas e carros que sobem na Pedra da Gávea e na Floresta da Tijuca. Em cada atividade, principalmente nas exposi es temporárias, se desenvolveu a interpreta o do patrimônio, trazendo ao público visitante a consciência ambiental.

Cabe ressaltar que o setor da Museologia realiza um estudo de público onde há um levantamento do perfil do visitante sistematicamente e diariamente, há mais de 10 anos, desde que o Centro de Visitantes foi inaugurado. Analisam-se algumas categorias: sexo, idade, procedência, pesquisadores, grupos (escolares e guiados).

As exposi es temporárias dinamizam a visita o no Centro de Visitantes e em consequência se formou o hábito de que, de dois em dois meses, se poderia ver um novo tema, interpretado. Com a exposi o permanente esta atividade diminuiu, mas não interferiu nos índices de visita o: ao contrário - verifica-se que este dispositivo, desenvolvido pela museóloga que conhece e vive o cotidiano do Parque, s  trouxe mais visitantes para conhecer a Unidade. Vieira (2011) enfatiza que nos finais de semana chega a haver de quinhentos a seiscentos visitantes, e logo que o Centro de Visitantes inaugurou, chegou a ter mais de 1000 pessoas num dia. No período de verão, o carioca busca seu lazer na praia, diminuindo a visita o deste grupo; por outro lado, se verifica o aumento do visitante estrangeiro. A última a o comunicada ao público visitante, em dezembro de 2011, foi o desenvolvimento da exposi o fotográfica *Cenas de uma Floresta Urbana*, cujas imagens inéditas são do estudante de Geografia Thiago Haussig.

Para Vieira (2011), a maior contribui o da museologia para a preserva o do PARNA-Tijuca se d  criando a consciência para todos os atores sociais sobre a preserva o do patrimônio cultural presente no Parque: Vista Chinesa, Mesa do

Imperador, Capela Mayrink, Cristo Redentor, que são destaques para o uso público. Estes devem ser valorizados pelos visitantes com auxílio da Museologia. É relevante ainda que as pessoas saibam que o Parque é importante para as gerações futuras, através da conscientização ecológica e “do patrimônio aqui encontrado como um todo - quer o material, quer o natural, quer o imaterial” (Vieira, 2011).

Um fato importante e que deve ser lembrado é que o Instituto Brasileiro de Museologia (IBRAM) está realizando o levantamento de todos os museus para compor o Cadastro Nacional de Museus, e inclui neste Cadastro as Unidades de Conservação. Helen Gurgel, coordenadora do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), revela que “a maioria das UCs não imagina que podem ser consideradas como museus” e acrescenta que “essa aproximação com o IBRAM vai ajudar a desmistificar as unidades de conservação, além de divulgá-las.” No início do mês de abril de 2011, representantes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/Minc) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA/ICMBIO) tiveram encontro para discutir uma aproximação conceitual entre Unidades de Conservação (UC) e museus, além da integração dos Cadastros Nacionais das duas instituições. Durante o encontro, também foi discutida a possibilidade de troca de informações sobre os sistemas do Cadastro Nacional de Museus (CNM) e do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Segundo o IBRAM (2011)¹⁵⁰ atualmente o:

Cadastro Nacional de Museus não possui nenhuma unidade de conservação cadastrada, mas inclui instituições relacionadas ao meio ambiente e à preservação da natureza. Ao serem incluídas no cadastro de museus, as unidades de conservação poderão participar dos editais do IBRAM, além de terem maior possibilidade de comunicação com a sociedade. [...] A aproximação e troca de informações dessas duas bases de dados vai gerar informações novas, inclusive a ampliação da base do Cadastro Nacional de Museus, o que colocaria o Brasil à frente na questão de inclusão de unidades ambientais como museus.

Segundo Vieira (2011) o PARNA-Tijuca já recebeu o questionário do IBRAM, por meio de seu setor, e a mesma prontamente o respondeu e devolveu. Vieira reforça a existência de dificuldades de ambas as áreas, a Museologia e a Ambiental, em compreender o Parque como museu na prática. Acreditamos que a integração entre ICMBIO e IBRAM poderá contribuir para reafirmar o potencial da Museologia dentro dos parques.

É possível ainda analisar que os aspectos técnicos da documentação e da comunicação sobressaem mais efetivamente no segundo período – o atual – em que a museóloga Ana Vieira se encontra na equipe do PARNA-Tijuca

¹⁵⁰ Disponível em <<http://www.museus.gov.br/noticias/unidades-de-conservacao-podem-se-tornar-museus/>> Acesso em 06 de abril de 2011.

Este é o principal desafio do museólogo nos parques nacionais: instaurar a prática museológica, em sintonia com as práticas da geografia humana e das ciências ambientais. Quanto à museóloga Ana Vieira, no momento o maior desafio que encontra é a perspectiva de seu desligamento, devido à aposentadoria. Sabe que seu trabalho tem tido resultado, tem encontrado ressonância nos visitantes, e gostaria muito que alguém a substituísse para manter o trabalho iniciado.

3.3.4- A visitação no PARNA-Tijuca e o Programa Turismo no Parque

Apesar desta pesquisa não objetivar o levantamento de dados sobre visitação, foi necessário tratar deste ponto, já que para a Museologia, no momento em que ocorre a visitação, se estabelece o diálogo efetivo entre o museu e a sociedade.

Com a visitação o museu pode comunicar à sociedade sobre a conservação e a valorização do patrimônio comum a ser preservado para as gerações futuras.

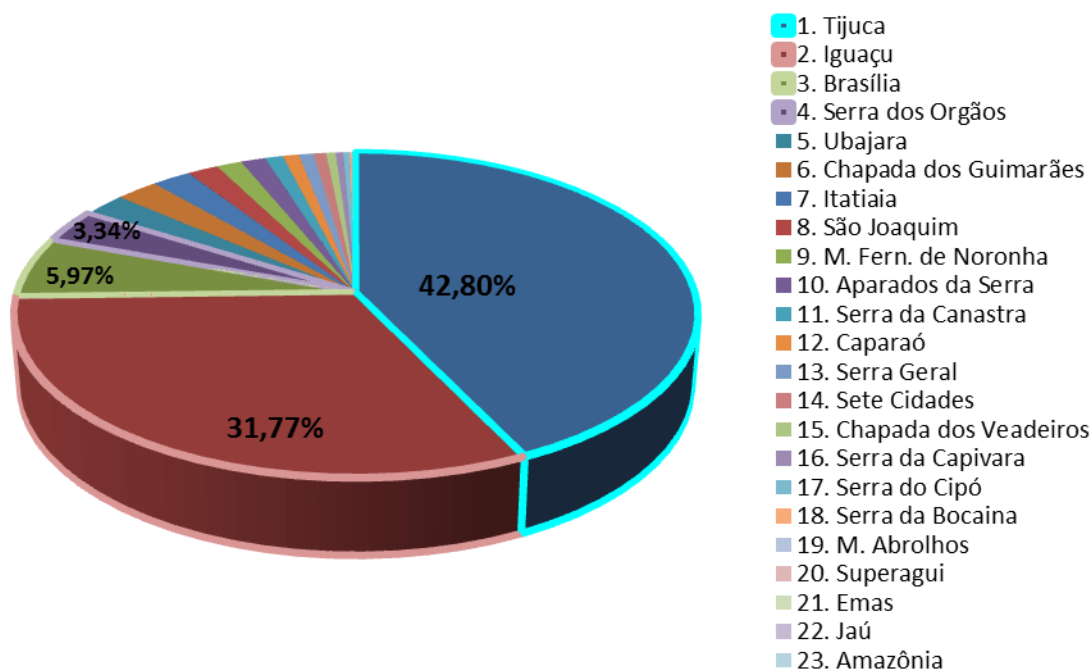
No que se refere à visitação dos Parques Nacionais, no Brasil, segundo o ICMBIO (2011)¹⁵¹, dos vinte e três Parques Nacionais abertos à visitação em setembro de 2011¹⁵², o PARNA-Tijuca é a unidade de conservação mais visitada do Brasil e atingiu, em 2010, a marca de 1,7 milhões de visitantes. (Gráfico 5).

Vale ressaltar que alguns Parques Nacionais na Europa e Estados Unidos possuem lista de espera para a visitação devido à grande procura, uma vez que o Programa de Parques nestes países datam dos anos de 1950 e já está consolidado e conhecido por toda sociedade americana e europeia.

¹⁵¹ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/07/21/icmbio-renova-nesta-6a-a-gestao-compartilhada-do-parque-nacional-da-tijuca>> Acesso em 30 de Outubro de 2011.

¹⁵² Como os dados inseridos diretamente no site do ICMBIO são dinâmicos e reais houve uma divergência na quantidade de Parques Nacionais abertos para a compilação do gráfico em setembro de 2011, feito pelo Coordenador Geral de uso público e negócios do ICMBIO, com a quantidade de parques abertos à visitação apresentados no primeiro capítulo. No site oficial da mesma instituição, encontram-se 30 parques listados como aqueles liberados para a visitação pública. Sete Parques Nacionais (Anavilhanas, Jericoacoara, Catimbau, Monte Pascoal, Pantanal Matogrossense, Lençóis Maranhenses e Serra do Itajaí) não fizeram parte do levantamento deste gráfico de visitação.

Gráfico 5. Visitação em Parques Nacionais no Brasil em 2010



Fonte: Adaptado. MMA, ICMBIO, Setembro de 2011.

Acredita-se que com os cinco eventos esportivos¹⁵³ que o Brasil sediará entre os anos de 2011 a 2016, o fluxo de visitação nos Parques Nacionais aumentará, já que a beleza natural tem atraído vários visitantes às Unidades de Conservação. Vale ressaltar que um destes eventos já ocorreu (Olimpíadas Militares 2011). Mas sabe-se que, para receber este fluxo de visitação, o PARNA-Tijuca ainda necessita desenvolver uma infraestrutura adequada.

Sendo o Rio de Janeiro, uma cidade turística, acredita-se que o PARNA-Tijuca será alvo de muitas visitas; para atender esta demanda, foi contemplado pelo Programa de Turismo nos Parques¹⁵⁴, que visa aumentar e adequar o número de visitantes nestas unidades de conservação, aproximar a sociedade da natureza e, aumentar o apoio público para conservação destas unidades.

¹⁵³ Olimpíadas Militares 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo FIFA 2014, Olimpíadas 2016, Paraolimpíadas 2016.

¹⁵⁴ O Programa de Turismo nos Parques foi lançado em 2008 em conjunto com o MMA/ICMBIO, MTur/EMBRATUR com iniciativa de estruturar e promover o turismo nos Parques. Cinco Parques Nacionais foram prioritários no Programa; outros quatro Parques Nacionais, onde a atividade turística é significativa, contarão com investimentos consolidados em parceria com a iniciativa privada por meio dos editais para concessão de serviços de apoio ao turismo. Mais informações disponíveis em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao16122010111448.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

O programa deverá servir ainda como consolidação das Unidades de Conservação no Brasil, estreitando laços entre o parque e a sociedade, gerando oportunidades de negócios por meio de concessões de serviços para melhorar a visitação naqueles Parques Nacionais que apresentam potencial para o uso público (visitação).

Na prática, o Programa Turismo nos Parques tem como objetivo assegurar a implementação de infraestrutura mínima nessas áreas: sede administrativa, portaria, centro de visitantes, sinalização e trilhas de acesso aos principais atrativos - além de considerar, dentre outros fatores, o fluxo de visitantes e a capacidade de suporte das áreas para uso público (MMA, 2008).

Especificamente para o PARNA-Tijuca o MMA (2008) organizou uma lista de atividades e serviços, em forma de concessão, para a melhoria da visitação do PARNA-Tijuca (Quadro 10).

Quadro 10. As concessões para o PARNA-Tijuca

Concessão	Atividades/Serviços
Complexo Corcovado	Será denominado Centro de Visitante do Corcovado, um espaço coberto com exposição interpretativa, local para alimentação, lojas e sanitários.
Edifício-garagem localizado na Estrada das Paineiras	Construção de um edifício com garagem.
Sistema de circulação interno	Transporte rodoviário e ferroviário para o Cristo Redentor com capacidade para até 25 pessoas cada, que interligará o edifício garagem ao Complexo Corcovado, de forma independente ou interligada.
Cobrança de ingressos	Implantação de um sistema eletrônico de controle, possivelmente compatível ao oferecido no acesso do transporte rodoviário ao Complexo Corcovado.
Espaço Paineiras situado no antigo Hotel Paineiras	O Espaço Paineiras deverá ser implantado no local do antigo Hotel das Paineiras. As propostas a serem avaliadas no estudo de viabilidade técnica e econômica variam entre: centro disseminador de conhecimentos com ênfase no meio ambiente; biblioteca; exposição interpretativa; lojas; centro de convenção; auditórios; cinema 3D; livraria; restaurante; cafeteria, dentre outros.

Fonte: MMA. 2008

No final do ano de 2011, tais concessões se aglutinam num só projeto denominado como *Complexo Turístico e Ambiental do Corcovado*. Este projeto chama atenção da Museologia, já que o trabalho de musealização em áreas naturais trata da preservação, da memória e dos testemunhos existentes no território, tanto das espécies de fauna e flora, quanto de edifícios, obras e monumentos.

O Complexo Turístico e Ambiental do Corcovado prevê a recuperação do Hotel Paineiras, inaugurado em 1884, por D. Pedro II, que ficou fechado aproximadamente por 25 anos. Se compreendermos que uma edificação é objeto testemunho da vida e da

arquitetura de seu tempo, este projeto estará preservando a memória e identidade do território do PARNA-Tijuca, além de aumentar e humanizar a visitação. Sua recuperação trará visibilidade e acomodação para os visitantes abrigando um centro de convenções, restaurante panorâmico, centro de visitantes, lanchonete, café e lojas de *souvenirs* (Figura 39).

Figura 39. Complexo Turístico Paineiras



Fonte: <http://www.parquedatijuca.com.br/>, 2011.

A recuperação do espaço do Hotel Paineiras será a mola propulsora para a melhoria na qualidade da visitação ao Corcovado; este último abriga o monumento do Cristo Redentor, um dos pontos turísticos mais visitados do país. É preciso dizer que o consórcio é integrado pelas empresas Beltour Turismo & Transporte, Esfeco Administração LTDA e Cataratas do Iguaçu S/A. As duas primeiras são, respectivamente, permissionária do serviço de **vans** do Parque e arrendatária do Trem do Corcovado. A terceira é a concessionária que opera serviços similares no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná. Espera-se que as obras deem ao parque a qualidade dos serviços já registrada no **Parque Nacional do Iguaçu**.

Além disso, para que o Parque possa atender à demanda turística de maneira adequada, torna-se imprescindível a constituição e o fortalecimento de uma equipe responsável pelas atividades de visitação e turismo nos Parques. Mais uma vez, o profissional de Museologia deve fazer parte da equipe, a fim de contribuir com seu trabalho para a preservação dos Parques Nacionais.

Apesar de todos os ganhos com a infraestrutura, não se pode esquecer o foco principal da visitação – que é interpretar e trazer à consciência a representação dos Parques Nacionais como patrimônio a ser preservado – valorizando o patrimônio natural e cultural e, sem dúvidas, promover a aproximação entre sociedade e natureza.

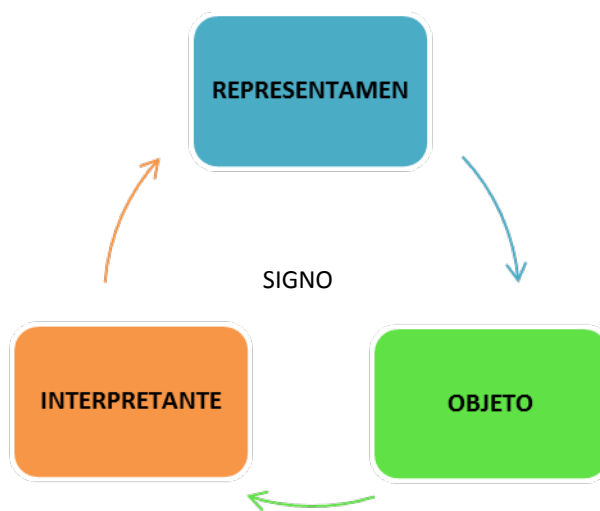
Segundo Magnanini (2011) “a concessão tem levado o comércio e a indústria para dentro dos Parques, e se o Espaço Paineiras for utilizado para congressos, palestras, exposições, além de lugar de passagem para o visitante, estará cumprindo sua missão”. Além disso, “é preciso fazer o estudo da capacidade de carga” (MAGNANINI, 2011) que o PARNA-Tijuca pode receber em seu espaço de uso intensivo.

3.3.5. A interpretação do patrimônio no PARNA-Tijuca

No que diz respeito ao Parque e sua interpretação como patrimônio a ser preservado, torna-se importante fazer uma leitura semiótica, pois este, entendido como fenômeno produz significado e sentido. Desta forma, a natureza e o meio ambiente, compreendidos pelo Parque como um todo, passa ser um signo.

Segundo Santaella (1983: p.58) “signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele”. É usado para exprimir uma dada realidade física. Para Peirce (1993) o signo é um elemento em que se correlacionam três outros elementos: representamen, objeto e interpretante (Figura 40).

Figura 40. Representação peirciana sobre o signo



Fonte: Peirce, 1969.

Neste caso, analogicamente, podemos comparar este esquema peirciano com aquilo que pode ser representado no Parque através das ações de musealização para atingir ao público visitante (Quadro 11):

Quadro 11. Analogia dos signos que representam o Parque



Elaborado pela autora. Fonte: Peirce, 1969.

Devemos compreender, à luz de Peirce, que existem três instâncias do conhecimento, modos como os fenômenos se apresentam à nossa consciência. Tais categorias se aplicam ao campo das manifestações psicológicas. Não se deve entender “essas categorias como entidades mentais, mas como modos de operação do pensamento-signo que se processam na mente” (SANTAELLA, 1983: p.42). Esse processo pode ser compreendido a partir do quadro esquemático abaixo, cujas instâncias são interdependes (Quadro 12):

Quadro 12. Modos como os fenômenos se apresentam a nossa consciência



Fonte: Peirce, 1969.

A tomada de consciência se dá na primeira instância que Peirce denomina *primeiridade*. Segundo (Santaella, 1983, p.46) a *primeiridade* se relaciona ao sentimento, é a possibilidade de ser algo semelhança que pode vir à tona, ou seja, de qualquer “coisa que esteja imediatamente presente na consciência [...] nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas”.

Na segunda instância, a *secundidade*, é quando ocorre a relação, a reação, o processo, o registro, a comparação e a recordação. “Há um mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento e, no entanto, pensável, que se caracteriza pela secundidade” (Ibid.,Op. Cit:47). O signo se revela no aqui-agora, no choque, na polaridade e na ação-reação.

Como produto final temos a *terceiridade*, que significa signo, continuidade, semiose, aprendizagem, cognição, tempo, mediação, representação, razão, o conhecimento. Razão aqui não deve ser confundida com consciência, deve ser assinalada:

Como um lago sem fundo no qual as ideias (partículas materiais da consciência) estão localizadas em diferentes profundidades e em permanente mobilidade. A razão (pensamento deliberado) é apenas a camada mais superficial da consciência. Aquela que está próxima da superfície. Sobre essa camada, porque superficial, é a ela que nossa autoconsciência está atada. Daí tendermos a confundir consciência com razão. No entanto, se bem que a razão seja parte da consciência, ela não compõe, de longe, o todo da consciência. (Op. Cit:41)

Todos os elementos que compõem o Parque se inter cruzam – a diversidade cultural, histórica, ambiental, humana, arquitetônica. Na verdade transpõem os limites do Real. Esta diversidade é o fio condutor da visita pública nos museus, pois sempre haverá diferenças nas análises. É importante destacar que a relação do ser humano com o objeto, neste caso com o Parque, vai além de sua função de ser contemplado, se estende aos signos, as ideias, às mensagens, às formas e valores que são transmitidos por este objeto através das atividades de interpretação.

Desta forma, o museu acende emoções e faz reconhecer-nos em suas representações. Tais representações são sobre nós mesmos, nada além disso; e proporcionam um mergulho no visível e no invisível. Para muitos estar no Parque é somente ver o verde e árvores. Mas, é preciso lembrar que, cada faceta tem um significado que deve ser comunicado e interpretado – biodiversidade, geodiversidade, história, edificações, ocupação humana – numa teia de signos culturais própria do PARNA-Tijuca (Figura 41).

Figura 41. Teia de signos culturais no PARNA-Tijuca



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Os signos escolhidos para representarem um Parque devem perpassar pelos três pilares da comunicação – dinâmicos e sistêmicos. Numa narrativa integrada, a informação se constrói e deve ser dirigida a todos os sentidos e segmentos. Vários objetos se referem a outros criando uma teia de significação, por deslizamento de da percepção. A fim de objetificar o processo de musealização, é essencial, assim, coletar o máximo de informação possível sobre o contexto original do objeto, que estará ausente no processo de descontextualização (SCHÄRER, 2008: p.87-88).

Assim, a linguagem museológica deve ser plural, complexa e sistêmica e colocar na luz aquilo que se encontra obscuro, direcionando ao ato provocador do afeto, da sensação do desconhecido. Deve envolver o visitante num discurso sedutor que trabalhe com conceitos sistêmicos, de movimento/continuidade, de sensação/sensibilidade e coletividade/sustentabilidade, perpassando pelos aspectos da mobilidade, experiência estética e pela vida social (Quadro 13).

Quadro 13. Três pilares da comunicação em Parques Nacionais



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Conforme observado na pesquisa de campo, as ações de musealização do PARNA-Tijuca, tanto no primeiro período (1973-1980) quanto às ações do período atual, contemplam a integralidade, além disso, há a valorização dos diversos aspectos do conhecimento humano – a intuição e a criatividade das artes, a sabedoria da Filosofia, o misticismo dos ancestrais e o raciocínio lógico das Ciências atuais, valorizando os três pilares da comunicação em Parques Nacionais.

Esta integração pode ser representada por um esquema, em forma de mandala, que simboliza a representação de todos os aspectos que pertencem ao homem e ao PARNA-Tijuca. Este esquema representa estímulo à interatividade dos diversos aspectos referentes ao PARNA-Tijuca, que podem e devem ser analisados, sem prioridades, ordem ou polarização de importância.

Levando em consideração o aspecto místico e ancestral do conhecimento humano, compreendido pela Museologia, serão utilizados para a compreensão deste esquema os 4 elementos da natureza tão difundidos na cultura chinesa e indiana (água, fogo, ar e terra) – símbolos da integração do homem com a natureza e com o universo (Figura 42).

Figura 42. A integralidade do Parque Nacional da Tijuca



O primeiro quadrante, no sentido horário, de cima para baixo, interliga a sociedade e a visitação do PARNA-Tijuca, através dos elementos Fogo e Água. O Fogo, como elemento da natureza, pode ser compreendido como aquele que representa o movimento, a criatividade e a iniciativa para a manutenção da vida; a Água traduz-se pelo sentimento, imaginação e sensação, buscando a profundidade das questões. Através da cultura mística e da ancestralidade a tradição deve ser mantida dentro do PARNA-Tijuca.

No segundo quadrante, há a relação do uso público com a natureza, através das representações dos elementos Água e Terra. Este último elemento representa a firmeza, a matéria, a concretização e a conservação. Nesta relação surge a representação do estético e do belo, uma vez que a Água representa a sensibilidade.

No terceiro quadrante, seguindo o fluxo da direita para esquerda, se interligam a Terra e o Ar – mantendo-se a característica da firmeza e concretização do elemento Terra e conectando-se ao Ar, que representa o pensamento, a reflexão, a ponderação, e a intelectualidade, além da objetividade, da lógica e da comunicação. O aspecto mental se concretiza pela Ciência e pela Política, imprescindíveis para a proteção das Unidades de Conservação.

Por fim, no último quadrante, na ligação entre Ar e Fogo, se conectam novamente o PARNA-Tijuca e a Sociedade: o ar representa o pensamento, a ideia e a reflexão; já o fogo o movimento e a criatividade, representando esta interação o aspecto do conhecimento e dos saberes.

A integralidade do PARNA-Tijuca, enquanto patrimônio integral, simboliza, ao mesmo tempo, parte de um todo na natureza e em nós mesmos e demonstra a possibilidade de reintegração da sociedade com a natureza, da ciência com a cultura, do conhecimento com o belo, do masculino com o feminino. É uma representação da integralidade, do fluxo da vida, da vida em movimento – da teia de relações que faz parte da vida. Vale ressaltar mais uma vez que são as informações e significados que são musealizados, e sua interpretação contribui como um elo dando aos visitantes o conhecimento, significados, ideias (NPS, 2007: p.11).

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Conservar o meio ambiente, entendendo-o como patrimônio deve ser um processo dinâmico e contínuo, que tenha como prática a ação direta no território preservado. Este processo necessita de um olhar integrado direcionado à natureza. E a compreensão dos sistemas vivos, como patrimônio, traz à tona a importância de universalizar as representações de um bem com valor de vida: podemos perceber com mais clareza que conservá-lo é manter a vida para as gerações presentes e futuras.

A interdependência entre os saberes e os campos disciplinares, presentes nesta pesquisa desde sua concepção, pôde ser observada por meio do diálogo em busca de complementariedade de ideias e ações entre os diferentes campos do saber. É importante destacar que esta pesquisa foi desenvolvida e realizada com objetivo de trazer respostas para o imperativo da conservação da natureza, com um viés da totalidade, onde as discussões perpassassem por todos os atores sociais e por diferentes campos disciplinares. Na abordagem transdisciplinar, encontramos respostas às questões colocadas, e identificamos muitas outras novas questões sobre a relação Homem-Natureza. Avaliar processos que possibilitem o diálogo entre os saberes científicos e as metodologias de conservação da natureza, em campos diferenciados como as Ciências Naturais, Humanas e Sociais, permite descobrir uma realidade multifacetada e interdependente que deve ser percebida por todos.

O estudo de caso, desenvolvido no capítulo 3, constituiu uma análise de investigação cuja abordagem se direcionou à **preservação e à musealização dos Parques Nacionais como patrimônio**, analisando as influências recíprocas entre esses dois movimentos - cujo objeto de estudo foi o Parque Nacional da Tijuca situado no Rio de Janeiro, Brasil. Esta análise demonstrou que o processo de musealização em áreas naturais, encontra-se em prática no Brasil, desde os anos 1970, principalmente no Parque Nacional da Tijuca. **Partimos da questão principal de que a Museologia pode contribuir para o uso público dos Parques Nacionais (PARNAS) através da musealização destas áreas naturais preservadas.**

A partir da definição da estrutura metodológica e do caminho a ser seguido para esta pesquisa-dissertação, tanto o levantamento bibliográfico, iconográfico e documental, quanto a pesquisa de campo possibilitaram concluir que a discussão teórica sobre a musealização, nos chamados museus de território, em especial nos Parques Nacionais, ainda é bastante nova e desconhecida pelas Ciências Naturais; e envolve uma reflexão em nível de consciência política e ética – a qual chamamos de consciência ecológica.

Acreditando que cumpri o objetivo desta pesquisa, ao responder às perguntas referentes à musealização, numa perspectiva mais aplicada, concluo que **todo Parque Nacional é teórica e potencialmente um museu**, uma vez que permite documentar, preservar, pesquisar e informar ao visitante sobre o patrimônio público e comum (conforme já dito pelo ICOM desde 1968). No que se refere especificamente ao Parque Nacional da Tijuca, este também é um museu, já que em seu cotidiano, além de ter um museólogo em sua equipe multidisciplinar, é possível verificar que os quatro pilares da Museologia (documentação, preservação, pesquisa e comunicação) são colocados em prática nas ações diárias desenvolvidas no território, para que a sociedade compreenda a necessidade de preservá-lo. Considerando que se musealiza ideias, sentidos e representações, a Museologia contribui com a conservação dos Parques Nacionais, a partir dos dispositivos de comunicação de que dispõe para conscientizar o público visitante. **Como museu, o Parque Nacional é um espaço público que forma opiniões e conscientiza para a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e a qualidade de vida das populações.** Como diz Scheiner (1990: 11) sobre a adequação das propostas do museu: é preciso “estar sensível e atuar no sentido da identificação, da preservação e do uso de conjuntos naturais e culturais”.

No que se refere à análise das propostas de musealização do PARNA-Tijuca nos dois períodos distintos em que o processo se estabelece, pode-se verificar que no denominado período de 1973-1980 desenvolveu-se no Parque um modelo de proposta de musealização que o próprio Parque não reconheceu após a saída de Alceo Magnanini para o antigo órgão de controle, planejamento e coordenação de projetos - FEEMA - em 1975. Direcionada a uma leitura biogeográfica do território, à pesquisa, catalogação e interpretação do patrimônio, a equipe que então trabalhava no Parque comunicava a preservação da natureza ao público visitante por meio de atividades orientadas e exposições temporárias no Museu de Fauna, e também diretamente nas áreas de visitação do Parque, uma vez que não havia, ainda, um Centro de Visitantes. Caso essa proposta de musealização tivesse sido preservada, como documento, nos arquivos do próprio Parque - como o foi, enquanto esteve na Direção Antonio Aldrighi - mesmo após 17 anos sem profissionais de museus na equipe, Ana Cristina Vieira poderia ter dado continuidade ao processo, somando sua contribuição aos procedimentos já realizados. É importante dizer que desde este período a Museologia já desenvolvia atividades de interpretação inclusivas com a sociedade caracterizando um trabalho de vanguarda dentro do PARNA-Tijuca.

Apesar do longo período sem atividades de cunho museológico, vemos que a atual proposta de musealização do PARNA-Tijuca segue tecnicamente as mesmas ações

anteriormente realizadas: pesquisa, documentação, preservação e comunicação, com exposições temporárias e permanentes e atividades de interpretação do patrimônio, no Centro de Visitantes e, mais recentemente, em trilhas na Floresta da Tijuca.

Conforme os dados levantados na entrevista com Ana Cristina Vieira, verificamos que a proposta de musealização deste segundo período apresenta algumas dificuldades: a primeira seria o desenvolvimento de atividades de interpretação em equipe; e a outra é a compreensão do valor do profissional em museologia integrando a equipe. A diferença entre os dois períodos em que o processo de musealização se desenvolve encontra-se na gestão, conforme revelaram Davallon, Grandmont e Schielle (1992). Se o ICMBIO, o instituto capacitado para a gestão dos Parques Nacionais e outras áreas preservadas, não possui o entendimento de que as ações de cunho museológico devem fazer parte do trabalho no Parque, não há como esperar que o gestor imediato e os demais membros das equipes que nele trabalham compreendam o valor deste diálogo.

Este problema não foi encontrado na proposta do primeiro período, já que o próprio Diretor de Parques Nacionais, compreendendo a importância desta prática, desde 1967 iniciou gestões para a formação de uma equipe multidisciplinar – que não apenas atendia ao PARNA-Tijuca, mas as necessidades mais prementes de outros Parques Nacionais, promovendo trabalhos que visavam a sua musealização. Passaram-se seis anos para que o governo da época contratasse os profissionais solicitados - entre os quais a museóloga - mas mesmo nesse período Magnanini contou com o apoio de uma geógrafa (estagiária) e uma engenheira florestal que realizaram alguns trabalhos no Parque.

Na verdade, ambas as propostas de musealização do PARNA-Tijuca envolvem conhecimento do campo museológico, socialização de processos específicos de trabalho e fundamentam-se numa proposta ética de construção do futuro através da transformação do presente, ou seja, **pensar e trabalhar a representação do patrimônio como bem comum**. Com a ação da musealização, o patrimônio do PARNA-Tijuca tem sido valorizado, inventariado, catalogado, pesquisado, documentado e comunicado em seu próprio território ao público visitante. Desta forma tem havido, na medida do possível e guardados os limites técnicos e financeiros, a correta interpretação da realidade do território.

De maneira teórica e prática a Museologia vem contribuindo para a conservação da natureza a partir de seu trabalho de musealização; aqui no Brasil, sua contribuição tem sido visualizada mais especificamente no Parque Nacional da Tijuca. Desde a criação do primeiro Parque Nacional – Yellowstone – a essência destas áreas naturais

preservadas era proteger, interpretar e administrar sítios geográficos com atributos de grande valor. A Museologia já contribuía nessas áreas naturais, organizando, através da interpretação, **a ideia de patrimônio** a ser representada para a sociedade. No Brasil, desde os anos 1970 Magnanini já compreendia que a contribuição da Museologia para os Parques era necessária. Apesar do tema *Meio Ambiente* ter entrado timidamente no âmbito do Museu, foi rapidamente entendido que a Museologia poderia, por meio das premissas do paradigma ecológico, auxiliar com suas técnicas na proteção de sítios naturais preservados, ampliando a relação do humano com a natureza e, conseqüentemente, a proteção das áreas preservadas. A musealização do PARNA-Tijuca é um trabalho pioneiro no país, pois não se tem dados que demonstrem que outro Parque Nacional, antes dele, tenha sido inscrito no âmbito do Museu através do processo de musealização *in situ*, já que a musealização do PARNASO se iniciou nos anos 1980.

Outro resultado encontrado nesta pesquisa é que todo Parque Nacional é um exemplo de *patrimônio integral*, devido a sua relação interdependente com o conjunto de bens - naturais/culturais - existentes no seu território. Apresenta como missão o compromisso social com o desenvolvimento das comunidades em todos os níveis (local, regional, estadual, nacional, internacional), visando à conciliação entre natureza e cultura, a reaproximação entre a *physis* e o *logos*. Sua integralidade deve ser interpretada para o público visitante como forma de reconexão do homem com a natureza – articulando a ancestralidade, os saberes, a tradição, a sabedoria, o conhecimento, a filosofia, a cultura, a ciência, a intuição, o belo – tudo o que faz parte da condição humana.

Enfim, conclui que as propostas de musealização do PARNA-Tijuca servem como modelo para outros Parques Nacionais, em parte, já que cada Parque Nacional tem sua própria realidade, história, memória e identidade. Não é possível que se desenvolvam atividades idênticas em outros Parques. Os quatro pilares da musealização são e devem ser o fundamento comum no trabalho em todos os Parques Nacionais. A maneira como o profissional articula a metodologia de musealização, sua qualificação profissional, a realidade do território e as circunstâncias da gestão de cada unidade é que fará o diferencial para que outros Parques possam ser musealizados. Assim, é possível tomar como base as atividades realizadas a fim de que se desenvolvam outras, voltadas para a interpretação do patrimônio dos demais Parques Nacionais.

A hipótese sobre a falta de propostas de musealização de um Parque Nacional impedir o conhecimento do mesmo enquanto *museu* e diminuir sua visitação foi respondida em parte. Sem musealização, o Parque não pode ser reconhecido como museu, apesar de o ser, efetiva e teoricamente: as ações 'museológicas' não serão desenvolvidas no território. Sobre o fato de a falta de propostas de musealização diminuir

o fluxo de visitação, com os dados coletados, não foi possível encontrar uma resposta contundente para essa questão. Sabemos que são levantadas as quantidades de automóveis na saída e na entrada de cada setor do Parque; e que no Centro de Visitantes também há o controle de visitação – com o indicadores que permitem levantar o perfil do visitante. Mas caberia pesquisar a metodologia que o PARNA-Tijuca utiliza para o somatório do fluxo de visitação, já que o mesmo possui mais de cinco entradas, e o visitante pode entrar e sair por várias delas num mesmo dia.

Além disso, seria interessante fazer uma análise comparativa do quantitativo de público visitante entre o PARNA-Tijuca, Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional de Brasília e o Parque Nacional Serra dos Órgãos, destacando as unidades musealizadas, para descobrir se a falta de musealização diminui ou não o fluxo de visitação. Entretanto, a pesquisa evidenciou que o Parque que possui Centro de Visitantes tem o número de visitação aumentado. Ter um Centro de Visitantes que efetivamente trabalhe com a interpretação da natureza, que expõe e realiza atividades diretamente com a comunidade, com certeza aumentaria o fluxo de visitação em todas as unidades. Ficam novas perguntas: Será que o Parque Nacional da Tijuca é o Parque mais visitado, porque além de estar localizado num centro urbano e estar no circuito turístico do Rio de Janeiro, é musealizado? Cabe aqui uma nova pesquisa.

Acreditando que o estudo traz contribuições efetivas, no que se refere ao tema musealização de áreas naturais, já que esta pesquisa é a primeira do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio a tratar do tema, torna-se importante destacar que o estudo possibilitou construir algumas recomendações.

A primeira recomendação diz respeito ao cumprimento do papel social de cada Parque Nacional. Se o Parque Nacional apresentar a vocação para a visitação, cada uma destas unidades deveria conter um museu e/ou centro de visitantes, para facilitar o desenvolvimento das atividades de interpretação e educação ambiental. Cabe ressaltar que o fato do Regulamento de Parques Nacionais no Brasil, em 1979, estabelecerem que as zonas de uso intensivo devessem ter um museu para melhor trabalhar a integração museu-comunidade, não significa que é apenas através desta estrutura física que o Parque é considerado um museu. Esta recomendação se refere à incorporação, na gestão dos parques nacionais, de metodologias que permitam que a sociedade veja o parque como museu; desta forma, alude propriamente à musealização dos Parques Nacionais. Tornar-se-ia importante que o diálogo do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Cultura se consolidasse e que pudesse ser desenvolvido um Programa de Musealização dos Parques Nacionais – além de outro Programa, distinto, que tratasse da Memória dos Parques Nacionais. Neste sentido o Parque Nacional atuaria como um

metamuseu: um grande museu a céu aberto (museu de território), contendo em seus limites um ou mais museus tradicionais, ortodoxos e/ou exploratórios (no caso, representados pelos centros de visitação e/ou interpretação). É fundamental que o poder público compreenda que o Parque é museu e que o profissional de museus deva fazer parte da equipe de trabalho, e não ser convidado somente para participar de campanhas e/ou editais.

A segunda recomendação, que está vinculada à primeira, refere-se à articulação de equipes multidisciplinares adequadamente preparadas para o trabalho com o patrimônio integral, que na verdade fundamenta-se, naturalmente, na qualificação profissional. Neste sentido, concordamos com Scheiner (2012), ao considerar importante que os cursos de formação profissional de todos os campos do conhecimento voltados direta ou indiretamente para o trabalho com o patrimônio, incorporem disciplinas, professores, saberes e práticas que permitam o desenvolvimento de profissionais verdadeiramente qualificados para esse trabalho. Para isto a Universidade, como agente de transformação e construção de conhecimentos, deveria incorporar aos quadros docentes da Museologia, das Ciências Biológicas e Ambientais e de outros programas e cursos universitários, profissionais que possuam um conhecimento aprofundado em patrimonialização e musealização das áreas naturais preservadas, garantindo a qualificação adequada de profissionais para atuar em equipe nas unidades de conservação. Cada uma dessas unidades deveria, idealmente, contar com o aporte de profissionais especializados. Em qualquer parque nacional é necessária a concorrência de geólogos, geógrafos, edafólogos, climatologistas, biólogos, zoólogos, botânicos, ecólogos, engenheiros florestais, paleontólogos e arqueólogos, historiadores, cientistas sociais - e dos especialistas do campo da Museologia. O trabalho em equipes transdisciplinares, em parques nacionais, contribui para o seu uso público e para o conhecimento de toda a diversidade cultural, social e humana.

Além de atuação do profissional de museus no Centro de Visitantes (ou museu), com as exposições temporárias e/ou permanentes, o trabalho deve se estender ao território, onde a conservação *in situ* possa se desenvolver, através da interpretação do patrimônio. Não se deve esquecer, ainda, a importância da presença de comunicadores, educadores e psicólogos, responsáveis pela divulgação dessas áreas e pelos programas de educação ambiental que nelas se realizam. Deve se dar importância ao trabalho interdisciplinar com a Educação Ambiental, que valoriza o patrimônio e sensibiliza sobre o passado, presente e futuro na relação interdependente entre natureza e cultura. E também promover a conservação e difusão sistemática do patrimônio musealizado. Estas

são características que apontam para o que se denomina, na teoria da Museologia, o trabalho de 'Museologia Integral'.

A partir do momento em que o Parque se organize como representação de patrimônio integral, poderá iniciar-se a dinâmica de inclusão do indivíduo ao seu meio ambiente, não se separando mais as categorias *logos* e *physis*, pois o humano já não pode ser separado de suas relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e espirituais. O contato com a natureza, que integra forças elementais entre a *physis* e a *logos*, traz a cada indivíduo a oportunidade de respeitar e preservar o que está dentro de si mesmo, na paisagem, na natureza, no meio ambiente, retornando às origens do sagrado. A realidade vivida com consciência ecológica ganha uma nova forma – a forma dinâmica e totalizante – e amplia a compreensão mental de fenômenos que se materializam em percepções, sentimentos, ações e mudanças de comportamento em busca de qualidade de vida.

Tanto nos museus chamados *tradicionais*, quanto nos parques nacionais, zoológicos, aquários e ecomuseus, a Museologia traduz aspectos da relação entre homem e natureza e possibilita esta integração. A musealização de um Parque pode ser um caminho contributivo para a qualidade de seu uso público. Ter um Parque Nacional atuando efetivamente como museu permite desenvolver mecanismos que aumentem a sensibilidade das pessoas para identificar o conjunto de sistemas vivos que o compõem. Interpretar esses conjuntos para o público visitante, priorizando o desenvolvimento da consciência ecológica, deve ser tarefa do profissional de museus, uma vez que este é capacitado para trabalhar com a ideia e a representação do patrimônio a ser preservado.

Enfim, o processo de musealização comporta a ideia de que no presente se desenvolva o cuidado com a preservação do Planeta como um todo, incluindo todas as espécies que possuem vida; e a perspectiva de que, no futuro, as novas gerações recriem o modo de se relacionar com a natureza através da memória contada, documentada e exposta, refletindo sobre as práticas degradadoras do ambiente.

Os dispositivos utilizados pela Museologia permitem a reconexão do homem com a natureza, e atuam como articuladores da consciência ecológica tão em voga na contemporaneidade. A interpretação da natureza, bem contextualizada e alicerçada em padrões técnicos, fundamentados em teorias e metodologias próprias do campo da Museologia, constitui o caminho para que um Parque seja considerado *museu* pelos atores sociais envolvidos com ele. Para tanto, é preciso que se encontre ressonância social entre os diversos atores envolvidos com o território e com o patrimônio a ser preservado em cada parque.

Fica clara com a pesquisa, a possibilidade de o público visitante compreender o imperativo da conservação do meio ambiente, através de procedimentos específicos da Museologia, que incluem sua musealização. Um Parque, sem a musealização, já perdeu sua função original; sendo submetido ao processo de musealização – pesquisa, documentação, proteção e comunicação - recebe uma nova representação, uma ressignificação que deve ser aproveitada por profissionais qualificados no campo da Museologia para a devida interpretação ao público visitante. Assim, se todo Parque Nacional - incluindo também os estaduais e municipais - forem musealizados, isto poderá proporcionar ao visitante maior acesso as potencialidades e representações que cada Parque possui em interdependência com o Planeta.

Uma reserva natural é estabelecida para proteção de determinado ecossistema e manutenção da sua biodiversidade, mas como vimos seu objetivo também é apresentar ao homem como morador ou como visitante, a adequada interpretação da natureza, aquilo que é invisível aos nossos olhos.

O que se pretendeu desenvolver nesta dissertação foi exatamente que, através da musealização e do trabalho da Museologia, a categoria *Parque Nacional* poderá servir de modelo de conservação ativa para as gerações presentes e futuras. Espero que os resultados dessa pesquisa sejam de interesse do campo disciplinar da Museologia quanto das Ciências Naturais e do Governo.

A intenção é que a pesquisa contribua para a interface entre a Museologia, o Patrimônio e outros campos disciplinares, com espírito de complementariedade, diálogo e compreensão dos novos eventos e fenômenos, à luz da episteme do mundo contemporâneo. Longe de esgotar o assunto, acredito que esta investigação poderá abrir possibilidade de novas frentes de pesquisa, para as quais as propostas de musealização do Parque Nacional da Tijuca possam servir de parâmetro, estimulando estudos referentes a outros Parques Nacionais, como contribuição para a proteção da natureza.

Ao finalizar esta dissertação comprovo o quanto a Museologia é comprometida com o Meio Ambiente. Com a pesquisa foi possível aprofundar e construir novos conceitos que certamente farão parte de novas jornadas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PARA A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Disponível em <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/>. Acesso em 16 de outubro de 2011.

AUSTRALIA. **Office of Environment e Heritage.** NSW National Parks e Wildlife Service. Disponível em <http://www.environment.nsw.gov.au/nationalparks/>. Acesso em 30 de maio de 2011.

BANFF NATIONAL PARK. Disponível em <http://www.pc.gc.ca/pn-np/ab/banff/index.aspx>. Acesso em 30 de maio de 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da Agenda 21. 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (Coleção Educação Ambiental)

BARRETTO FILHO, Heno Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação.** São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004: pp.53-63. Disponível em <http://www.ibcperu.org/doc/isis/8844.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

BENAYAS, Javier e MUÑOZ, María. **Análisis del Estado, Evolución de los Centros de Visitantes en ENP, Espanha,** 2006. Disponível em http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/Jornadas%20AIP/VJorDocs/Munoz_y_Benayas.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2011.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BESSARD, Melanie e ROBINE, Nolwenn. Os centros de interpretação em sua relação com a investigação e divulgação. . In: **La Lettre de l'OCIM** - De l'interprétation au centre d'interprétation. nº 119, setembro a outubro. Ano 2008: 12-17 p. Disponível em <http://ocim.revues.org/349>. Acesso em 10 de Novembro de 2011.

BOYLAN, Patrick. Defining Museums and Galleries – ICOM International Committee for the Training of Personnel (**ICOM-ICTOP**). Disponível em <http://www.city.ac.uk/ictop/mus-def.html> Acesso em 28 de Dezembro de 2010.

BRANCO, Samuel Murgel. **Eossistêmica – Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente,** S.Paulo, Editora Edgard Blücher, 1999.

BRASIL. **Constituição Brasileira.** 12ª edição. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

_____. **Decreto nº 1.713/37.** Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_itatiaia.pdf Acesso em 6 de agosto de 2011.

_____. **Decreto-Lei nº 982/38.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.035/39.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 6 de agosto de 2011.

_____. **Decreto-Lei nº 1.822/39.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 6 de agosto de 2011.

_____. **Decreto nº 4.439/39.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decreti/1930-1939/decreto-4439-26-julho-1939-347090-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. **Decreto nº 16.677.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decreti/1940-1949/decreto-16677-29-setembro-1944-479776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. **Decreto nº 25.865.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D25865.htm. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. **Decreto nº 289**. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126130/decreto-lei-289-67>>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

_____. **Decreto-Lei nº 605**. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-605-2-junho-1969-361588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. **Lei Federal 4.771 Código Florestal Brasileiro e suas alterações**. Brasília, 1965. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em 3 de maio de 2011.

_____. **Decreto nº 84.017/79**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2011.

_____. **Decreto nº 91.145**. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decree/1980-1987/decreto-91145-15-marco-1985-441412-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 25 de dezembro de 2011.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** - lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

_____. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. (Áreas Protegidas do Brasil 3). Brasília: MMA. 2006

_____. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas**, Departamento de Áreas Protegidas. (Série Áreas Protegidas de Brasil, 5) – Brasília: MMA, 2007: 124p.

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2008.

_____. **Programa de turismo nos Parques**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ICMBio e Ministério do Turismo/EMBRATUR. 2008. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. **Turismo nos Parques**. Brasília: MMA. 2008. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao16122010111448.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

_____. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)**. Disponível em <www.icmbio.gov.br/> Acesso em 13 de dezembro de 2011.

_____. **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**. Disponível em <www.mma.gov.br/> Acesso em 12 de dezembro de 2011.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006a.

_____. **O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006b.

CARVALHO, Marcos de. **O Que é Natureza**, São Paulo, Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. V. 1. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ernesto Viveiros de. Os Parques, o Uso Público e a Delegação de Serviços: Oportunidades e Desafios. Coordenação geral de Uso Público e Negócios. In: **1º Encontro Brasileiro de Turismo em Parques. 8º Encontro Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura, ABETTA SUMMIT**. São Paulo setembro de 2011. Palestra disponível em

<http://www.abetasummit.com.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=45&Itemid=22&lang=pt-BR>
Acesso em 14 de novembro de 2011.

CHAUMIER, Serge e JACOBI, Daniel. Nouveaux regards sur l'interprétation et les centres d'interprétation. In: **La Lettre de l'OCIM** - De l'interprétation au centre d'interprétation. n° 119, setembro a outubro. Ano 2008. 4-11 p. Disponível em <<http://ocim.revues.org/348>>. Acesso em 10 de Novembro de 2011.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

CORRÊA, Marcos Sá e BRITO, Manoel Francisco. **Água mole em pedra dura - Dez histórias da luta pelo meio ambiente**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2006

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. **Revista CPC**, São Paulo, n.3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n3/a05n3.pdf>> Acesso em 12 de dezembro de 2011.

DAVALLON, Jean, GRANDMONT, Gerald & SCHIELLE, Bernard. **L'environnement entre au Musée**. Collection Muséologies. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992.

DE VARINE, Hugues. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça, 1987.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O Patrimônio Natural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>. Acesso em 8 de junho de 2010.

_____. Paine 1 – **Experiências na Gestão de Sítios Naturais (Sítio misto de Paraty)**. Palestra proferida no Seminário de Gestão do Patrimônio no Mercosul. IPHAN. Palácio Capanema, Rio de Janeiro, em 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 2008.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro - os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF- Universidade Federal Fluminense, 1997.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto. 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, R e Chagas, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUATARI, Félix. **As três ecologias**. 20ª ed. Campinas, SP: Papius, 2009.

IBDF. **Plano de Manejo**: Parque Nacional da Tijuca. Brasília, IBDF, 1981

IBRAM. Política Nacional de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília. MINC/IBRAM, 2010: p. 23-24.

_____. **Unidades de conservação podem se tornar museus**. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/noticias/unidades-de-conservacao-podem-se-tornar-museus/>> Acesso em 06 de abril de 2011.

ICOM. **Código de Ética do ICOM para Museus - ICOM-BR/ICOM-PT**. 2009. Disponível em <<http://www.icom.org.br/sub.cfm?subpublicacoes=publicacoes3&canal=publicacoes>> Acesso em 25 de agosto de 2011.

_____. **Key Concepts of Museology**. Edited by André Desvallées and François Mairesse. Armand Colin, 2010. Disponível

em <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2011.

ICOM - *International Council of Museums*. Disponível em <<http://icom.museum/>>. Acesso em 5 de dezembro de 2011.

ICOM-BR - **Conselho Internacional de Museus no Brasil**. Disponível em <www.icom.org.br>. Acesso em 27 de setembro de 2011.

ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*. Disponível em <www.icomos.org>. Acesso em 3 de novembro de 2011.

ICOMOS Brasil – **Conselho Internacional de Monumentos e Sítios**. Disponível em <www.icomos.org.br>. Acesso em 14 de julho de 2011.

ICOMOS. **Carta para Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural**, 2008. Disponível em <http://www.international.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf> Acesso em 17 de Outubro de 2011.

IPHAN. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938 – 2009)**. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: COPEDOC, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo; GIULIANI, Gian Mario; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Natureza e Sociedade: Desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. In: IRVING, Marta de Azevedo; GIULIANI, Gian Mario; LOUREIRO, Carlos Frederico B. (orgs). **Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão**. São Carlos: Rima, 2008: 147 p. (1-19 p.)

IUCN. **Guidelines for protected Area Management Categories**. Gland: IUCN, 1994. Disponível em <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/eng/index.html>. Acesso em 05 de dezembro de 2010.

_____. Disponível em <<http://www.iucn.org/>>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

JOLY, C.A., LEITÃO FILHO, H.F. & SILVA, S.M. *O patrimônio florístico - The floristic heritage*. In: **Mata Atlântica - atlantic rain forest** (G.I. Câmara, coord.). SP: Ed. Index Ltda. e Fundação S.O.S. Mata Atlântica, 1991.

JUNIOR, Evaristo de Castro; COUTINHO, Bruno Henriques e FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009: 296 p. (25-65 p.)

KUPERMAN, Priscila. Comunicação, consciência estética e natureza. **Revista Semiosfera de Comunicação e Cultura**. ECO/UFRJ, ano 2, n.4, 2003.

LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau; FURB, 2000.

LEPIDOPTERA BRASILIENSES. **Lepidopterofauna Neotropical**. Disponível em <<http://www.lepidoptera.datahosting.com.br/>>. Acesso em 25 de setembro de 2011

LEWIS, Ralph H. Éducation et recherche en matière d'environnement dans le Parc national de Yellowstone. 85-88. In: **Museum - Musées et environnement**. Vol XXV, n° 1/2. Paris: UNESCO. 1973. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127361fo.pdf>>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

LIMA, Diana Farjalla Correa. Museologia, informação, comunicação e terminologia; pesquisa termos e conceitos da museologia (UNIRIO). In: GRANATO, M. et all (Org.). Documentações em Museus. p. 181-199. **Revista MAST Colloquia**. Rio de Janeiro: MAST. V. 10. 2008.

MAGNANINI, Alceo. **O papel do museólogo nos Parques Nacionais**. Palestra apresentada no XXV Encontro Anual do ICTOP. Rio de Janeiro, UNIRIO, setembro de 1993. Inédito.

_____. **Entrevista concedida a pesquisa dissertação**. Rio de Janeiro. 2011

_____. **O tombamento do Parque Nacional da Tijuca e o Código Florestal.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elisamabeliani@gmail.com em 06/12/2011.

_____. **Datas e instituições de trabalho de Alceo Magnanini nos anos 1970.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elisamabeliani@gmail.com em 30/12/2011.

MANSUR, K. L.; CARVALHO, I. S.; DELPHIM, C. F. M.; BARROSO, E. V. O Gnaisse Facoidal: a mais Carioca das Rochas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ. Vol. 31 - 2 / 2008: p. 9-22

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eduardo de Souza. Palavra do presidente do IBAMA. In: **BRASIL: Parques Nacionais.** CAMURCA, Claudia (Coord.) 2a Ed. Sao Paulo: Empresa das Artes; Brasília, DF: IBAMA, 1998.

MAURE, Marc. A Nova Museologia: o que é? In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Coord. Martin R. Schärer. **ICOFOM STUDY SERIES - ISS 25.** Org. and edited by Martin R. Schärer. Vevey: International Committee for Museology / ICOFOM; Alimentarium Food Museum, 1995 p. 127-132. Título original: La nouvelle muséologie – *qu'est-ce-que c'est?* Trad. Tereza Scheiner. RJ: UNIRIO, março 2000.

MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. **A floresta da Tijuca.** Edições Bloch: Rio de Janeiro, 1967.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade.** Vol. 9, nº 1, jan/jun, p. 40-64. 2006.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo e GARY, Irene. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, Marta de Azevedo. **Áreas Protegidas e Inclusão Social:** construindo novos significados. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006: 225 p. (15-40)

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia.** Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MIRANDA, Jorge Morales. **Centro de Interpretación?** Carpeta Informativa del centro Educacional de Educación Ambiental. CENEAM. Octubre de 1994. Disponível em <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/documentos/>>. Acesso em 27 de novembro de 2011.

_____. **La planificación interpretativa asegura la excelencia en interpretación.** 2005. Disponível em <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/pdf/Planificacioninterpretativa.pdf>>. Acesso em 26 de novembro de 2011.

MOCOCHINSKI, Alan Yukio e GATTI, Gustavo. **Perfil da Unidade de Conservação – 2004** – Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2005. Disponível em http://internet.boticario.com.br/Internet/staticfiles/Fundacao/pdf/PN_Serra_dos_Orgaos_2004_perfil_da_UC.PDF

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O CLUBE DE ROMA. **Relatório do Clube de Roma.** Disponível em <www.clubofrome.org>. Acesso em 05 de junho de 2001.

ONU. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, na cidade de Paris.** 1972. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2011.

_____. **Declaração sobre o ambiente humano,** Estocolmo, junho de 1972. Declaração firmada por ocasião da Conferência das Nações Unidas, Estocolmo, Suécia, 5-15 de junho de 1972. Disponível em <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraAmbienteHumano.pdf>> Acesso em 19 de dezembro de 2010.

_____. Disponível em <<http://www.un.org/>>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Do sistema Nacional de Conservação. In: **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza**: Lições do passado, realizações do presente e perspectivas para o futuro. Medeiros e Araújo (Org.). Brasília: MMA, 2011. 21-36

PAES-LUCHIARI, M.T.D. Turismo e Patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloísa Turini e SERRANO Célia (Org.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PARC NATIONAL DE LA VANOISE. Disponível em disponível em <<http://www.parcnational-vanoise.fr/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. Disponível em <<http://www.parquedatijuca.com.br/>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

PARQUE NACIONAL DE GALÁPAGOS. Disponível em <<http://www.galapagospark.org/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA. Disponíveis em <http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/> e <<http://www.parquenacionaldoitatiaia.com.br/>>. Acessos em 26 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL DE TONGARIRO. Disponível em <<http://www.doc.govt.nz/parks-and-recreation/national-parks/tongariro/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL EL CHICO. Disponível em <<http://www2.ine.gob.mx/publicaciones/libros/130/hgo.html>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL HENRI PITTIER. Disponível em <<http://www.inparques.gob.ve/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL KRUGER. Disponível em <<http://www.sanparks.org>> Acesso 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL NAHUEL HUAPI. Disponível em <www.parquesnacionales.gov.ar> e em <<http://www.nahuelhuapi.gov.ar/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PARQUE NACIONAL VICENTE PÉREZ ROSALES. Disponível <http://www.conaf.cl/parques/ficha-parque_nacional_vicente_perez_rosales-28.html> Acessos em 30 de maio de 2011.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1969.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

PROJETO MEMÓRIA. Mapa "Terra Brasilis" Atlas de Miller. Disponível em <<http://www.projetomemoria.art.br/PedroAlvaresCabraal/links/terra.htm>> Acesso em 28 de novembro de 2011.

RIO DE JANEIRO. **Laboratório de Geo-Hidroecologia (GEOHECO)** da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em <http://www.geoheco.igeo.ufrj.br/mac_tijuca.htm> Acesso em 25 de agosto de 2011.

_____. **Portal de áreas protegidas do Rio de Janeiro**. Laboratório de Gestão Ambiental (LAGEAM). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://areasprotegidasrj.net/site/index.asp>> **Acesso em 8 de maio de 2010.**

ROYAL NATIONAL PARK. Disponível em <<http://www.environment.nsw.gov.au/nationalparks/>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

RUSSEL, Carl P. Le Musée du Parc National de Yosemite Californie. In: Museum - Local and regional museums-Les musées locaux et régionaux. Vol. IV, n° 2. 83-90.Paris: Unesco.1951. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000100/010083eo.pdf#10084>>

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 13º Ed. Porto: Afrontamento, 2002. (Coleção História e Ideias, 1.)

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997

SCHÄRER, Martin. **Coisas + ideias + Musealização = Patrimônio - Abordagem museológica**, ministrada em 17 de Março de 2008, na abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SCHEINER, Tereza. Ocupação humana no Parque Nacional da Tijuca. **Brasil Florestal**, ano 7, nº 28, Outubro/Dezembro, p. 3-27. 1976.

_____. Sobre Turismo e Visitação em Parques Nacionais. **Revista de Ciências Humanas** (Florianópolis), v. III, p.12 - 20, 1979.

_____. Museus e Patrimônio Natural: Alternativas e Limites de Ação. **Ciências em Museus**, 2, 9-15, 1990.

_____. **Interação Museu-comunidade pela Educação Ambiental**. RJ, Tacnet Cultural Ltda., 1991.

_____. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Tempo, Espaço, matéria e movimento: pensar o patrimônio. In __ **Imagens do “não lugar”: comunicações e os novos patrimônios**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO;UFRJ. RJ, 2004. Cap. 1

_____. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO e SANTOS (Org.). **Museus Instituição de Pesquisa**. P. 85-100. **Revista MAST Colloquia**. Rio de Janeiro: MAST. V. 7. 2005.

_____. **Repensando el Museo Integral: del concepto a las prácticas**. Conferencia. ICOFOM LAM 2009. Santiago, Chile, nov. 2009. Inédito em espanhol. [Grifo da autora]. Tradução nossa.

_____. Informações trabalhadas durante encontros de orientação para a pesquisa. UNIRIO, 2011.

SCHIELE, Bernard (dir.). **Patrimoines et Identités**. Collection Muséo. Québec: Musée de la Civilization, 2002.

SCHREINER, Klaus. [untitled]. In: SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND DEVELOPING COUNTRIES – HELP OR MANIPULATION? **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Hyderabad, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 15, p. 62, nov. 1980.

SCIFONI, Simone e RIBEIRO, Wagner Costa. **Preservar: por que e para quem?** Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 .

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo, EPU, 1975.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 16. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 04 de Setembro de 2010.

SILVA, et al. Como tudo começou. In: SILVA, C. R. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. p. 12-20

SMITHSONIAN AMERICAN ART MUSEUM AND RENWICK GALLERY. Disponível em <<http://americanart.si.edu/catlin/highlights.html>>. Acesso em 6 de maio de 2011.

SUIÇA. Agência de proteção do meio ambiente Suíço. Disponível em <http://www.naturvardsverket.se/en/> acesso em 30 de maio de 2011.

TABARELLI, Marcelo e MANTOVANA e Waldir. As riquezas de espécies arbóreas na floresta atlântica de encosta no estado de São Paulo (Brasil). **Revista Brasileira de Botânica**. São Paulo, V.22, n.2, p.217-223, ago. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbb/v22n2/22n2a12.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2011.

TEIXEIRA, Fernanda Pires. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, 2010.

TERMO DE REFERÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL – ESTUDO PRELIMINAR DE ARQUITETURA E URBANIZAÇÃO - COMPLEXO HOTEL PAINEIRAS. Disponível em http://www.iabjr.org.br/concursopaineiras/Conteudo/Paineiras_Termo_Referencia_090629.pdf. Acesso em 29 de dezembro de 2011.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2002.

UNESCO. **Reservas da Biosfera: O homem e a biosfera: um conceito dinâmico de patrimônio**. Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=10250&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html Acesso em 28 de Dezembro de 2010.

_____. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/unesco/>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

_____. **DECLARAÇÃO de Santiago**. Princípios de base do museu integral. **Museum**. The role of museums in today's Latin America. Paris, UNESCO, v. XXV, n.3, p.198, 1973.

US. Bases de la Interpretación. **Descripción del Contenido del Programa Formativo. Servicio de Parques Nacionales de los EE.UU. de América**, Programa de Desarrollo Interpretativo. Instituto Eppley para Tierras Públicas, Universidad de Indiana. 2007. Disponível em <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/Publicaciones/>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

US. **NATIONAL PARK SERVICE (NPS)**. Disponível em <http://www.nps.gov/index.htm>. Acesso em 06 de maio de 2011.

US. **NATIONAL PARK SERVICE (NPS)**. Disponível em http://www.nps.gov/history/history/online_books/sontag/sontag3.htm Acesso em 4 de setembro de 2011

US. NATIONAL PARK SERVICE. **Long-range interpretive plan**. Yellowstone National Park. Division of Interpretation. May, 2000. Disponível em <http://www.nps.gov/yell/planyourvisit/upload/lripweb.pdf>. Acesso em 9 de outubro de 2011.

VALERIANO, C.M.; HEILBRON, M.; NASCIMENTO, V. e MANSUR, K.L. De braços abertos para a geologia. **Projeto Caminhos Geológicos**. DRM-RJ. 2007. Disponível em http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/pg_placa.php?p=63 Acesso em 10 de agosto de 2011.

VELOSO, H. P., RANGEL FILHO, A.L. & LIMA, J.C. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VIEIRA, Ana Cristina Pereira. **Entrevista concedida a pesquisa dissertação**. Rio de Janeiro. 2011

ZANIRATO, S. H. e RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro de questões - Engenheiro Agrônomo:

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2011.

Entrevista acadêmica para pesquisa-dissertação do Programa Mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

Título da dissertação: **AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

Local: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

ENTREVISTADORA: Mestranda Elisama Beliani

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Tereza Scheiner

Dados Biográficos do Entrevistado

1. Formação.

- Conte-me um pouco a sua trajetória profissional e sua escolha por trabalhar com Conservação da Natureza, mais especificamente com áreas florestais.

2. Política e Conservação da Natureza

- Descreva a importância do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) nas décadas de 1960 e 1970 e sua relação com a SEMA.
- Fale-me sobre a extinção do IBDF, em 1989, para criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)?
- Como diretor do IBDF e diretor executivo da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), o senhor participou da Comissão Interministerial para a Convenção de Estocolmo em 1972. Como foi a representação do Brasil nesta I Conferência Mundial sobre o Homem e a Biosfera?
- Quais as consequências e desdobramentos para a política ambiental no Brasil, após este evento?
- Qual foi a sua participação na II Conferência Mundial sobre o Homem e a Biosfera (Rio-92)?
- Que impacto teve a Rio-92 para a política ambiental no Brasil e mais especificamente para os parques nacionais?
- Sobre Política e Parques Nacionais o senhor tem muito a nos contar. Fale-me do período em que foram criados os primeiros parques nacionais no Brasil.
- E os parques nacionais criados no período da ditadura.
- Qual a sua experiência com a criação e a demarcação dos parques nacionais brasileiros?
- Existe alguma fragilidade no que se refere aos projetos de conservação direcionados especificamente aos parques nacionais?
 - Dê a sua opinião sobre o Projeto Turismo nos Parques.
 - Qual a sua relação com as mídias no que se refere a divulgação das questões ambientais? E como acha que poderia ser estimulada?
 - Como o senhor vê a divulgação do Parque Nacional da Tijuca nas mídias?

3. Sobre o Parque Nacional da Tijuca

- Cargo e período de trabalho no Parque Nacional da Tijuca.
- O que desenvolveu neste período dentro do PARNA-Tijuca?
- Fale-me sobre a mudança do nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca em 1967.

- No mesmo decreto Federal nº 60.183/67, em que determinou a mudança do nome do parque, definiu-se uma área aproximada de 3.200ha. Hoje o parque tem 3.953ha. Naquele mesmo ano, em 1967, havia um desejo de que a área demarcada já fosse maior?
- Qual foi o critério para demarcação das áreas de visitação no PARNA-Tijuca?
- E o Projeto Complexo Hotel Paineiras no PARNA-Tijuca?

4. Parques Nacionais e Museologia

- Qual é sua relação com a Museologia?
- Como foi esta relação nos anos 1970?
- Como vê o trabalho de um museólogo na equipe do parque nacional?
- A Museologia pode contribuir, em sua especialidade, para a conservação dos parques nacionais? Pode contribuir para o uso público do parque?
- Conhece algum outro parque nacional que tenha museólogo na equipe?
- E nos parques nacionais de outros países?
- Dê sua opinião sobre o Centro de Visitantes do PARNA-Tijuca e sobre os centros de visitação e museus existentes nos demais parques nacionais brasileiros.
- Nos anos 1970 o senhor estruturou, junto com a arquiteta Maria Alice Nehab, um projeto de placas para o PARNA-Tijuca. Conte-me sobre este projeto e explique por que não foi implementado pelo IBDF.
- O senhor acha importante o estudo de visitação nos parques nacionais?
- E as experiências de educação ambiental?

5. Aspectos pessoais da entrevista

- O senhor é um profissional consagrado e uma figura pública no campo da conservação, no Brasil. Do que mais o senhor se orgulha em sua trajetória profissional?
- Que contribuições considera mais importantes para o país, no seu trabalho como especialista em planejamento e gestão do meio ambiente?
- O senhor é também um pesquisador, e foi durante décadas bolsista do CNPq. Que contribuições de pesquisa considera mais importantes na sua trajetória?

6. Atualidade. Conhecimentos que auxiliam a nova geração.

- Qual seria o estado da arte (como deveria ser em sua essência) para a conservação da natureza?
- Quais têm sido os maiores desafios e dificuldades com o entendimento da conservação das áreas protegidas para a nova geração?
- Que conselhos daria aos atuais especialistas da conservação da natureza, inclusive aos museólogos?
- Em que grau o novo Código Florestal afeta as áreas de proteção ambiental?

7. Deixar tempo e espaço para associações livres, relatos espontâneos e opiniões pessoais

Estamos terminando a entrevista. O senhor quer aproveitar os momentos finais para tecer algum comentário? Muito obrigada, a entrevista foi ótima e irá com certeza contribuir para minha pesquisa-dissertação e para Museologia.

Roteiro da entrevista – Museóloga

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2011.

Entrevista acadêmica para pesquisa-dissertação do Programa Mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

Título da dissertação: **AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

Local: Centro de Visitantes – PARNA-Tijuca

ENTREVISTADORA: Mestranda Elisama Beliani

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Tereza Scheiner

ENTREVISTADA: Ana Cristina Pereira Vieira

Dados Biográficos da Entrevistada

Local e ano de sua Formação Acadêmica, incluindo Especialização

Cargo e período de trabalho no Parque Nacional da Tijuca

1. Relação Museologia e Parques Nacionais.

- Qual o motivo de sua opção em trabalhar com os parques nacionais?
- Outra pessoa ocupou a mesma função no parque? Em caso positivo, qual foi o período? Como foi o trabalho desenvolvido por esta pessoa?
- Conhece outros museólogos que trabalham em Parques Nacionais? Onde?
- Conhece o trabalho que realizam/realizaram?
- Quais são as dificuldades e os pontos positivos do trabalho do museólogo num Parque Nacional?
- De que forma a museologia pode contribuir para a preservação do PARNA-Tijuca?

2. Sobre a proposta de musealização.

- Existe uma proposta de musealização para o PARNA-Tijuca?
- Desde quando esta proposta é implantada?
- Quantos museólogos passaram pela equipe multidisciplinar do parque? Poderia me informar seus nomes e o período em que trabalharam no Parque?
- Poderia informar o que realizaram?
- O que permanece das propostas anteriores e o que tem de diferença na proposta atual desenvolvida em sua gestão?
- Existe algum projeto de placas informativas para o território do PARNA-Tijuca a fim de auxiliar o uso público do mesmo?

3. Sobre o Parque como museu

- O que, em sua opinião, caracteriza o parque como museu?
- Como acha que deve ser melhor explorado, para que o público o perceba como museu?
- Qual a relação entre áreas de visitação e áreas de preservação permanente?
- Qual a relação entre conservação e exposição da biota?
- Qual a relação entre a administração do Parque e o seu público?

- Existem estudos sistemáticos de público? Quais as informações solicitadas/recebidas?

4. Sobre a Exposição Permanente - *Uma Floresta na metrópole*.

- Conte-me sobre os desafios da Exposição Permanente.
- Qual o partido museográfico utilizado para compor a Exposição?
- Que impacto a exposição tem sobre o público visitante?
- Qual a relação entre a visita ao Parque e a visita à exposição?
- E quais seriam os desafios futuros?

5. Deixar espaço e tempo para associações livres e relatos espontâneos

Estamos terminando a entrevista. A senhora quer aproveitar os momentos finais para tecer algum comentário?

Muito obrigada, a entrevista foi ótima e irá com certeza contribuir para minha pesquisa-dissertação e para Museologia.

ANEXO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E
MUSEALIZAÇÃO DO**



O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de pesquisa-dissertação do Mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) cujo objetivo geral é investigar a contribuição da Museologia para a preservação do Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca). A pesquisa visa especificar o momento em que se começa a trabalhar os parques como *museus* e tem como objetivo geral analisar as vantagens do processo de musealização para a valorização do patrimônio dos parques nacionais. Seu objetivo específico é avaliar as propostas de musealização do PARNA-Tijuca, verificando em que medida elas podem ser eficazes para que o parque possa ser visto como museu pelos diversos atores sociais com ele envolvidos.

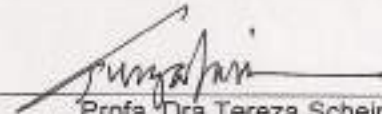
Se concordar em participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) será solicitado(a) a conceder uma entrevista semi-estruturada, que incluirá perguntas iniciais fechadas, para colher seus dados biográficos; e questões abertas sobre o trabalho desenvolvido no parque e outras instituições governamentais ligadas ao mesmo. Este procedimento de coleta será gravado com auxílio audiovisual (vídeo filmagem). Vale ressaltar que a entrevista servirá como fonte documental para a presente dissertação e outras pesquisas que porventura possam surgir posteriormente sobre o tema.

Informamos que o uso dos dados coletados será estritamente acadêmico. Assim sendo, solicitamos autorização para publicação do conteúdo integral e/ou parcial da entrevista, na referida dissertação, bem como em eventos acadêmicos e/ou veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional - em suporte digital e/ou impresso.

Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 2011


Elsama Beliani

Aluna mestranda (bolsista DS-CAPES)


Profa. Dra. Tereza Scheiner
Orientadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E
MUSEALIZAÇÃO DO**



O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de pesquisa-dissertação do Mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) cujo objetivo geral é investigar a contribuição da Museologia para a preservação do Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca). A pesquisa visa especificar o momento em que se começa a trabalhar os parques como *museus* e tem como objetivo geral analisar as vantagens do processo de musealização para a valorização do patrimônio dos parques nacionais. Seu objetivo específico é avaliar as propostas de musealização do PARNA-Tijuca, verificando em que medida elas podem ser eficazes para que o parque possa ser visto como museu pelos diversos atores sociais com ele envolvidos.

Se concordar em participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) será solicitado(a) a conceder uma entrevista semi-estruturada, que incluirá perguntas iniciais fechadas, para colher seus dados biográficos; e questões abertas sobre o trabalho desenvolvido no parque e outras instituições governamentais ligadas ao mesmo. Este procedimento de coleta será gravado com auxílio audiovisual (vídeo filmagem). Vale ressaltar que a entrevista servirá como fonte documental para a presente dissertação e outras pesquisas que porventura possam surgir posteriormente sobre o tema.

Informamos que o uso dos dados coletados será estritamente acadêmico. Assim sendo, solicitamos autorização para publicação do conteúdo integral e/ou parcial da entrevista, na referida dissertação, bem como em eventos acadêmicos e/ou veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional - em suporte digital e/ou impresso.

Rio de Janeiro, 07 de Novembro de 2011

Elisama Bellani
Aluna mestranda (bolsista DS-CAPES)

Profa. Dra. Tereza Scheiner
Orientadora

ANEXO 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MASTIMCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio

**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E
MUSEALIZAÇÃO DO**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui informado sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e idéias.

Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 2011

Alceo Magnanini

Alceo Magnanini
Engenheiro Agrônomo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNERJ
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MASTMCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E
MUSEALIZAÇÃO DO**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui informada sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistada e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e idéias.

Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 2011



Ana Cristina Vieira

Museóloga - Parque Nacional da Tijuca

Ana Cristina R. Vieira
Coordenadora de Cultura
PARQUE TIJUCA - Tel. 5223001

ANEXO 4

Tabela 3.24: Servidores em exercício no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Nome	Cargo/função	Formação/especialização	Nascimento	Tempo Serviço
Ernesto Bastos Viveiros de Castro	Chefe (Analista Ambiental)	Biólogo com Mestrado em Ecologia	1977	4 anos
Euclides Martins da Silva Júnior	Chefe Substituto (Técnico Administrativo)	Técnico em Agropecuária, com nível superior incompleto (cursando Direito).	1959	25 anos
Ana Ribeiro Selva	Analista Ambiental	Licenciatura em Ciências	1948	31 anos
Ângela de Barros Sumavielle	Analista Ambiental	Museóloga com especialização em Arquivo	1949	28 anos
Carlos Luiz Castelo Grande Fernandes	Analista Ambiental	Médico Veterinário com especialização em Técn. de Pescaço	1957	28 anos
Cecília Cronemberger de Faria	Analista Ambiental	Bióloga com especialização em Gestão da Biodiversidade	1980	4 anos
Fátima Conceição dos Santos	Analista Ambiental	Licenciatura em Estudo Social	1957	28 anos
Fumi Saito Bahia Diniz	Analista Ambiental	Engenheira Agrônoma	1956	23 anos
José Alberto Martinez Campos	Analista Ambiental	Engenheiro Civil com especialização em Cálculo Estrutural/Perícia	1960	25 anos
Maria das Dores Pereira Santos	Analista Ambiental	Letras -Licenciatura Curta	1956	28 anos
Roberto Vancini Lima	Analista Ambiental	Biólogo com especialização em Gestão e Administração de UC	1955	25 anos
Horacio Nogueira da Costa	Analista Administrativo	Administração	1949	37 anos
Marcus da Silveira Mattos	Técnico Ambiental	Ensino médio, com curso de Fiscalização do Meio Ambiente	1960	23 anos
Paulo César Ferreira da Silva	Técnico Ambiental	Superior incompleto		30 anos
Vanderlei Dias Guerra	Técnico Ambiental	Ensino médio, com curso de Fiscalização do Meio Ambiente	1948	30 anos
Elizabeth Bravo Viana	Técnica Administrativa	Graduação em Artes com especialização em Gravura	1955	28 anos
Suely Tebaldi Pedrosa	Técnica Administrativa	Técnica em Contabilidade	1957	26 anos

Fonte: Setor de Pessoal do PARNASO, 2007.

ANEXO 5



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 32075-1	Data da Emissão: 22/12/2011 22:08
Dados do titular	
Nome: Elisana Belari Marcelino	CPF: 075.849.957-48
Título do Projeto: AS CONTRIBUIÇÕES DA MUSEOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevista com a museóloga Ana Cristina Vieira com perguntas semiestruturadas. Observação in situ.	12/2011	12/2011

De acordo com o art. 33 da IN 154/2007, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser renovada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, a difusão ou à preservação, estão sujeitas à autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO isenta o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal, cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para as fins previstas na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 100/10, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falta de descrição de informações relevantes que subsidiem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade e fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	RIO DE JANEIRO	RJ	PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou a regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 94961778



Página 1/2

ANEXO 6

Agradecimentos a Alceo Magnanini e Ana Cristina Vieira

